

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 3 de Novembro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1091 • Director: Carlos Brito

A «Suspensão»
da revisão
constitucional

ÊXITO

IMPORTANTE

do PCP, dos trabalhadores e dos democratas

• Nota da Comissão Política Pág. 32

POZOR



Reportagem
por Henrique Custódio

Novo Terramoto planeado pelo Governo



Carlos Carvalho
visitou Amadora e Sintra

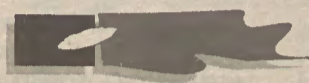
Pág. 4

O discurso boomerang

• Artigo de
Vitor Dias

Pág. 18

Debate com o País



para
uma nova
política **PCP**

A família em debate

Pág. 19



Mudanças na JCP aprofundam decisões do Congresso

Págs. 20 e 21

Bancários comunistas contra cedências sem luta

Pág. 7



Carlos Carvalho no V Festival de Banda Desenhada da Amadora

RESUMO

26 Quarta-feira

Na Assembleia da República, o PCP responsabiliza o Governo pela «inexistência do combate à corrupção» ■ As associações de estudantes de Coimbra e Lisboa protestam contra o cancelamento da cerimónia de abertura da Universidade de Coimbra ■ O Parlamento Europeu aprova a participação de emigrantes europeus, nas eleições autárquicas dos países onde residem ■ A ONU condena o bloqueio a Cuba e pede aos EUA que a suspendam ■ Israel e a Jordânia assinam o tratado de paz ■ Inicia-se em Moçambique as eleições para as legislativas e presidenciais ■ Em Luanda, a delegação governamental anuncia que o Acordo de Lusaca é assinado em Novembro ■ Hormaechea, político da Cantábria, é condenado por pagar anúncios políticos com dinheiro do Governo.

27 Quinta-feira

Carlos Carvalho visita a Amadora e o V Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora ■ Carlos Carvalho anuncia que o PCP e o PCF estabeleceram, em Paris, um acordo de cooperação ■ A CGTP diz que o Governo deve dar à Função Pública um aumento de 12,5 por cento ■ O Parlamento aprova a suspensão dos trabalhos da Comissão Eventual para o processo da revisão constitucional ■ O presidente da Câmara da Lourinhã é detido pela PJ, acusado de corrupção ■ Em Moçambique, a Renamo boicota as eleições ■ No Egipto, ocorrem confrontos entre presumíveis islamitas, e a polícia e o exército ■ Uma moção de censura apresentada por vários partidos contra o Governo russo é rejeitada ■ Um responsável dos EUA anuncia que a Síria e Israel podem assinar um acordo de paz daqui a quatro ou seis meses.

28 Sexta-feira

O PCP considera que as novas medidas contra a corrupção podem ser uma «perseguição selectiva e politicamente orientada» ■ Carlos Carvalho visita Sintra ■ É entregue uma petição contra a portagem na ponte 25 de Abril ao presidente da Assembleia da República ■ O presidente da Câmara da Lourinhã é ouvido em tribunal ■ Ximenes Belo anuncia que está a negociar um «estatuto especial» para Timor-Leste ■ Afonso Dhlakama levanta o boicote às eleições, que são prolongadas até sábado ■ Teresa Machado e Nuno Fernandes consagram-se campeões ibero-americanos de atletismo, na Argentina.

29 Sábado

Os maquinistas da CP reúnem-se em plenário, em Lisboa, para analisar o «conflito laboral», decretando uma greve de 15 a 22 de Novembro ■ A população de Alcácer do Sal manifesta-se contra a instalação do aterro de resíduos industriais no Barrancão ■ Jacques Santer atribui a Deus Pinheiro a pasta da Cooperação com os países ACP e a África do Sul ■ A Forpromu ameaça bombardear o exército bósnio, se voltar a ocorrer bombardeamentos próximos dos postos de observação dos capacetes azuis.

30 Domingo

A embaixada portuguesa em Brasília diz que um «problema de comunicação» esteve na origem da ausência de um representante português na abertura de mesa-redonda sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ■ Os EUA reconhecem apoio à Indonésia nos anos 50 ■ Yitzhak Rabin e Shimon Peres decidem reabrir Gaza e a Cijordânia, colocar forças palestinas nas fronteiras e acelerar a transferência dos poderes civis para os palestinianos ■ A Rússia previne que retirará as suas tropas da Bósnia, se a NATO for autorizada a decidir ataques aéreos às partes beligerantes ■ Inicia-se em Casablanca a conferência económica sobre o Médio Oriente ■ É disparada uma rajada de metrelhadora sobre a Casa Branca.

31 Segunda-feira

Inicia-se uma jornada de propaganda do PCP ■ O partido «Os Verdes» afirma que foi ilegal a consulta pública sobre o polémico Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha realizada em Agosto pelo Porto de Lisboa ■ Realiza-se um encontro entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze discutem, no Luxemburgo, o alargamento da UE ao Leste ■ O chefe de de Estado argelino, general Liamine Zéroual, anuncia a realização de eleições presidenciais antes do fim de 1995 ■ Delegações do governo angolano e da Unita assinam o protocolo das conversações de Lusaca para que haja paz.

1 Terça-feira

Joaquim Chissano é anunciado como vencedor das eleições presidenciais moçambicanas, segundo os resultados das projecções efectuadas pelas Nações Unidas ■ O Presidente da República participa na abertura solene do ano académico de Évora ■ O presidente russo, Boris Ielsin, demite o vice-ministro da Defesa, general Matvei Burlakov, acusado de corrupção.

Um quotidiano de Lisboa titulava há poucos dias que a corrupção se arrisca a transformar-se no problema central da política europeia.

Houve o caso da Itália, mais espectacular, fosse pela dimensão que a própria prática mafiosa adquirira no país e pelas ligações transparentes com o mundo do poder, fosse pela convulsão ao nível eleitoral que produziu, conduzindo os neofascistas a participarem de novo no poder pela mão de uma figura tão equívoca como Berlusconi:

A Espanha de Felipe Gonzalez conhece o sobre todos insólito caso de ser o próprio comandante da mais importante força de segurança do país, a tristemente famosa Guardia Civil, a revelar-se um escroque de alto coturno, hoje procurado (eventualmente...) pelos mesmos protagonistas com os quais há escassos meses se sentava à mesa para discutir a aplicação, por exemplo, dos acordos de Schengen.

A França de Mitterrand e os seus escândalos conduzem um ex-primeiro-ministro ao suicídio e verifica-se até que uma direita que do clientelismo mitterrandista fizera cavalo de batalha para a vitória eleitoral se enfrenta agora com problemas exactamente iguais — ou piores.

Num acesso de alguma hipocrisia, conclui-se agora que até a Grã-Bretanha é afectada pelo mal da corrupção.

Poder-se-á dizer que sublinhar este alastrar da corrupção política ao nível da Europa é uma forma bastante eficaz de lançar um diáfano manto sobre os problemas da corrupção doméstica.

Um general da Guardia Civil espanhola perseguido pelos seus ex-comandados é seguramente mais sugestivo do ponto de vista da curiosidade pública do que o prosaico autarca do partido governamental português que deu uma «palmada» em dinheiros públicos, uma boa escandaleira nas terras de Sua Graciosa Majestade apanha a boleia das escandaleiras familiares de lady Di para fazer esquecer que cá pela terra corromper se tornou um hábito.

Será verdade que este efeito de diversão possa verificar-se; mas não tem de ser exacto que se assista a uma manobra de diversão. Porque a verdade é que a corrupção é um cancro que corrói o poder político de uma Europa que, numas páginas dos jornais, surge como comunitária, futurista, projectada para soluções transnacionais e tecnológicas, e nas outras, aparece como uma espécie de bairro mal afamado onde se traficam influências, se alugam assassinos, que corrompem funcionários — e tudo isto é política.

Corrupção

Um primeiro aspecto há que sublinhar: a manobra de diversão pode não existir para ocultar a corrupção doméstica. Em abono da verdade, até talvez seja justo sublinhar a atenção da Comunicação Social portuguesa face ao problema.

Mas interessa dizer que há uma outra manobra, não tanto de diversão, mas de perigosa confusão, que é dizer — ou insinuar, ou deixar no ar — que isto, isto da corrupção é, em suma, a política. A política onde todos os políticos são os mesmos.

E aqui a questão muda de figura.

Identificar a política com a corrupção conduz, antes de tudo o mais, a problemas complexos que é o de criar outros protagonistas para a política. Os mais acérrimos combatentes da mafiosa corrupção da política italiana penarão um bocado para explicarem que a troca com Berlusconi lançou sobre o exercício do poder na pátria de Miguel Ângelo um

*Sublinhar
este alastrar da
corrupção política ao
nível da Europa é uma
forma bastante eficaz
de lançar um diáfano
manto sobre os
problemas da
corrupção doméstica.*

manto de pureza, dignidade e seriedade a toda a prova.

De facto, ele não era «um político»: era um homem de negócios. E assistimos então a esta perversa situação: se a política se transformou num negócio, então entregue-se a política aos homens de negócios! Pode fazer-se — mas não certamente em nome de afastar a política das negociatas e das traficâncias!

A mais elementar análise marxista do problema conduz a conclusões que, como sucede a tantos outros pressupostos do marxismo, fazem hoje parte da comum sabedoria das nações: o problema não está tanto nos homens, nos protagonistas, está acima de tudo no sistema. O capitalismo assenta num facto corrupto básico, o da exploração do homem pelo homem: que daí resultem outras formas de corrupção, que elas se façam sentir ao nível do poder político, eis quanto há de mais natural.

Mas, convenhamos, isto apenas responde a uma parte da questão. Porque a verdade é que, apesar de tudo, no próprio quadro do sistema económico capitalista e na diversidade das fórmulas de poder e

equilíbrios políticos que o mundo tem conhecido, esta gangrena de generalizada corrupção não tem tido sempre a mesma dimensão.

E talvez não seja difícil verificar que esta recente epidemia tem um tempo. E se quisermos simplificar palavras, digamos que a sua incubação e alastramento se verificou no quadro do alastramento descabelado do liberalismo na última década e meia, da tentativa do regresso do capitalismo à sua forma pura e dura de mercado e concorrência, do ataque ao Estado enquanto instrumento afecto ao conjunto de um país e do seu povo, para o limitar a puro gestor sem intervenção no quotidiano económico e social.

Em 24 de Julho de 1833, as tropas liberais libertavam Lisboa do jugo absolutista e o quartel-general instalava-se no palácio do barão de Quintela, futuro conde de Farrobo, o capitalista Joaquim Pedro que para a vitória liberal investira a avultadíssima quantia de dez milhões de cruzados. Em troca — o acordo estava inteiramente claro para todas as partes envolvidas — viria a receber o monopólio dos tabacos e mais uns trocos que o futuro governo lhe asseguraria.

Ou seja: corrupção.

De então para cá, supõe-se que as coisas mudaram. E mudaram como? Porque, por influência da luta popular, da participação democrática das populações, da decisiva intervenção do movimento operário, se impôs nas sociedades ocidentais a ideia de que o Estado e o poder político não são, por generosos até que possam ser os ideais como seria o caso de Farrobo e dos seus amigos Sá da Bandeira ou Garrett, elementos transaccionáveis por uns protagonistas políticos que nele se envolvem. A questão é que se verificou que o Estado e o poder político, enquanto depositários e gestores de dinheiros obtidos mediante uma recolha (aliás, coerciva) comum, têm, no mínimo, a obrigação de intervirem no sentido do bem-estar geral da mesma sociedade que tais meios lhe facultem. Para quem esteja esquecido, qualquer coisa próxima do ora um tanto vituperado *welfare state*...

O que, antes de tudo o mais a ofensiva liberal tipo Thatcher, Reagan, Cavaco e etc., tentou foi o libertar o Estado e o poder político desta responsabilidade social, alargada, comum e universal face ao país e aos cidadãos. E, a partir da altura em que o Estado deixou de ter este papel, passou a ser um bolo apeteçível, um baú ao alcance dos políticos. Ou antes, dos «políticos»: dos novos, dos interessados no baú e não na política.

O problema é do sistema, sem dúvida. Mas é também da luta quotidiana. Porque uma política socialmente mais justa impõe um Estado eticamente mais sério.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Distribuição Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Reda — Lnhb — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7^ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!», acompanhado de cheque ou vale de correio.

25 anos

O silêncio dos principais órgãos de comunicação social em relação ao 25º aniversário de uma das mais importantes batalhas travadas contra o fascismo - a concorrência da Oposição democrática às "eleições" de 26 de Outubro de 1969 - constitui um facto que nada tem de fortuito. E não pode deixar de ser lido à luz do propósito de branqueamento da ditadura fascista (nomeadamente do período de Marcelo Caetano) e de lançamento do manto do esquecimento sobre os protagonistas da luta pela instauração da democracia, que caracterizou muito do que esses órgãos de comunicação escreveram e disseram, há poucos meses, quando foi assinalado o 20º aniversário do 25 de Abril.

Recorde-se o contexto. A demagogia "liberalizante" através da qual Marcelo Caetano procurou salvar o regime fascista e prosseguir os seus objectivos fundamentais. O grande fluxo da luta popular ao longo do ano de 1969, em que convergiram as lutas operárias (com destaque para a vaga de paralisações e greves na região de Lisboa), as movimentações de massas dos estudantes (com referência obrigatória para as grandes lutas de Coimbra) e o imparável ascenso do movimento político da Oposição democrática, e que colocaram o regi-

me na defensiva. A tentativa de legalização preferencial no quadro do regime por parte de sectores socialistas de direita, a troco do divisionismo e do isolamento dos comunistas, e que acabou por saldar-se por um rotundo fracasso e pelo reforçado protagonismo das CDEs, as Comissões Democráticas Eleitorais, a tendência unitária, combativa e de massas do movimento democrático. E o aproveitamento da burla "eleitoral" organizada por Marcelo Caetano para travar uma importante batalha pelas liberdades e pela democracia, pela satisfação de reivindicações dos trabalhadores, pelo imediato fim da guerra colonial e pela abertura de negociações com os representantes dos povos em luta.

Recorde-se, também, o papel desempenhado pelo PCP, e que foi decisivo para a criação das condições que conduziram ao 25 de Abril: criticando ilusões oportunistas, à direita e à "esquerda", de sectores que acreditavam na capacidade do próprio regime conduzir uma "transição democrática"; impulsionando incansavelmente a luta popular de massas nas várias frentes e a sua convergência; e apontando a (indispensável) perspectiva revolucionária da luta contra a ditadura fascista.

O comunicado do CC publicado em Setembro de 69 sintetiza bem tal linha: "Se na fase actual os maiores esforços devem ser concentrados para o prosseguimento da acção legal e semilegal, para o desencadeamento dum poderoso movimento político de massas, para a criação de amplas estruturas correspondentes, para a radicação na legalidade ou numa semilegalidade das actividades da Oposição, nunca se deve perder de vista que a ditadura fascista não cederá sucessivamente posições atrás de posições, não se conformará com a aparição na vida política nacional à luz do dia de uma real Oposição popular, nem com o desenvolvimento de movimentos em que participem massas cada vez mais amplas"; (...) "o próprio processo de luta conduzirá ao seu agravamento", (...) "a meta, na etapa actual da revolução, é o derubamento da ditadura fascista e a instauração de um regime democrático que assegure ao povo e à nação portuguesa a liberdade, a paz e a independência nacional".

Não tendo podido impedir a vida apostam alguns, agora, em reescrever a história. É preciso também, nesta frente, que tais propósitos não passem.

■ Edgar Correia

A um ano das eleições

O desenvolvimento generalizado provocado pela política do Governo é uma evidência. É também evidente que o receio das consequências eleitorais desse descontentamento invadiu e apavorou as hostes cavaquistas. Daí o esforço desenvolvido pelo cavaquismo para criar factos e gerar situações que desviem as atenções dos múltiplos e graves problemas que assolam o país (e das origens desses problemas), para sufocar e silenciar as manifestações de descontentamento e de protesto, para tentar iludir, mais uma vez, a maioria dos portugueses. Para alcançar esses objectivos vale tudo. Assim, a demagogia, a mentira, a provocação, o golpismo, a diversão, o abuso do poder são o pão-nosso-de-cada-dia na prática do governo de Cavaco Silva. O PSD, ou seja, o governo, entrou em desbragada campanha eleitoral. O chefe e os seus ecos imaginaram um país paradisíaco e, à sua maneira, querem vender essa imagem aos portugueses: o Primeiro-Ministro garante que vivemos no melhor dos mundos, se ele o diz está dito e quem disser o contrário não é bom português nem bom chefe de família.

O Primeiro-Ministro; segundos, terceiros e quartos ministros; secretários e secretários de secretários, com as respectivas famílias e amigos, povoam os telejornais comprando, com o nosso dinheiro, votos para o partido do governo. Inaugurações e promessas de inaugurações, dinheiros e promessas de dinheiros, são exibidos com abundância e profusamente divulgados, procurando esconder e fazer

esquecer as malfetorias resultantes da política de direita. A condição do SIS de polícia política ao serviço da política do governo PSD e as suas práticas inaceitáveis num Estado democrático, aparecem disfarçadas por operações que mais não são do que clássicas provocações pidescas. E até aquilo a que o governo chamou o combate à corrupção parece não ter outro objectivo que não seja o de tentar esconder o lodaçal de corrupção, compadrio e nepotismo em que o partido do governo e o governo parecem estar atolados.

Como se isto não chegasse, o Primeiro-Ministro, naquele tom ridículo e pernóstico que lhe conhecemos, produz todos os dias afirmações reveladoras de uma profunda incultura e de um profundo desrespeito pela inteligência e pela sensibilidade dos portugueses. E todos os dias também, o escriba de serviço — seja ele um qualquer Palma Cavalão boçal e venal ou um qualquer outro personagem do carnavalesco universo cavaquista — aparece a fazer o seu papel de espelho mágico, garantindo ao Chefe, e difundindo amplamente essa garantia, que ele é o melhor, o maior, o mais belo. Coisa que muito há-de agradar ao dito e muito há-de render a quem o diz.

E se assim é a um ano das eleições, imagine-se o que nos espera nos próximos meses...

■ José Casanova

Violência

A violência tem que se lhe diga. Começa, a bem dizer, no parto de cada um de nós, por muito sem dor que seja. E persegue a vida pessoal de cada um por muito pacífica que consiga ser. A vida social é feita de violências — e a história é, como se sabe e alguns querem fazer esquecer, a história da luta de classes.

É claro que há violência e violência. Aquela que magoa e mata e faz sangue, por exemplo, aquela que explora, humilha e rouba a vida e se não mostra. A que custa caro a quem a sofre e a que rende lucro a quem a pratica. A que se elogia e a que se deplora e é sempre a mesma — há numerosos exemplos, hoje, no mundo desarmado dos trabalhadores, da violência em nome dos princípios e dos direitos humanos. Um rasto de sangue e devastação varre o planeta à passagem das tropas da cha-

mada «comunidade internacional» que impõe a paz americana, recoloca presidentes, prende outros, julga povos inteiros fechando-os em ilhas de bloqueio.

Há ainda a chamada violência gratuita. Provavelmente a mais cara de todas. A que se vende para satisfação e estupidação das massas. Já nem precisa de pagar bilhete — como na vulgar tourada — o cidadão que «precisa» de ver o sangue derramado. Nem de deslocar-se à arena às custas do império para observar bapado o massacre dos pobres e dos justos. Basta carregar no botão e ela irrompe do ecrã, suculenta e explosiva. Até essa, a gratuita, o Governo se prepara para roubar aos portugueses.

Seria bom entendermo-nos, porque isto é coisa séria. Somos contra a violência gratuita. Parti-

lhamos, como muitos, a severa preocupação de ver alastrar a violência ficcionada para criança entreter e adulto deleitar. Para criar nela o sentimento de que a violência é «natural» e inócua e nele a sensação de que assim sempre será. Somos, como toda a gente, tocados pelo horror de saber que crianças assassinam outras crianças porque assim viram fazer e depois terem visto os mortos sacudirem-se e irem à vida. Mas temos sobejas razões para temer as ameaças do governo — deste, cavaquista — quando a pretexto da violência na TV, propõe «um pacto de conduta» para encontrar «regras mais fortes» para combater a «cultura da violência», fruto de «algum excesso de competição» entre operadores televisivos, como o «Diário de Notícias» afirma ser a preocupação de Marques Mendes. E o ministro laranja ameaçou mais — se tal pacto não for

possível, o Governo avança com alterações na lei.

Temos sobejas razões para temer as iniciativas do Governo na matéria porque se trata de um Governo violento nas suas iniciativas; e desconfiamos das lágrimas de crocodilo de proprietários e directores de TV's que fazem da violência o seu modo de ganhar a vida.

Que violência afinal pretendem escamotear? A do desemprego que quase nunca nos é mostrada? A das chagas sociais que o Governo não combate? Certamente não quererão tirar-nos o espectáculo da violência, por ora triunfante, das tropas americanas algures num qualquer país, com o seu cortejo de mortes e feridos que são sempre atribuídos aos «outros». Quererão tirar-nos o «Tom & Jerry»?

■ Leandro Martins

Eleições em MOÇAMBIQUE

Passados muitos anos de independência, realizaram-se em Moçambique as primeiras eleições com a participação de vários partidos com projectos políticos muito diferentes. O embate eleitoral centrou-se entre duas forças políticas. Por um lado, a Frelimo, a que dirigiu durante o colonialismo e a guerra colonial a luta de libertação nacional, conduziu todo o processo de negociação com Portugal (aberto com a revolução de Abril de 1974) e que dirigiu a edificação de uma nova sociedade orientada para o progresso social. Por outro lado a Renamo, uma força político-militar criada pelo colonialismo português e pelos racistas da Rodésia e da África do Sul, cujo único projecto político era, pelo terror e pela destruição, tornar Moçambique ingovernável. A revolução moçambicana ajudou, com a revolução angolana, a alterar a situação prevalecte na África Austral, onde o colonialismo português e o apartheid da África do Sul e da Rodésia dominavam. Até às vitórias da Frelimo e do MPLA a África Austral estava nas mãos dos racistas e dos colonialistas com a benção do imperialismo mundial.

A Renamo constituiu-se como tentativa para, em Moçambique, tentar inverter este novo curso político. As acções terroristas da Renamo atingiram tais proporções que mesmo governos dos países ocidentais sentiram necessidade de publicamente assumirem um certo distanciamento.

Foi por via desse terrorismo, que também atingiu dezenas de vidas de portugueses que trabalhavam em Moçambique, que a Renamo se alcançou a parceiro do Acordo de Santo Egidio (subscrito em Roma), do qual fazem parte as eleições agora realizadas.

Apesar de a Renamo querer capitalizar reais descontentamentos populares, em boa medida resultantes das suas próprias acções de banditismo, não o conseguiu. Apoiada pelo Ocidente (às vezes mais, outras vezes menos explicitamente), a Renamo sabia que nunca poderia tomar o poder com base apenas no apoio financeiro e militar externo que tinha. Mas também sabia que esse apoio era fundamental para obrigar o governo moçambicano a negociar. E habituada a combinar as suas pressões e a dos seus apoiantes tentou à boca das urnas fazer valer esse tipo de pressões. Em sede de eleições tentou impor ao governo moçambicano o seguinte: fosse qual fosse o resultado, a Renamo devia ter garantida a partilha do poder. E sem dúvida que declarações de Clinton, Cavaco, Durão Barroso e outros contribuíram para o líder da Renamo encher os pulmões e tal exigir. Há em toda esta manobra algo de perverso e maquiavélico. As eleições são para apurar a vontade dos povos. Ora se o povo moçambicano escolhe Chissano e a Frelimo por larguíssima margem de votos, como se pode aceitar semelhantes pressões?

É o que está em causa em Moçambique. Foi o que esteve em causa em Angola. Parece que em África as eleições só são válidas quando permitem afastar formações progressistas do poder, porque quando por eleições se confirmam outros partidos no poder, aqui d'el-rei que as eleições deveriam servir para a tal "unidade" nacional.

D.L.

Carvalhas visita concelhos de Amadora e Sintra

O secretário-geral do PCP esteve na passada quinta-feira no concelho da Amadora para visitar o 5.º Festival Internacional de Banda Desenhada, a decorrer na Fábrica da Cultura. Na sua deslocação, Carvalhas esteve acompanhado do presidente da Câmara da Amadora, Orlando Almeida.

No dia seguinte, sexta-feira, o secretário-geral, juntamente com o vereador Lino Paulo e outros eleitos autárquicos da CDU, esteve em Sintra numa visita dedicada ao património edificado, natural e paisagístico.

No decorrer da iniciativa, foi promovida uma conferência de imprensa sobre a temática, em que Lino Paulo, em nome da Concelhia de Sintra do PCP, divulgou as posições e propostas dos comunistas no âmbito da defesa e preservação do património da bela vila, da sua serra e da sua área natural protegida.

Recusando «qualquer monopólio sobre um trabalho que vem sendo assumido com abnegação e dignidade por elevado número de cidadãos», o vereador sublinhou:

«Não alienamos, no entanto, aquilo que constitui motivo de justificado orgulho da intervenção autárquica da CDU, nesta área, a criação do Pelouro e da Divisão de Recuperação do Centro Histórico de Sintra, depois alargados a outros núcleos históricos do Concelho. A iniciativa deste Pelouro se ficaram a dever: lançamento de programas especiais para o Centro Histórico de Sintra e visando a recuperação de imóveis privados, de monumentos (entre outros as Igrejas de Santa Maria e S. Martinho), de espaços públicos, infra-estruturas e mobiliário urbano; criação de Regulamentos visando a intervenção do Município e de Privados nas diversas intervenções ao nível do Centro Histórico; lançamento de Planos de Pormenor para a área envolvente do Centro Histórico e do primeiro estudo de tráfego e estacionamento para Sintra; intensa campanha de sensibilização dos residentes, largamente ouvidos, acerca das intervenções do Município; criação dos «Dias do Centro Histórico», visando quer o debate entre técnicos, autarcas e população, quer a própria pesquisa em torno de programas de animação e revitalização; criação da «Escola Profissional de Recuperação do Património», visando responder à falta de técnicos qualificados para as intervenções lançadas.

«Foi um trabalho intenso e coordenado do que poderia ter sido — poderá ainda ser se a actual Câmara, ultrapassada a fase dos meros discursos de intenções, demonstrar, para tanto, vontade política — o lançamento de um modelo económico de desenvolvimento sustentado não apenas para o Centro Histórico de Sintra, mas para toda uma vasta área, dele dependente em termos de investimento turístico e cultural».

Continuar o trabalho

«Neste momento, o PCP, através dos seus autarcas eleitos na CDU, reafirma a sua total disponibilidade para viabilizar todas as políticas municipais que, no diálogo com os residentes e agentes económicos, sociais e culturais do Centro Histórico de Sintra, visem relançar o verdadeiro Plano Estratégico que, para este, foi avançado durante o mandato autárquico de 1985-1989 e totalmente esquecido, quando não vítima de furiosos ataques, no mandato passado.

«Estas medidas, a assumir pela Autarquia Municipal de Sintra, não podem no entanto fazer esquecer que um Centro Histórico com a importância de Sintra, constituído no mínimo Património Nacional, deve merecer do Governo as necessárias dotações de recursos financeiros, técnicos e científicos.

«É neste sentido de verdadeira responsabilização e solidariedade nacional que o PCP afirma a sua intenção de, aos diversos níveis de Poder, defender e, propor medidas que visem o apoio financeiro, técnico e científico



Visita ao 5º Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora

jectos visando a resolução dos gravíssimos problemas de acessibilidade, circulação e estacionamento.

«O PCP afirma, no entanto, que, no espaço físico do Centro Histórico de Sintra, a sua principal preocupação não pode deixar de ser o estado de gravíssima degradação em que se encontra o Palácio Nacional de Sintra, único exemplar existente dos velhos paços medievais portugueses.

«O PCP irá propor, em sede de discussão do orçamento de Estado, a inclusão de uma dotação destinada à elaboração daquilo a que se poderá chamar o «Plano Director das Obras de Recuperação do Palácio Nacio-

da não pode ser uma «montra da Natureza», dissociada daqueles que, desde há gerações, ali vivem e moldam essa mesma natureza. Uma Área Protegida não pode servir para desertificar, antes tem de conduzir a promoção de iniciativas que levem a fixação da população.

«A actividade do Parque Natural Sintra-Cascais é bem demonstrativa do que não deve ser feito — e tem de ser corrigido — na protecção ambiental. Ele traduz, desde logo, o afastamento das Autarquias e das populações das sedes de decisão sobre a utilização do território de uma larga área dos Municípios, criando mecanismos de dupla tutela e retirando às

vés dos autarcas da CDU eleitos em Sintra, já denunciou esta situação de clara ilegalidade e afirma a sua disposição de intervir em todos os órgãos de Poder, necessários, no sentido de reposição da legalidade.

«Mas o Parque Natural Sintra-Cascais, largamente restritivo ao desenvolvimento até das tradicionais actividades da população instalada e tão aberto à iniciativa especulativa dos grandes interesses imobiliários, ainda que travestidos de pacatos empreendimentos turísticos, mostra-se igualmente incapaz do menor investimento, conducente quer a melhoria das condições de vida da população, quer à própria valorização do patri-

apoios à recuperação de aglomerados e núcleos de arquitectura tradicional salaia, entre outros — de molde a, em data futura, ser apresentado ao Ministério do Ambiente uma clara reivindicação de investimentos na área do Parque.

«Ao segundo nível — protecção do riquíssimo património entregue à guarda do Parque —, importa salientar a grande preocupação do PCP face à situação de ruptura em que encontram os Parques Botânicos da Pena e de Monserrate, à beira de se tornarem simples florestas, como ainda recentemente alertou um qualificado técnico da UNESCO.

«O PCP irá propor, em sede de discussão da lei do orçamento de Estado, a criação de uma dotação destinada às intervenções urgentes e prioritárias nos Parques da Pena e Monserrate. Estas intervenções não poderão esquecer o património edificado nestes Parques que, excluindo o Palácio da Pena, se encontra, na generalidade, em avançado estado de ruína.

«Relativamente a todo este património e incluindo aqui o Palácio de Monserrate, urge proceder ao estudo aberto e participado acerca de qual a sua melhor utilização, no quadro da revitalização de toda a riqueza patrimonial de Sintra. A este nível o PCP irá propor a inclusão no Orçamento de Estado de uma dotação destinada ao lançamento de um Concurso Internacional de Ideias para a refuncionalização/revitalização deste património.

«Uma última mas importante preocupação queremos deixar expressa. A do risco constante a que toda a área florestal de Sintra-Cascais se encontra sujeita, no referente a incêndios. O PCP compromete-se, aliás, numa linha de intervenção já percorrida, a lançar, através das suas organizações de Sintra e Cascais, um amplo debate sobre os riscos de catástrofe ecológica a que está sujeita a área do Parque Natural, bem como sobre as medidas a implementar para a sua defesa».



No parque da Pena, em Sintra

em condições especiais das operações de recuperação do parque imobiliário, degradado, dos Centros Históricos Classificados.

«No relativo ao Centro Histórico de Sintra, o PCP irá propor em sede de discussão da Lei do Orçamento de Estado, a criação de dotações, em princípio provenientes do Fundo de Turismo, e destinadas a obras de conservação, recuperação e reabilitação de infra-estruturas, espaços públicos e mobiliário urbano; e a elaboração de estudos e pro-

nal de Sintra». Fazemo-lo com a convicção de que a grave situação a que se chegou não admite mais as obras de remedeio a que o Palácio tem sido sujeito (...).

Proteger o ambiente

«O PCP e os seus autarcas sempre defenderam que protecção do património ambiental e desenvolvimento não são antagónicos e que uma Área Protegi-

Autarquias competências que a lei geral lhes atribui.

«No caso concreto do Parque Natural Sintra-Cascais a situação é ainda bem mais grave, porque de clara ilegalidade face à própria legislação emanada do Governo. Os órgãos de direcção do Parque não estão empossados e meras opiniões de uma técnica de confiança governamental, vêm ganhando força de pareceres vinculativos a que Autarquias, democraticamente eleitas, se têm de sujeitar. «O PCP, atra-

mónio nacional que lhe está entregue.

«A este primeiro nível — melhoria das condições de vida das populações — o PCP anuncia que irá desenvolver, a nível autárquico, toda uma série de intervenções, incluindo debates com a população, no sentido de definir um claro quadro de investimentos na área ambiental — florestação, saneamento básico, rede viária rural, apoios agro-ambientais, apoios ao turismo rural e de habitação,

Debate com o País para uma nova política

PCP



Actividade turística em análise no Algarve

A série de debates que a DORAL do PCP tem agendados, no quadro da iniciativa «Debates com o País», foi iniciada no sábado, dia 29 de Outubro, com a realização de um debate sobre a Actividade Turística

A oportunidade do tema foi justificada por Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do PCP, ao referir que o turismo é hoje a actividade mais importante da Região e a Praia da Rocha, lugar onde se realizou o debate, ter sido um símbolo emblemático do turismo algarvio. Quer porque foi durante os primeiros anos o cartaz de propaganda do Algarve, quer porque na situação em que se encontra hoje, com a explosão do imobiliário turístico, constitui um exemplo do que não deve ser feito em matéria de actividade turística.

No debate, presidido por Rui Sacramento, Vereador da Câmara Municipal de Portimão e membro da DORAL, participaram também João Andrade Santos, Presidente da Região de Turismo de Évora, Francisco Felgueiras, Presidente da Região de Turismo da Planície Dourada, Carlos Boto, membro da DORAL e vogal da Região de Turismo do Algarve, e Fernando

Amaro, membro do Comité Central do PCP e Presidente do Sindicato da Hotelaria.

Durante mais de duas horas, com a presença de quatro dezenas de pessoas, foram de uma forma muito viva debatidos alguns dos importantes problemas que hoje se colocam a esta actividade, que representa já um peso considerável na economia nacional com 6% do PIB e 5% da População Activa.

Particularmente sublinhada foi a necessidade do País ter uma política de turismo que orientasse o crescimento da oferta e a sua qualidade, que melhorasse toda a política promocional, sobretudo para que os nossos produtos turísticos chegassem de uma forma mais directa aos consumidores, destacando-se ainda a necessidade de, no plano institucional, reforçar o papel e a intervenção das Regiões de Turismo.

Fortes críticas foram tecidas ao facto do Plano Regional de Turis-

mo do Algarve estar retido pela Secretaria de Estado há cerca de um ano. Plano que poderia constituir um importante instrumento de trabalho no sentido de orientar a actividade turística, numa região onde o crescimento desordenado do alojamento pôs em causa recursos paisagísticos e patrimoniais indispensáveis a uma oferta turística que se considera ter de se afirmar pela qualidade que oferece em todas as suas componentes.

O financiamento das Regiões de Turismo foi outro dos temas debatidos, tendo sido denunciado o facto da Comissão de Turismo do Algarve há quatro anos dispor do mesmo montante de verbas transferido pelo Governo através do IVA Turístico, facto que se considera estar a prejudicar fortemente as acções promocionais a cargo desta estrutura.

Aliás, em relação ao IVA Turístico e à sua distribuição foi feito um alerta para o facto do Governo pretender este ano acabar com a Lei que lhe dava corpo e na qual estavam previstos os critérios em que deveria assentar a sua distribuição, passando tais fundos no futuro a ser geridos por

vários ministérios que determinariam os quantitativos a transferir para cada Região de Turismo. Esta postura do Governo, segundo um dos interventores, enquadra-se numa política que, de forma sistemática, tem vindo a procurar esvaziar as Regiões de Turismo.

No plano da promoção, os dois representantes das Regiões de Turismo do Alentejo, sublinharam a necessidade destas Regiões de Turismo investirem mais meios promocionais no Algarve a fim de captarem segmentos turísticos interessados em visitas programadas ao riquíssimo património histórico, arqueológico, monumental de que o Alentejo continua a dispor, fruto da gestão das autarquias desta região.

No plano da formação profissional, tema igualmente debatido com grande interesse, foi sublinhado o facto dos dinheiros gastos em formação não se estarem a repercutir no emprego, já que muitos hoteleiros continuam a preferir o recurso à mão-de-obra barata e sem qualquer formação, realidade que afecta a própria imagem de qualidade da oferta turística.

Revisão Constitucional Suspensão ou cancelamento? — perguntou João Amaral, no Porto

Mais de cem pessoas assistiram, atentas e interessadas, na passada sexta-feira, dia 28 de Outubro, ao debate sobre a Revisão Constitucional, que se realizou no Porto e que contou com a presença do deputado do PCP à Assembleia da República, João Amaral.

Na sua intervenção, João Amaral começou por lembrar que a iniciativa desta revisão é da inteira responsabilidade do PS, pois foi ele que lhe deu o grande impulso através da declaração, na Assembleia da República, do seu secretário-geral, António Guterres, durante a sessão comemorativa do 20º Aniversário da Revolução de Abril.

Ao tomar esta posição, o PS sabia de antemão que não tinha força para, sozinho, ditar as regras do jogo pois, como se sabe, é necessária a maioria de

dois terços dos deputados, para viabilizar qualquer Revisão Constitucional, dependendo por isso em absoluto da maioria "laranja" (já putrefacta), ou seja, do PSD, ignorando (?) que lhe estava a dar a mão e subestimando as consequências que daí adviriam. "Esqueceu" ainda o PS a proximidade das eleições legislativas em que a questão política fundamental deverá ser o combate ao PSD e a construção de uma alternativa ao seu Governo.

Por isso, o PCP se congratula com o bloqueamento do processo de Revisão Constitucional, considerando-o um facto positivo para a defesa do regime democrático e da Constituição, para o isolamento do PSD e para a necessidade de esforços numa alternativa política ao Governo de Cavaco Silva/PSD.

Por outro lado, o PCP orgu-

lha-se de ter contribuído decisivamente, desde a primeira hora, com a denúncia e o combate a este processo de revisão, que sempre considerou inoportuno e politicamente perigoso para o regime democrático.

No entanto, é imperioso que os comunistas estejam alerta uma vez que o processo não está formalmente cancelado, mas apenas suspenso, apesar da proposta do PCP nesse sentido, contra a qual (passe-se) o PS votou contra.

Nestas circunstâncias, impõe-se perguntar: o que pretende o PS?

Prosseguir com a Revisão Constitucional, admitindo para isso chegar a negociações e a acordos com o PSD? É uma pergunta a que só o PS pode responder.

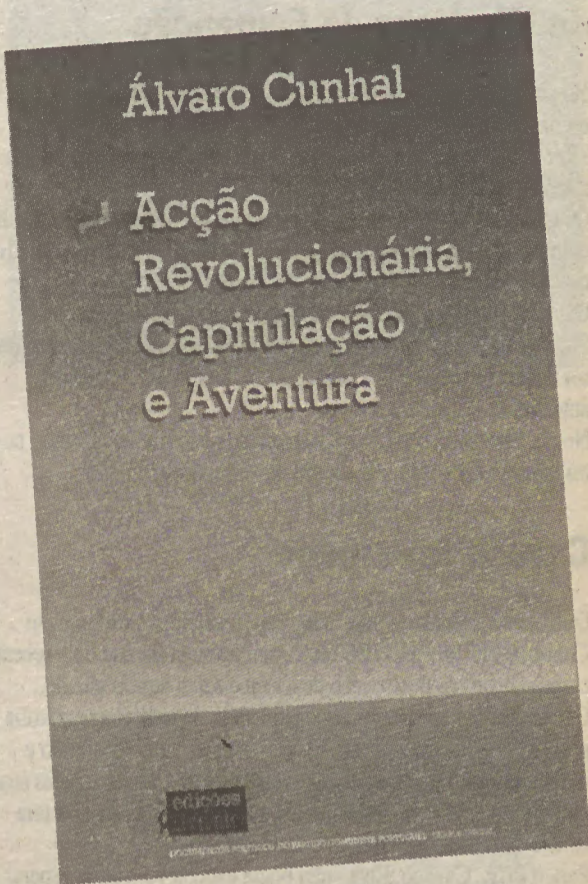
Seria saudável e higiénico para o próprio PS se declarasse

com frontalidade e clareza que considerava este processo de revisão definitivamente encerrado ou então, se assim não o entender, que o diga claramente e que admita vir a retomá-lo.

Pelos presentes foram colocadas algumas questões sobre a Revisão Constitucional, nomeadamente a legitimidade do Tribunal Constitucional e da Alta Autoridade para a Comunicação Social, o sistema de proporcionalidade e a homogeneidade dos executivos municipais.

Outras questões de âmbito mais genérico foram postas, tais como o racismo, a xenofobia e o espezinhamento dos direitos dos trabalhadores e que conduzem ao confronto entre a principal Lei do País, que é a Constituição e a realidade vivida no dia-a-dia pelo povo português, que é bem mais amarga, ignorando os direitos nela designados.

Álvaro Cunhal Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura



Os últimos tempos da ditadura fascista, que imediatamente precederam a Revolução de Abril, ou seja, a crise geral da ditadura e o governo de Marcelo Caetano, os objectivos da revolução antifascista, a actuação e as alianças das várias forças políticas constituíram um dos pratos fortes da campanha reaccionária contra a Revolução de Abril desencadeada a propósito das comemorações do seu 20º aniversário.

Ora a natureza da ditadura, a época de Marcelo Caetano, os objectivos, posições e actividades das várias forças políticas, constituem matérias do ensaio agora editado, significativas não apenas relativamente à vida nacional nessa época mas também para o conhecimento e a compreensão de tudo quanto se lhe seguiu no quarto de século desde então decorrido — a luta revolucionária para pôr fim à ditadura, o 25 de Abril, a revolução democrática e a contra-revolução até aos dias de hoje.

Preço: 1995\$00

Desejo receber o livro *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, de Álvaro Cunhal, à cobrança, acrescido das despesas de porte.

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Edições «Avante!», SA
Alameda St. António dos Capuchos, 6-B
1100 LISBOA



5.ª Assembleia de Vila Nova de Famalicão

No passado sábado, os comunistas de Vila Nova de Famalicão realizaram a sua 5ª Assembleia de Organização sob o lema «Reforçar, Renovar e Dinamizar - para uma nova política e uma alternativa democrática».

Os trabalhos decorreram em ambiente de grande confiança, tendo culminado com a aprovação do relatório da actividade desenvolvida nos últimos três anos.

Os camaradas presentes votaram ainda as «Linhas de Acção Futura» e elegeram a nova Comissão Concelhia, cuja composição foi reforçada, passando a incluir 27 membros, em vez dos 16 anteriores.

No decorrer da assembleia foi anunciada a inscrição de cinco novos militantes no Partido, e a adesão de vários jovens à JCP.

Cavaco teve medo

O Primeiro-Ministro «teve medo de enfrentar os protestos em Coimbra», afirma a DORC em comunicado comentando o recente cancelamento da deslocação de Cavaco Silva àquela cidade. Os comunistas consideram que para além de uma clara cobardia política, o primeiro-ministro revelou também um «profundo e indesculpável desprezo pela Universidade de Coimbra, pelas suas tradições e pelo significado do seu acto maior, que é a abertura solene das aulas, para que estava convidado».

Para o PCP, Cavaco Silva «não podia esperar nem pode esperar de Coimbra nem indiferença nem vassalagem», sublinhando que «o protesto dos cidadãos é totalmente legítimo» e que Cavaco Silva, que é «autor e réu de uma política errada e injusta, não pode apresentar-se como uma vítima».

Odivelas quer transporte rápido

Uma moção apresentada pelo grupo da CDU e aprovada por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Odivelas, coloca de novo a necessidade de dotar aquela zona de um transporte rápido que facilite a comunicação com Lisboa.

Os eleitos da CDU afirmam que se encontra em fase adiantada de estudo um projecto de eléctricos rápidos para Odivelas que a concretizar-se poderia entrar em funcionamento dentro de dois anos. Neste sentido, a Assembleia apela ao presidente da CM de Loures, para que «reforce o acompanhamento e o esforço negocial com vista à concretização do projecto» e exige que o Governo e a Administração Central concretizem rapidamente este sonho dos Odivelenses, enquanto o desejado prolongamento do Metro não é agendado.

Condeixa protesta

Os eleitos da CDU viram aprovada na Assembleia Municipal de Condeixa uma moção que reclama a reabertura do serviço de internamento do Centro de Saúde, bem como dotá-lo de meios técnicos e humanos para seu eficaz funcionamento.

Num comunicado distribuído à população, a Comissão Concelhia do PCP recorda que nos anos 30 foi inaugurado o hospital no concelho, o qual após várias fases, acabou por ser transformado em Centro de Saúde, com serviço de atendimento e internamento permanente, agora encerrado.

Os comunistas apelam à população para que se mobilize na defesa do direito à saúde consagrado na Constituição e exija o pleno funcionamento do Centro de Saúde.

Cadeia feminina

A Direcção da Organização da Cidade do Porto discorda da anunciada instalação de uma cadeia feminina na antiga Casa de Reclusão Militar, considerando que se trata de uma solução apressada, em ano de eleições, para o problema da sobrelotação dos estabelecimentos prisionais.

A DOCP defende a utilização daquelas instalações para equipamentos públicos e associativos de interesse para a cidade e estranha a celeridade com que as assembleias de freguesia, de maioria absoluta do PS, reuniram para debater a questão, enquanto que outros problemas urgentes de âmbito restrito das freguesias nem sequer são discutidos.

Água aumenta nas câmaras do Porto

— CDU discorda

Na sequência de uma deliberação dos presidentes de Câmara da Área Metropolitana do Porto, e sem que o assunto tenha sido discutido nos executivos municipais e/ou nos Conselhos de Administração dos Serviços Municipalizados, os Directores Delegados dos Serviços Municipalizados dos Municípios envolvidos promoveram várias reuniões de trabalho das quais resul-

tou uma proposta de tarifário único de venda de água e aluguer de contadores nos concelhos abastecidos pelos serviços municipalizados do Porto.

Uma nota da DORP do PCP vem reafirmar a posição assumida em Conferência de Imprensa, promovida em Abril passado pela CDU, defendendo que «o estabelecimento de uma tarifa única deve ser faseado, em vári-

os anos, pois são muito grandes as disparidades de preços da água praticados nos diversos concelhos.

«Mas não foi isso que foi seguido no estudo que já foi votado em Matosinhos e na Maia e é apresentado para votação nos municípios do Porto e Gondomar.

«Os valores propostos para o novo tarifário, a praticar já em Janeiro de 1995, implicam aumentos bastante elevados no preço da água.

«Por exemplo, no Porto e Gondomar os aumentos no consumo de água dos domésticos variam entre 14 e 44 por cento; em Matosinhos entre 8 e 33 por cento; na Maia entre 15 e 32 por cento. Valongo não tem aumentos nos consumos de água dos domésticos, por ser o concelho que já tem o valor mais elevado.

«Relativamente ao aluguer de contadores, os aumentos são generalizados a todos os concelhos e, nos escalões mais baixos, variam entre 7 por cento na

Maia e os 20 por cento no Porto e Gondomar, 21,6 por cento em Matosinhos. Mas, em escalões mais elevados, os aumentos chegam a ultrapassar os 200 por cento em Matosinhos e Valongo.

«A CDU manifesta o seu profundo desacordo com todo o processo, e com os aumentos já decididos, ou em vias de processo de decisão, não só por serem muito superiores aos previsíveis aumentos de salários e à taxa de inflação, como já se deixam antever novos aumentos para o próximo ano, como, por exemplo, a possível aplicação da taxa de utilização de recursos hídricos.

«Em alternativa, a CDU propõe uma aproximação faseada por três anos, período considerado necessário para a elaboração do projecto, construção e entrada em funcionamento da futura Estação de Tratamento de Água (ETA), que se espera, possibilite a resolução dos problemas da crónica falta de água durante o Verão.»

Ministra derrotada

A autorização dada aos conselhos directivos para contratarem pessoal não docente, representa «uma derrota da Ministra da Educação e é a confissão de que eram mentira as suas declarações anteriores sobre a normalidade com que estaria a decorrer a abertura das aulas», considera em comunicado o Organismo dos Professores Comunistas da DORBraga.

Os professores comunistas sublinham o significado deste recuo mas chamam atenção para o facto de que a decisão ministerial além de não responder ao problema da estabilidade de emprego e carreiras dos trabalhadores não docentes das escolas, «não vem resolver a situação presente e futura da falta de pessoal auxiliar nas escolas».

Segundo refere o organismo, «sabendo-se que os funcionários das escolas raramente são em número suficiente, as instruções da ministra, ao proibir para este ano o seu aumento, não resolvem os problemas de muitas escolas que hoje têm mais salas e mais alunos», relativamente ao ano anterior.

«Se a esta situação juntarmos o facto de estes contratos só vigorarem até 31 de Agosto de 1995, teremos desde já a perspectiva de que irá acontecer no próximo ano lectivo, se atempadamente não forem tomadas

medidas para resolver este grave problema com que anualmente as escolas se defrontam».

Para este organismo da DORBraga, «o início do ano lectivo 94/95 ficará como marco de mais uma vergonha do Governo PSD, com a credibilidade da Ministra reduzida a zero e o fracasso clamoroso da sua política educativa».

Governo protela construção do Hospital da Cova da Beira

Prometido pelo Governo desde 1986, o Hospital da Cova da Beira foi adjudicado, há cerca de um ano, à firma Duarte Teixeira e apesar das verbas inscritas no Orçamento de Estado e de estar a decorrer o processo de expropriação dos terrenos, a assinatura do auto de consignação ainda não foi feita, pelo que a obra ainda não começou.

Para a comissão concelhia do PCP este atraso deve-se exclusivamente à falta de vontade política do Governo/PSD, pois as obras poderiam ter começado logo após o início do processo de expropriações.

Não obstante, os comunistas defendem a renegociação do

protocolo dos terrenos com o Ministério, de modo a que a Câmara da Covilhã não saia prejudicada.

De facto, em 1992 o protocolo entre a CMC e o Ministério da Saúde previa que o pagamento dos terrenos fosse efectuado a mil escudos o metro quadrado, para o que o Ministério disponibilizaria 80 mil contos e a Câmara o restante, até ao limite de 50 mil contos.

Porém, em Agosto passado, o preço dos terrenos foi alterado pelo Ministério, passando a orçar em 5 mil escudos o metro quadrado, o que aumenta para 350 mil contos as obrigações da Câmara.

Face a esta alteração, o presidente da Câmara tardou a reagir, deixando expirar todos os prazos para interpor recurso e omitindo a situação aos vereadores e à Câmara.

Os comunistas criticam a atitude irresponsável do presidente mas consideram que o hospital nunca esteve bloqueado, já que os trabalhos poderiam ter começado se houvesse vontade política por parte do do Governo.

Por isso, o PCP considera como uma «perfeita encenação» a reunião que o deputado do PSD, Carlos Pinto, manteve com «alguém do Ministério da Saúde» para alegadamente desbloquear todo o impasse, arvorando-se depois na imprensa local em grande «vencedor».

A concelhia do PCP exige a construção urgente do Hospital da Cova da Beira e a renegociação do protocolo para que a Covilhã não pague terrenos a preços especulativos nem num valor superior aos 50 mil contos acordados e condena a constante guerrilha entre o PSD e o PS que «em tudo prejudica o concelho».

Bovinos aguardam embarque nas Flores

Cerca de 250 bovinos não tiveram lugar no navio transinsular que escalou o porto da Ilha das Flores no passado dia 24 de Outubro, situação que foi prontamente denunciada pelo deputado regional do PCP, Paulo Valadão, num requerimento ao Governo da Região Autónoma dos Açores.

O citado navio levou menos 20 contentores do que o pedido de reserva feito como mais de 15 dias de antecedência, refere o deputado acusando a empresa proprietária do navio de «desinteresse e falta de respeito pelos agricultores da Ilha das Flores».

Paulo Valadão afirma que «nesta altura do ano a retenção, na exploração, de animais que

deviam ser exportados, causa prejuízos irreparáveis aos agricultores, quer pelo peso que os animais perdem, quer pela alimentação que utilizam que fará falta durante o Inverno àqueles que constituem o efectivo permanente da exploração».

O deputado conclui que numa região constituída por ilhas, «de pouco servem os portos e aeroportos, se não existirem meios de transporte que garantam as ligações inter-ilhas e destas para o exterior». Por fim, Paulo Valadão considera incompreensível que os animais exportados das Flores sejam baldeados na Terceira, passem pelo Faial e por S. Miguel e só depois sigam para Lisboa.

CAMARADAS FALECIDOS

Silvério Correia

Faleceu Silvério Augusto Correia, de 51 anos. Militante do Partido desde 1974, trabalhava na TAP e pertencia à organização concelhia de Faro.

Alfredo Guerreiro

Faleceu, no passado dia 15 de Outubro, Alfredo Guerreiro, que contava 77 anos. Militante do PCP desde 1974, foi coordenador do MURPI em Beja.

Mário Lopes

Faleceu Mário Rui Lopes, de 40 anos. Era aposentado da Manutenção Militar e estava organizado na Freguesia do Beato.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Comunistas contra perda de salários e direitos

Sindicatos bancários cederam sem luta

Os aumentos salariais acordados são metade da inflação, os novos bancários passam a descontar para os fundos de pensões dos bancos e até os reformados são obrigados a contribuir para os SAMS

Os conselhos gerais dos sindicatos bancários acabaram por ratificar o acordo assinado pelas direcções com os representantes patronais. Assim, na revisão do acordo colectivo de trabalho ficam estabelecidos aumentos salariais de 4 por cento, mas para um período de 16 meses, o que equivale a pouco mais que 3 por cento em média anual.

No Centro e no Sul e Ilhas, foram ainda aceites alterações ao clausulado que vão ter consequências para os bancários reformados (passam a descontar 0,25 por cento das suas pensões para os serviços médico-sociais a partir de Janeiro próximo, percentagem que subirá até 1,25 por cento em 1999) e para os trabalhadores que venham a ser admitidos a partir do primeiro dia do próximo ano (passam a descontar 5 por cento do ordenado para os fundos de pensões que os bancos têm a responsabilidade de manter). Os bancos comprometem-se a aumentar em 0,25 por cento a sua contribuição para os SAMS (passando de 6 para 6,25 por cento).

O Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Norte - para cujos órgãos se realizam eleições em Dezembro - aprovou os aumentos salariais, mas decidiu submeter a referendo, até 15 de Novembro, as outras componentes do acordo.

Para os comunistas, o mais grave neste processo de revisão do ACT é o facto de os trabalha-



Do projecto de revisão do ACTV apresentado pelos sindicatos nada ficou no acordo final, constam os bancários comunistas, que acusam as direcções sindicais e a UGT de se limitarem às negociações nos gabinetes

de aumentos salariais para 1995, quando da discussão do acordo proposto por Cavaco Silva na Concertação, é difícil compreender o que levou Torres Couto a asseverar, do alto da primeira página do jornal do SBSI, que esta revisão significa um bom acordo.

Para José António Antunes, «com este acordo, os bancários ficam com um contrato pior e com os salários reduzidos». O coordenador das comissões de trabalhadores da Banca realça que os aumentos salariais ficam a meio caminho de cobrir a inflação verificada (6 por cento) e que a nova revisão só poderá ter lugar a partir de Outubro do próximo ano (mais 4 meses do que até agora, ou seja, cedendo aos banqueiros o grande atraso verificado este ano nas negociações).

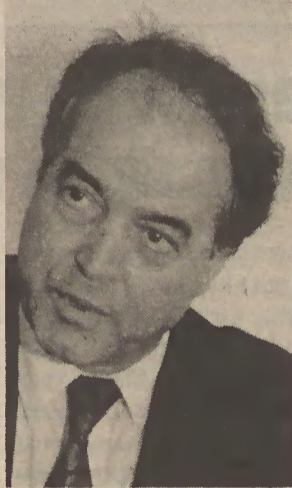
«Se é assim na Banca, como será noutros sectores onde a capacidade de mobilização e as tradições de luta dos trabalhadores não são tão fortes?» - questiona Gaspar Martins. Para este membro da coordenadora das CTs da Banca, que é também o coordenador da comissão sindical do BESCL na área do Sindicato dos Bancários do Norte, «é preciso não esquecer que os bancários, quando são chamados, vêm para a luta».

Mas isso não aconteceu, apesar dos esforços dos comunistas e de outros eleitos nas estruturas representativas e apesar das recomendações aprovadas num muito participado plenário nacional (de que demos notícia no «Avante!» de 29 de Setembro). «Do bonito projecto de revisão do ACTV apresentado pelas direcções em 18 de Abril e aprovado pelos conselhos gerais, constituído por 16 páginas impressas com alterações em mais de 30 cláusulas e o acrescento de mais 7 versando matérias como carreira profissional, regalias sociais e reformas e pensões, nada ficou no acordo final» - concluiu uma proposta apresentada no Conselho Geral do SBN pela Tendência Unidade e Participação. Num comunicado

em que considerava os reais 3 por cento de aumento como «uma ofensa», a TUP afirmava, poucos dias antes do Conselho Geral de 25 de Outubro, que «a alternativa não é entre a força e a cadeira eléctrica» e que «o caminho é mobilizar todos os bancários para a defesa da proposta sindical».

Só que a maioria PSD/PS/CDS que domina o sindicato deixou o Conselho Geral perante duas opções: ou apenas aumentos de 4 por cento para 16 meses; ou isto e mais 75 escudos de subsídio de almoço e a admissão dos descontos dos reformados e dos novos bancários.

No Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a 21 de Outubro, foi ainda admitida uma terceira hipótese: nem



Gaspar Martins

aumentos de 4 por cento para 16 meses, nem descontos para reformados e novos bancários. Esta opção não vingou por apenas 10 votos (obteve 63, contra 73), mas outro teria sido o resultado se os eleitos do PSD tivessem votado de acordo com as suas afirmações. No entanto, o voto secreto (forma de votação preferida por 71 membros do CG, enquanto 69 exigiram votação aberta) permitiu aos social-democratas votar contra as inflamadas afirmações que produziram contra os descontos e por aumentos «não inferiores a 5 por cento».

Há outro caminho

«A história da vida social e sindical no sector está recheada de exemplos demonstrativos de que é com a luta, e apenas com ela, que se conseguiram e conseguem conquistar e preservar importantes direitos» - afirma um comunicado do organismo de direcção dos Bancários de Lisboa do PCP. Emitido pouco depois do Conselho Geral do SBSI, o documento alerta «para os perigos da atitude política do PS, que, invariavelmente, vai no sentido de fazer crer que é desnecessário e impossível lutar e que todos temos de nos curvar perante os atropelos que os banqueiros permanentemente impõem em cada banco». Aquele organismo apela «à unidade de todos os bancários contra a desastrosa política do Governo do PSD/Cavaco Silva e contra a retirada de direitos, a repressão e o medo que tal política traz consigo e que os banqueiros aplicam e desenvolvem impunemente», sublinhando que «o aumento da influência dos comunistas nas empresas e no País é a melhor garantia de defesa dos trabalhadores e do desenvolvimento equilibrado da economia nacional».

No Sindicato dos Bancários do Norte a discussão em torno da revisão do ACTV (e do próximo referendo) entrelaça-se com as opções que os sócios do SBN serão chamados a fazer no dia 15 de Dezembro, data das eleições para os órgãos dirigentes do sindicato.

A revisão contratual e a actualização da direcção do SBN merecem críticas amplas entre a classe. A Tendência Unidade e Participação (TUP), Independente das Delegações (TID) e Novo Rumo, juntamente com trabalhadores não identificados com qualquer tendência, «decidiram juntar esforços como ponto de partida para uma plataforma mais larga de bancários, capaz de gerar a mudança nas eleições de 15 de Dezembro e devolver o sindicato aos trabalhadores» - afirma-se num manifesto intitulado unir, agir, mudar.



ABERTURA

- 2 FORTALECER O PARTIDO ENTRE OS TRABALHADORES

O MILITANTE

- 4 É PRELENTE ELEVAR A DIFUSÃO DA IMPRENSA DO PARTIDO

CONFERÊNCIA NACIONAL

- 5 MOBILIZAR, UNIR, DINAMIZAR E FORTALECER O PARTIDO
Uma luta mais justa
O trabalho do Partido numa multinacional
A célula do Partido na CIMPOR
O Partido no sector ferroviário
Situação social no concelho de Cascais

SOCIAL

- 12 O FALHANÇO DA CONCERTAÇÃO

DEBATE COM O PAÍS

- 13 PARA UMA NOVA POLÍTICA

JUVENTUDE

- 15 UM NOVO ANO DE LUTA DOS ESTUDANTES

FESTA DO AVANTE!

- 19 FAZER O BALANÇO PREPARAR O FUTURO

25 DE ABRIL

- 23 MEMÓRIA HISTÓRICA E PROJECTO REVOLUCIONÁRIO

ENTREVISTA

- 27 «LUTAR CONTRA A REVISÃO É UMA EXIGÊNCIA DEMOCRÁTICA»

INTERNACIONAL

- 32 A GRANDE VITÓRIA DO ANC E A LUTA HISTÓRICA DO POVO (conc.)

MARXISMO-LENINISMO

- 37 UMA OBRA CENTENÁRIA DE LÉNINE

LIVROS

- 40 A VERDADE CONTRA A MISTIFICAÇÃO

PÁGINA ABERTA

- 41 A PROPAGANDA DO PARTIDO

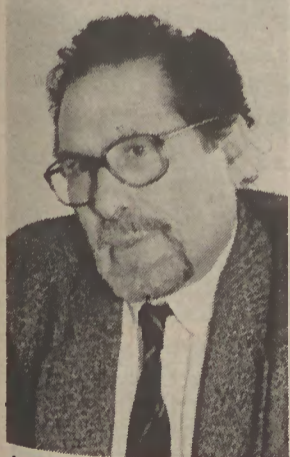
NOTAS E COMENTÁRIOS

- 43 Sempre a ver se nos engana
43 Mentiras
44 Mais uma...
44 Desconcertos financeiros
45 Operação «justa causa»?
Só por cinismo
45 Duas notícias sobre o Ruanda

DOCUMENTOS

- 59 DIFICULDADES DO GOVERNO ENCORAJAM A LUTA
52 «RENOVAR E REFORÇAR A INTERVENÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NO SEIO DOS TRABALHADORES»

EM DESTACÁVEL QUADROS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL



José António Antunes

dores não terem sido chamados à discussão das propostas e à luta por melhores salários e em defesa dos direitos que os banqueiros lhes pretendem retirar - como sublinharam, em comentário ao «Avante!», os camaradas José António Antunes e Gaspar Martins, que integram a coordenadora nacional dos bancários do PCP.

O que é «bom» para a UGT?

À UGT - e ao próprio Torres Couto, como é voz corrente entre os bancários - cabe uma responsabilidade determinante no desfecho da revisão do ACTV. Estando ainda presente na memória o finca-pé da UGT nos 5 por cento

O Militante

Nº 213

Série IV

Ano 62



SOLISNOR NÃO CUMPRE

Decorreram ontem plenários sectoriais que envolveram todos os trabalhadores da Setenave/Solisnor e onde iriam ser analisadas formas de luta a breve prazo. Estas reuniões têm lugar depois da administração da empresa não ter respeitado os compromissos assumidos quando da assinatura do acordo que permitiu evitar o despedimento colectivo de 1254 pessoas. Não está a ser cumprido - denuncia uma nota da comissão de trabalhadores e da comissão intersindical do estaleiro - o ponto que previa a aplicação em Outubro do aumento salarial de 1994. Além disso, a administração «volta a ameaçar com o espectro do não pagamento dos salários de Outubro e do despedimento de 500 trabalhadores na Mitrena e na Margueira».

As estruturas dos trabalhadores já solicitaram a intervenção da Inspeção de Trabalho e pediram ainda audiências ao ministro da Indústria e à comissão de acompanhamento do Plano de Reestruturação da Indústria Naval.

QUÍMICOS PERDEM PODER DE COMPRA

Apesar dos enormes lucros que a esmagadora maioria das empresas do sector químico e farmacêutico continua a registar, a situação laboral é instável e tem tendência a agravar-se, denuncia a Fequifa. Segundo a Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica, actualmente existem mais de oito mil trabalhadores ameaçados de desemprego, perto de três mil com salários em atraso, enquanto cerca de 22 mil têm a contratação colectiva bloqueada ou tiveram actualizações salariais inferiores à inflação, o que se traduz numa perda do poder de compra na ordem dos dois por cento.

A federação recorda que nos últimos 12 anos foram extintos 33 mil postos de trabalho, dos quais 24 mil desapareceram nos últimos oito anos. A juntar a este cenário de destruição, verifica-se a crescente violação dos direitos dos trabalhadores e dos seus representantes, acompanhada de actos repressivos, chantagem e perseguição, criando nas empresas um clima de medo e insegurança, refere a Fequifa.

ENFERMEIROS TÊM «SIM» DO MINISTRO

O ministro da Saúde reafirmou a sua concordância com o projecto de regulamentação do Exercício da Profissão de Enfermagem, «reconhecendo que é tecnicamente aceitável e não colide com a criação da Ordem dos Enfermeiros e que nada obsta à sua tramitação isoladamente ou em simultâneo», refere uma nota do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

Esta posição vem reforçar a importância do regulamento (Estatuto Profissional) e da ordem, assim como a urgência da sua publicação em lei, considera o sindicato, que tem agendada nova reunião com Paulo Mendo para o próximo dia 15, na qual o ministro comunicará a sua decisão final.

PROGRAMAS OCUPACIONIAS

«O Governo não teve outra alternativa senão prorrogar os programas de emergência, face ao agravamento da situação social», considera a Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Évora, que recentemente transmitiu as suas preocupações ao Arcebispo e ao Governador Civil de Évora.

Com o desemprego a aumentar, o que importa, segundo a união, é «equacionar medidas que potenciem os recursos endógenos na região, de forma a criar emprego seguro e estável».

PIQUETES NO PRAIA-NORTE

Os 30 trabalhadores do Hotel Praia-Norte, a única unidade hoteleira em Peniche, estão sem qualquer garantia de permanência dos seus postos de trabalho. Depois de terem feito piquetes permanentes no interior do hotel, tentando salvaguardar os seus postos de trabalho, os funcionários conseguiram reunir-se com a Caixa Geral de Depósitos, a proprietária do imóvel, que decidiu encerrar o estabelecimento. Os representantes dos trabalhadores reuniram-se com o Presidente da Câmara de Peniche e com o Governador Civil, que mostraram compreensão para o problema.

A situação «continua indefinida» - informava uma nota da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Hotelaria e Turismo, emitida depois de uma reunião, dia 27, com a administração da Caixa Geral de Depósitos. Decorriam contactos com a firma que tem explorado o hotel (Azul-Mar), no sentido de acautelar os direitos sociais imediatos.

Privatizações à moda de Cavaco Governo tira do Estado para dar aos privados

Os impostos vão aumentar em 1995 para suprir as receitas que deixaram de vir do sector público - acusam as estruturas dos trabalhadores

Membros de sindicatos, federações e comissões de trabalhadores do sector empresarial do Estado (SEE), reunidos na semana passada na sede da CGTP-IN, condenaram o Governo por não ter tirado «os ensinamentos adequados das consequências desastrosas do processo das privatizações, prosseguindo e alargando a fúria privatizadora a novas áreas da responsabilidade social do Estado».

As conclusões da reunião foram apresentadas à comunicação social por António Quintas, da Comissão Executiva da CGTP, e Fátima Messias, da coordenadora das comissões de trabalhadores da região de Lisboa (CIL).

As consequências das privatizações são «desastrosas para o País e para os portugueses» e contrariam as incumbências prioritárias do Estado estabelecidas na Constituição, refere-se na resolução aprovada na reunião de dia 26 de Outubro. Nesse documento são apontados os mais graves resultados da política de privatizações:

- a entrega ao capital (nacional e estrangeiro) de alavancas determinantes para potenciar o progresso e o desenvolvimento económico e social;

- a diminuição das receitas do Estado e o empobrecimento real do País, tanto em património, como em riqueza gerada (só a Banca, em 1993, registou mais de 170 milhões de contos de lucros);

- o recurso do Governo ao aumento dos impostos para financiar as despesas do Estado,

para suprir as receitas que deixou de obter do SEE;

- a degradação e supressão de serviços às populações ou inacessíveis a estas, por terem deixado de ser prestados com carácter social e terem passado a ser geridos por privados como mercadoria para dar lucro;

- a violação de direitos dos trabalhadores, designadamente nas empresas sujeitas a processos de desmembramento ou fusão;

- a degradação das relações laborais nas empresas objecto de privatização, cuja prática de administração atenta contra os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, sociais e sindicais, e a actividade das CTs.

Desresponsabilização

«Novos e maus propósitos privatizadores» do Governo orientam-se agora para áreas da responsabilidade social do Estado e a prossecução do interesse público, constitucionalmente atribuída à administração pública.

Citando como intenção do executivo «a privatização de bens ou serviços para que sejam assegurados pelo mercado», a resolução regista os primeiros passos para a privatização da distribuição de água às populações, uma «necessidade básica que o Governo quer virar mercadoria de lucro para privados», e aponta outras áreas cuja entrega a privados é preconizada pelo poder laranja: saúde, ensino, defesa nacional.

Entretanto, «ao mesmo tempo que prossegue a degradação do

sistema universal e público da Segurança Social, prioriza mais apoios e incentivos à designada segurança social complementar (feita por privados) que, como complementar, nunca poderá ser substitutiva do sistema público» - acusam os representantes dos trabalhadores do SEE.

Quem paga e quem recebe

A proposta de Orçamento do Estado para 1995, refere a resolução, prevê que as receitas das privatizações atinjam os 190 milhões de contos, o que mostra que vai continuar a política de entrega das empresas públicas ao sector privado.

No OE estão previstas aplicações para a assunção dos passivos da Siderurgia Nacional e da TAP, no valor de 63 milhões de contos, bem como a prestação de avales ao endividamento de empresas do SEE. Os trabalhadores colocam uma pertinente questão: «saber se tais aplicações se destinam ao desenvolvimento dessas empresas como entidades públicas que fazem parte do património do Estado e contribuem para o financiamento futuro das despesas sociais do Estado, ou se, como sucedeu no passado recente, se procura apenas o saneamento financeiro dessas empresas para entrega posterior ao capital privado».

Ainda na proposta de OE, prevê o Governo que os impostos passem de 3004 para 3330 milhões de contos, um aumento

de 326 milhões de contos. Deste aumento - realça a resolução - as empresas pagarão mais 26 milhões de IRC e menos 23 milhões para a Segurança Social, beneficiando ainda de benesses fiscais superiores a 100 milhões de contos.

Os consumidores - a maior parte dos quais são trabalhadores e suas famílias - pagarão mais 300 milhões de contos de impostos do que em 1994 e, se a proposta for aprovada sem alterações, vão de facto suportar o aumento das receitas do Estado.

A resolução de dia 26 sublinha que «a vida demonstrou que nem uma só empresa, banco, seguradora ou serviço foi entregue em situação deficitária para que o privado salvasse»: «Foi o Estado que previamente fez e suportou os investimentos, saneou financeiramente, garantiu mercado, criou assim condições para que elas fossem factores de desenvolvimento, após o que as entregou ao lucro privado. Foi ao ponto de reduzir o quadro de pessoal à medida da encomenda do privado, suportando os custos dessa redimensão.»

«Nada impediu os privados de usarem as suas receitas acumuladas e construírem novos hospitais ou novas fábricas», recorda-se no documento, para concluir que «é manifesta a falta de iniciativa privada dominante em Portugal, em que as excepções se registam essencialmente nas pequenas e médias empresas. Os empresários não conseguem dar um passo fora da saia (e da carteira) protectora do Estado».

Trabalhadoras podem reclamar licença de parto de 14 semanas

O aumento da licença de parto de 12 para 14 semanas, uma transposição do direito comunitário para o direito nacional cujo prazo já expirou, aguarda agendamento em Conselho de Ministros, mas as lesadas podem reclamar para os tribunais.

Este alargamento da licença de parto decorre de uma directiva aprovada em Conselho de Ministros da Comunidade Europeia, a 19 de Outubro de 1992, cujo prazo de transposição para a legislação dos países membros era de dois anos.

Segundo um assessor de imprensa do ministro do Emprego, citado pela agência Lusa, o grupo de trabalho que transpôs a directiva comunitária para a legislação portuguesa teve algumas dificuldades técnicas. No entanto, o projecto de diploma

sobre esta matéria já está pronto e agora só aguarda agendamento em Conselho de Ministros, esclareceu a fonte.

Uma jurista da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres disse à Lusa que as mulheres que se sentem lesadas pelo atraso na aplicação da directiva poderão recorrer aos tribunais no intuito de requerer a sua aplicabilidade. Poderão estar neste caso, por exemplo, as trabalhadoras que terminaram a 20 de Outubro a licença de parto e se viram privadas das duas semanas adicionais.

Receio do desemprego

O medo do desemprego e o conformismo com a situação

existente são as principais características das mulheres que trabalham na indústria do calçado, segundo um estudo a que Lusa teve acesso. O estudo foi encomendado pelo Sindicato dos Operários da Indústria do Calçado dos Distritos de Aveiro e Coimbra e contou com a colaboração da Direcção-Geral para o Emprego, Relações Industriais e Assuntos Sociais, da Comissão Europeia.

O documento refere que não existem muitas alternativas de emprego a este sector em concelhos como S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, sublinhando que a esmagadora maioria dos trabalhadores das fábricas de calçado são mulheres.

«Se é frequente o homem procurar outra saída, quando se sente insatisfeito com a sua con-

dição na fábrica, para a mulher a alternativa a este tipo de trabalho é o desemprego», esclarece o estudo. O documento acrescenta que, «num meio conservador», a mulher encontra-se numa situação de dupla dependência, «face ao patrão e ao marido».

A discriminação surge, assim, no inquérito realizado para a elaboração deste estudo, como o principal e o mais grave problema das mulheres trabalhadoras na indústria do calçado onde os cargos ocupados pelos homens são melhor remunerados. Depois de ter havido uma aproximação salarial entre homens e mulheres, volta agora a verificar-se um distanciamento, enquanto às mulheres está vedado o acesso a determinados postos de trabalho.

Administração Pública exige a Cavaco abertura das negociações

A Comissão Negociadora Sindical da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública entregou, na semana passada, uma carta ao primeiro-ministro exigindo o início das negociações laborais, através da marcação de uma reunião com o secretário de Estado do Orçamento.

O coordenador da federação da Função Pública, Carlos Mamede, explicou, no decorrer de um plenário de dirigentes sindicais organizado pela CNS no Largo Camões, em Lisboa, que a carta é uma exigência para que Cavaco Silva faça cumprir a lei da negociação colectiva - refere a agência Lusa.

Os sindicatos estão à espera que o secretário de Estado do Orçamento marque uma reunião, na qual o Governo deve apresentar uma contra-proposta, para que se dê início ao processo negocial. A CNS, que reuniu com o secretário de Estado a 29 de Setembro, reivindica aumen-

tos salariais que restabeçam o poder de compra dos trabalhadores, a garantia de estabilidade do emprego e a revisão das carreiras e estatutos profissionais na administração pública.

Na carta a Cavaco, a CNS refere um estudo do Ministério das Finanças relativo ao siste-

ma de aposentação dos trabalhadores do Estado, no qual são apontadas soluções «altamente gravosas», tais como um novo aumento dos descontos para 12 por cento e o aumento dos 36 para os 40 anos de serviço.

No plenário foi afirmada a participação do sector na jornada de luta que a CGTP está a preparar para a segunda semana de Novembro. Estão previstos plenários e concentrações com desfile a 9 de Novembro na região centro, uma tribuna pública no Porto dia 11, e uma concentração em frente à Secretaria de Estado do Orçamento no dia 10.

Reintegrar os despedidos das escolas

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública entregou sexta-feira no Parlamento uma petição, com 8316 assinaturas, para exigir a integração dos cerca de 6 mil trabalhadores não docentes a quem o Ministério da Educação se recusou a renovar os contratos para este ano.

Os sindicalistas querem que a Assembleia da República se pronuncie sobre o maior despedimento colectivo de sempre no País e aprove uma lei que integre os mais de seis mil trabalhadores não docentes das escolas do Ensino Básico e Secundário.

Os trabalhadores que estão a ser despedidos são necessários e, prova disso, é o Ministério da Educação estar agora a con-

As contas do Orçamento

Analisando a proposta de Orçamento do Estado que o Governo entregou na AR, a CGTP-IN chegou à conclusão que os trabalhadores da administração pública serão aumentados, em 1995, em 12,5 por cento. As contas foram apresentadas na semana passada, em conferência de imprensa, no dia em que o Conselho Nacional da central reuniu para analisar a situação político-sindical, em particular as consequências do fracasso da Concertação, a dinamização da acção reivindicativa nas empresas, sectores e regiões e a sua articulação com as reivindicações globais. Na ordem de trabalhos figurou também a preparação da acção nacional de protesto e luta, marcada para a semana de 7 a 11 de Novembro.

A CGTP chegou à conclusão de que o Governo prevê aumentos de 12,5 por cento para a administração pública, partindo da dotação provisional do OE para encargos salariais - 150 milhões de contos - e admitindo que não haverá desvios de verbas para outros fins.

Revoltados

«Perante o facto de não existir até ao momento qualquer negociação salarial, nem de qualquer ponto inscrito na proposta reivindicativa comum, apresentada ao Governo pela comissão negociadora sindical em Julho deste ano, os trabalhadores do município de Lisboa manifestam a sua revolta e estado de preparação para a luta pelo direito a salários dignos, rejeitando a política que pretende transformar um direito numa esmola», afirma o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, numa nota de imprensa em que considera «vergonhosa a actualização do Governo, ao pretender transformar estas negociações salariais numa farsa, que aliás ilustra a falta de seriedade do primeiro-ministro».

A direcção do STML, informa-se na nota, «decide redobrar esforços no sentido da mobilização crescente dos trabalhadores» para as acções já convocadas ou a convocar no quadro da plataforma reivindicativa e da semana de luta de 7 a 11 de Novembro.

tratar precariamente outros trabalhadores para ocupar os postos de trabalho deixados vagos pelos despedidos - afirma a FNSFP.

«Esta arbitrariedade pode vir a causar o caos organizativo nas escolas», lê-se no texto da petição, em que se considera os despedimentos «ilegais e irresponsáveis».

A federação entregou também uma cópia do documento ao Ministério da Educação, voltando a exigir do Governo medidas para a reposição da legalidade.

Também a CGTP exigiu recentemente a reintegração dos despedidos, considerando «profundamente lamentável a crise que está instalada em inúmeras escolas» e manifestando solidariedade «para com os trabalhadores que foram vítimas duma ilegalidade do Governo, bem como os alunos, pais e professores».

O PCP já apresentou na AR um projecto de lei determinando que devem ser integrados nos quadros das escolas os trabalhadores não docentes que preencham os requisitos exigidos pela lei geral do trabalho (mas aos quais o Governo não tem dado cumprimento).



Trabalhadores da Telecom protestaram em Lisboa



Exigir o descongelamento dos salários e a garantia dos direitos conquistados foram os principais objectivos que trouxeram a Lisboa largas centenas de trabalhadores da Portugal Telecom, no passado dia 26, respondendo ao apelo da CT e das organizações sindicais mais representativas. Reunidos em plenário nacional nas instalações da PT na Rua Andrade Corvo, os trabalhadores desfilaram depois até ao Ministério dos Transportes e Comunicações.

Nas palavras de ordem e nas intervenções dos dirigentes e activistas foi fortemente criticado o «boicote negocial» que tem caracterizado as posições da administração e do Governo na elaboração do primeiro acordo de empresa da Portugal Telecom. Sindicatos e CT protestaram ainda contra a tentativa de retirada de direitos e regalias, nomeadamente no campo da Segurança Social, e denunciaram a violação dos acordos de empresa, ainda em vigor, aplicáveis aos trabalhadores das empresas fundidas na PT (Telecom, TLP e TDP). A acção de dia 26 destinou-se ainda a rejeitar a perspectiva de privatização dos sectores mais rentáveis da empresa.

Antes de partirem para Lisboa, os trabalhadores da PT/Porto reuniram-se, ao início da manhã, frente às instalações da Central da Picaria dos ex-TLP.

Tribunal dá razão aos despedidos da Grundig

O Tribunal de Trabalho de Braga concluiu na semana passada o julgamento da fábrica Grundig, acusada por seis trabalhadores de despedimento colectivo sem justa causa, dando assim razão, em vários quesitos, aos despedidos.

A empresa alemã despediu, em Julho de 1992, um grupo de trabalhadores, alegando critérios de absentismo, extinção de postos de trabalho, polivalência e produtividade. Na leitura dos quesitos, efectuada dia 25 - relata a Lusa -, o Tribunal de Trabalho de Braga deu razão aos trabalhadores, quando refere que a empresa «voltou a admitir parte dos trabalhadores despedidos e outros a termo certo, substituindo os postos de trabalho».

Dos trabalhadores abrangidos pelo despedimento, os seis queixosos não aceitaram os argumentos da empresa e alegaram tratar-se de uma

perseguição sindical e política, bem como de despedimento colectivo.

O juiz do tribunal bracarense argumentou também, na leitura dos 31 quesitos do processo, que a Grundig recebeu 161 322 contos do programa de apoio à indústria (Pedip) para a reestruturação da produção e apoio ao emprego, não sendo essa verba utilizada para tal fim.

Após a leitura dos quesitos, os queixosos revelaram que aguardam que o Tribunal de Trabalho de Braga ordene a sua reintegração na empresa.

Uma das testemunhas apresentadas pelos trabalhadores em tribunal foi o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, que afirmou conhecer bem a Grundig, na sequência de diversas negociações de contratos laborais, o que o levou a afirmar que se tratou de um despedimento colectivo sem qualquer justificação.

10 anos de PSD aumentaram 14 vezes os prejuízos da CP

Os representantes dos trabalhadores exigem uma auditoria parlamentar e nova política para o caminho-de-ferro.

No final deste ano, as empresas do Grupo CP vão apresentar prejuízos de 54 milhões de contos. Os défices acumulados sobem, assim, para 270 milhões de contos.

O plano de modernização dos caminhos-de-ferro, aprovado em Fevereiro de 1988 em Conselho de Ministros presidido por Cavaco Silva, apontava como grande objectivo a redução dos prejuízos anuais da CP, de 3,9 milhões de contos (em 1987) para 350 mil contos (em 1994). Afinal, em vez de diminuir para menos da décima parte, os resultados negativos aumentaram para um valor 14 vezes maior.

«Isto acontece como resultado de uma política, alegadamente virada para a redução de custos, que nos últimos 8 anos foi responsável pelo encerramento de mil quilómetros de linhas, numa rede que então tinha 3600 quilómetros, tirando assim o comboio a mais de meio milhão de pessoas, para além de eliminar, em simultâneo, sete mil postos de trabalho na CP» - acusam as estruturas representativas dos trabalhadores ferroviários, que referem todos estes números num folheto que estão a distribuir aos utentes do caminho-de-ferro. Também o desmantelamento da CP em 14 empresas - afirmam a federação dos Ferroviários e as comissões de trabalhadores da CP, da EMEF e da Soflusa - não trouxe «nenhum benefício» para os utentes dos comboios, enquanto «aumentou de forma escandalosa as despesas com a gestão, já que, de 6 gestores existentes na CP, passou a haver mais de 50», os quais são «comissários políticos do partido do Governo».

No folheto - em que se divulga aos utentes a intenção das estruturas representativas dos trabalhadores de desencadear uma auditoria parlamentar à gestão da CP - sublinha-se que o Ministério dos Transportes, nas mãos do PSD há mais de 10 anos, tem preferido nomear para o conselho de gerência da CP «quadros partidários de confiança política, que nada sabem de caminho-de-ferro», embora na empresa haja «quadros técnicos de reconhecida competência».

Os membros do Conselho de Gerência que vão passando pela CP são acusados de «passar-se» à conta da empresa. No folheto aos utentes, é citado «o caso dos comboios especiais que organizam para jogar golfe no Algarve», afirmando a federação e as CTs que a última vez que tal sucedeu foi a 30 de Setembro. Os membros do CG, «todos esco-

lhidos pela cor laranja da camisola, mudam-se para outras empresas, levando consigo o passe vitalício em primeira classe para si e para toda a família, além de esbanjarem também os dinheiros dos contribuintes, como são os exemplos de 3 mil contos gastos em tapetes para o gabinete do presidente da CP, automóveis de luxo, etc.» - acusam as CTs e a FSTFP/CGTP.

Apelando aos utentes do caminho-de-ferro para que juntem a sua voz à dos trabalhadores na exigência de uma nova política de transporte ferroviário, as estruturas representativas dos ferroviários exigem a punição dos responsáveis «por este descalabro». É que, feito o balanço ao plano cavaquista aprovado em 1988 (sem respeitar o preceito legal de audição dos trabalhadores), verifica-se que «as únicas metas atingidas» foram a destruição de cerca de um terço da rede ferroviária e a destruição de milhares de postos de trabalho, «além da supressão de centenas de comboios, a desarticulação de horários que serviam trabalhadores e estudantes»... De tal forma que a federação e as CTs admitem que «os passageiros, salvo raras excepções, são hoje mais mal servidos do que há 20 anos».

Entendendo que «será de todo o interesse para o País que as verdadeiras causas do descalabro sejam devidamente apuradas», as estruturas dos trabalhadores afirmam que o Ministério dos Transportes poderia ter evitado que se chegasse a esta situação. Na conferência de imprensa que deram a 29 de Setembro - anunciando o pedido de auditoria parlamentar e uma acção de sensibilização da opinião pública -, a federação e as CTs recordaram que fizeram chegar à gerência e ao Governo, há seis anos, «propostas e sugestões que apontavam para uma verdadeira modernização da rede». Só que «até hoje, nem o Governo nem o CG se dignaram, sequer, acusar a recepção do documento».

PCP: não é só incompetência

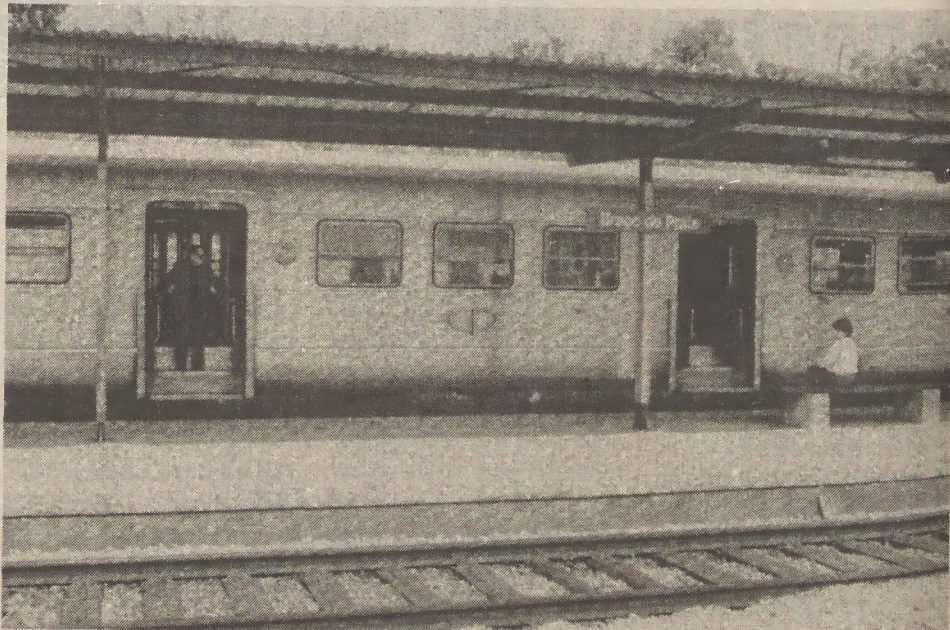
Num comunicado aos trabalhadores, a coordenadora nacional do PCP para o sector ferroviário comenta a actual situação, afirmando que «não foi só por incompetência» que se chegou a tão graves resultados: «É um processo com o objectivo central de privatizar os sectores rentáveis, eliminar o carácter social da prestação

de serviço e entregar o caminho-de-ferro a poderosos grupos estrangeiros.»

Para os ferroviários comunistas, a concretização da auditoria parlamentar é um «imperativo da defesa dos interesses nacionais».

O PCP apela «aos militantes comunistas e a todos os trabalhadores para que saibam encontrar nas aspirações, nos problemas e direitos dos ferroviários o ponto de encontro e de partida para travar a ofensiva e mudar este estado de coisas, inserindo-se na luta mais geral dos trabalhadores, por uma nova política onde prevaleçam os interesses nacionais, o progresso e a justiça social».

No comunicado é manifestada «profunda inquietação» quanto ao papel de «algumas organizações sindicais gravemente comprometidas com a



estratégia do CG na assinatura de acordos que, no essencial, são virados para contrabandar direitos e conquistas alcançados na luta de muitas gerações de ferroviários». «Não menos inquietante é o facto de alguns sectores, independentemente da justeza de interesses localizados, se isolarem da convergência e da unidade na acção, permitindo ao CG não só a desresponsabilização, como atirar o odioso da situação para os ombros de todos os ferroviários, criando a

incompreensão e o mal-estar nos utentes» - afirma a coordenadora dos ferroviários do PCP, sublinhando que «um processo e uma ofensiva globais não se compadecem com respostas pontuais e isolacionistas».

Sindicatos criticam diploma repressivo

Novo Código da Estrada não traz mais segurança

A nova versão do Código da Estrada, que entrou em vigor no dia 1 de Outubro, «tem um carácter predominantemente repressivo e não dá resposta efectiva aos problemas de segurança rodoviária com que Portugal se defronta» - afirma, numa recente informação à imprensa, a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos.

Para a Festru/CGTP-IN, «é hoje claro que os problemas da segurança rodoviária têm de ser resolvidos de forma integrada, através de respostas que ataquem esta problemática nas suas várias vertentes». E a federação explica: «Se é certo que a sinistralidade rodoviária é originada por causas ligadas ao condutor, é necessário, porém, ter presente que, em muitos casos, porventura na sua maioria, essas falhas não resultam de comportamentos culposos, mas antes de deficiências estruturais, cuja correcção tem de ser obtida no plano preventivo, nomeadamente ao nível da formação de base, da reciclagem, da aptidão física e psíquica, etc.»

Na nota recorda-se que as organizações representativas dos trabalhadores dos transportes têm reivindicado, nos últimos anos, um conjunto de medidas visando a resolução integrada desses problemas. Mas o Governo tem deixado sem resposta a maioria dessas reclamações.

A opção do ministro Dias Loureiro e do Governo, que resolveram investir, fundamentalmente, no plano repressivo, é para a Festru «duplamente errada», uma vez que «não produzindo os efeitos positivos necessários, dá origem a situações de manifesto desequilíbrio entre a culpa do agente e os efeitos da sanção». Como exemplo, é referido o que sucede com os motoristas profissionais, sobre os quais podem recair «pesadas sanções acessórias de inibição do direito de conduzir, quando é sabido que, em muitos casos, a prática da contra-ordenação é uma decorrência da dependência a que esses profissionais estão sujeitos relativamente às entidades patronais».

Mas há mesmo um caso em que foi o próprio ministro a dar informação errada aos cidadãos, denuncia a Festru, que defende «a mais severa crítica ao comportamento do Governo no que respeita à divulgação do novo Código junto dos interessados». «Nesta matéria, a posição do Governo toca as raízes da leviandade e da irresponsabilidade» - acusa a federação.

Por um lado, «no decurso de um período de vacatio legis de meio ano, o Governo não levou a cabo uma única acção de divulgação e sensibilização da população, para o conteúdo do novo Código, digna desse nome, limitando-se a utilizar esse facto novo como pretexto para algumas acções de promoção do ministro da Administração

Interna». Mas, protesta a Festru, «o que é mais grave é que o Governo não se limitou a dormir sobre o princípio segundo o qual a ignorância da lei não aproveita a ninguém, tendo chegado ao ponto de delapidar milhares de contos do erário público levando a casa de cada cidadão uma pomposa missiva em que nada se esclarecia e, bem pelo contrário, se induzia em erro e se incentivava os cidadãos à prática da contra-ordenação».

É que, enquanto no novo Código é limitada a 90 km/h a velocidade máxima, em auto-estrada, dos veículos pesados de passageiros, a carta que o ministro Dias Loureiro fez chegar às caixas de correio informa que esses veículos poderiam circular a 110 km/h, «o que tem vindo a dar lugar à aplicação das respectivas sanções, sem que os motoristas profissionais possam ser responsabilizados, uma vez que foram induzidos em erro pelo próprio Governo», afirma a Festru, defendendo que o erro seja corrigido «pela mesma forma» como foi criado: uma carta a cada cidadão assumindo a responsabilidade do engano e repondo a informação verdadeira.

Comissão-fantasma

A federação dos Transportes Rodoviários e Urbanos é de opinião que «um diploma com a importância e as implicações sociais que caracterizam o Código da Estrada deveria ter sido objecto de ampla discussão pública prévia e deveria ter sido facultada a participação na sua elaboração do maior número de entidades directamente relacionadas com o trânsito rodoviário».

Não foi assim que sucedeu. Mas, «consciente de que se justificava essa ampla participação, o Governo teve o cuidado de constituir o que designou por Comissão Consultiva para a revisão do Código da Estrada, para a qual convidou as entidades mais directamente interessadas na matéria, incluindo a Festru, tendo conferido posse a essa comissão com pompa e circunstância e com uma ampla divulgação pública».

O que depois se passou, contudo, leva a federação a afirmar que «a constituição dessa comissão se destinou apenas a salvar as aparências, não lhe tendo sido permitida uma efectiva participação na elaboração do novo Código». A Festru cita dois factos para ilustrar a sua afirmação:

- os membros da comissão nunca tiveram acesso ao projecto do novo Código; tal acesso foi-lhes expressamente negado enquanto o projecto não fosse aprovado em Conselho de Ministros;

- sem permitir que conhecessem o projecto do Governo, o ministro chegou a solicitar aos membros da comissão sugestões para a regulamentação do novo Código; a Festru considera esta uma situação «caricata».

Associação Académica de Lisboa acusa Governo de desinvestir e de política eleitoralista

A Associação Académica de Lisboa (AAL) considerou a semana passada que o Governo, ao contrário do que afirma, tem vindo a "prosseguir o desinvestimento" no Ensino Superior público nos últimos anos. Este "desinvestimento" apenas tem sido interrompido em períodos eleitorais, como sucedeu no Orçamento de Estado (OE) de 1992, que foi aprovado em 1991, ano em que se realizaram as últimas eleições legislativas, sublinhou, em conferência de imprensa, a direcção da AAL.

A situação repete-se actualmente, já que a proposta de OE para o próximo ano prevê, nas verbas para o Ensino Superior, um aumento nominal de 11 por cento que corresponde, segundo a associação, a um crescimento real de seis ou sete por cento.

Este crescimento está, na opinião da AAL, "muito provavelmente" relacionado com o descontentamento no meio académico e com a realização, em 1995, de eleições legislativas.

Além de não crescer o investimento, as verbas aprovadas pela Assembleia da República, no âmbito do OE, não têm correspondido às que são depois atribuídas ao Ensino Superior.

Como exemplo desta situação, a AAL referiu-se ao sucedido em 1993, ano em que as

verbas aprovadas ascendiam a mais de 15 milhões de contos, mas as de facto aplicadas se ficaram por pouco mais de 12 milhões de contos (o que correspondeu a um corte de 3,5 milhões de contos).

Apesar de, em termos absolutos, se verificar "um crescimento moderado" das verbas, este não acompanha o aumento do número de alunos, pelo que o orçamento para o Ensino Superior "não tem crescido, mas sim estagnado".

Esta situação de "estagnação/asfixia" não confere aos órgãos das escolas a "liberdade financeira suficiente" para que possam "exercer a autonomia contemplada na lei", limitando-as a "fazer uma gestão de contenção e redução de despesas", referiu a AAL.

A associação criticou ainda a actuação do Governo relati-

vamente à acção social escolar, considerando que também neste capítulo não tem havido o necessário acréscimo orçamental.

Embora tenha aumentado o custo das propinas em 1992 (o que deveria reflectir-se nas verbas disponíveis para acção social), o orçamento destinado à ajuda aos estudantes mais desfavorecidos não registou crescimento, porque a partir do mesmo ano ocorreram "os maiores cortes orçamentais desde sempre nas verbas para apoio social no Ensino Público".

Assim, a intenção do executivo "parece ser a de atribuir apenas o mínimo necessário para que as cantinas, residências e outras estruturas de apoio social não encerrem por falta de verbas", considera a AAL.

No caso particular das residências para estudantes, elas cobrem apenas quatro por

cento do total de alunos deslocados. Esta situação é agravada pela falta de alguns dos edifícios não poderem ser utilizados plenamente devido ao seu estado de degradação, concluiu a AAL.

Faltam condições em escolas de Setúbal

A Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais (FERSAP) enviou uma carta aberta à ministra da Educação a queixar-se da falta de condições de funcionamento das escolas locais.

Falta de escolas, instalações degradadas, falta de pessoal auxiliar e administrativo são algumas das situações apontadas no documento.

A FERSAP salienta que, devido à falta de pessoal não



docente, tem sido reduzido o número de aulas dadas e têm sido encerrados serviços essenciais para os alunos, nomeadamente secretarias, bibliotecas e refeitórios.

"A abertura das escolas no presente ano lectivo entre 15 e 20 de Setembro foi mais uma vez determinada por um acto

administrativo do Governo e do Ministério da Educação com pleno desprezo pelas realidades concretas de cada região e total desinteresse pela falta de condições existentes nas escolas", diz a carta.

A federação termina a missiva acusando a ministra da Educação de falta de diálogo.

«Fuga» de Cavaco da Universidade de Coimbra

Reunião extraordinária do Senado adia inaugurações

O Senado da Universidade de Coimbra decidiu quinta-feira, por unanimidade, separar a Abertura Solene das aulas da inauguração dos Pólos II e III. Os dois actos, para cuja presidência foi convidado o Primeiro-Ministro, estavam inicialmente marcados para a passada quarta-feira, mas foram suspensos pelo reitor, Rui Alarcão, depois de Cavaco Silva ter cancelado a sua vinda a Coimbra por ter recebido a contestação de estudantes e a entrega de um abaixo-assinado de professores, tal como noticiámos a semana passada.

O comunicado do Senado, lido por Rui Alarcão no final de cerca de quatro horas de reunião diz que a Abertura Solene deverá ocorrer "no prazo mais rápido possível", sendo a inauguração dos Pólos II e III "adiada para data oportuna".

O Senado, que se reuniu extraordinariamente a pedido do reitor, refere que a Abertura Solene deverá decorrer "dentro da dignidade e festividade que devem rodeá-la e que nunca estiveram verdadeiramente em causa".

O texto diz ainda que o Senado "ratifica as diligências e atitudes" tomadas pelo reitor e enquadra o adiamento da inauguração dos novos Pólos "nos termos que as circunstâncias aconselharem".

Este órgão, que integra o reitor e representantes dos professores, alunos e funcionários da Universidade, teve a semana passada a sua primeira reunião extraordinária desde a sua criação, em 1990.

Em declarações aos jornalistas, Rui Alarcão disse que o convite ao primeiro-ministro se mantém e referiu os dias 4 ou 8 de Novembro como as datas mais prováveis para a Abertura Solene das Aulas.

Este acto estava inicialmente marcado para 19 deste mês, tendo sido adiado pelo Senado para a semana passada devido a impossibilidade do Primeiro-Ministro.

Rui Alarcão acrescentou que o convite a Cavaco Silva fora por ele feito "antes das férias, com toda a solenidade e com todo o empenhamento", pelo que "não tem de ser renovado nem retirado".

Quanto à vinda do chefe do governo, disse não ter recebido qualquer justificação oficial do seu cancelamento, atribuído por fonte do seu gabinete, em declarações à Agência Lusa, "a algumas posições de intolerância de grupos minoritários".

A propósito, Rui Alarcão frisou que a Universidade de Coimbra "nunca aconselhou o Primeiro-Ministro a não vir" e acrescentou estar convencido

de que a visita decorreria com dignidade.

Por seu lado, Tiago de Magalhães, presidente da direcção geral da Associação Académica de Coimbra, disse que Cavaco Silva será bem recebido pela Universidade de Coimbra, "mas terá de ouvir o que há para lhe dizer" e "aceitar a contestação legítima".

"A Universidade tem coisas para dizer e transmitir ao Primeiro-Ministro", frisou o dirigente associativo estudantil, acrescentando que o próprio Senado foi hoje unânime ao afirmar que nunca esteve em causa a dignidade de que se revestirá a Abertura Solene.



Já há três mil e 500 jornalistas

A classe profissional dos jornalistas registou um elevado crescimento nos últimos anos, marcado pela feminização e juvenização, conclui um estudo da autoria do sociólogo José Luís Garcia, que resulta de um inquérito nacional realizado junto dos jornalistas profissionais e que inaugura a colecção "Cadernos de Jornalismo", promovida pelo Sindicato dos Jornalistas e apresentada a semana passada.

A classe registou, nos últimos anos, um elevado ritmo de crescimento, existindo actualmente cerca de três mil e 500 jornalistas profissionais, dos quais 30 por cento são mulheres e 25 por cento tem menos de 25 anos.

Segundo este trabalho, o jornalista-tipo português é do sexo masculino, tem 33 anos, reside em Lisboa, interrompeu um curso superior, ganha cerca de 140 contos por mês e iniciou a sua carreira profissional depois da primeira maioria absoluta do PSD.

No que se refere às habilitações literárias dos jornalistas portugueses, este estudo salienta o facto de existirem cerca de 240 novos profissionais com menos do que o 12º ano de escolaridade.

Apesar de referir que "a escolaridade baixa não é negligenciável", o estudo acrescenta que "também aumentou" o número dos que chegaram à profissão já com uma licenciatura.

A maioria, no entanto, interrompeu um curso universitário a meio, sendo esta uma das principais características dos jornalistas nacionais.

Um dos problemas actuais da classe profissional dos jornalistas é a sua imagem junto da opinião pública.

Um estudo realizado em 1991 refere que 38 por cento dos inquiridos admite acreditar no que lê nos jornais, mas acrescenta que uma percentagem idêntica faz depender essa confiança do jornal em que leu a notícia e do jornalista que a escreveu.

O mesmo estudo refere que 16 por cento dos entrevistados não acredita no que lê nos jornais.

Corrupção alastra Governo conivente

O Governo é o responsável pela ausência de combate efectivo à corrupção e às fraudes no nosso país — ao não disponibilizar os meios indispensáveis à investigação —, estando, com esta atitude, a pôr em causa o funcionamento do Estado de Direito e a debilitar as bases fundamentais do regime democrático. Proveniente da formação comunista, pela voz do Deputado António Filipe, esta acusação ao Executivo trouxe a lume uma matéria central da actualidade, marcando os trabalhos da passada semana parlamentar.

Perante uma maioria que não escondeu sinais de perturbação e nervosismo na abordagem do tema, ao esquivar-se nomeadamente ao repto lançado pelo PCP para a realização de um debate de urgência sobre o combate à corrupção, António Filipe, na declaração política por si proferida, foi mesmo mais longe ao sublinhar que o comportamento do PSD perante este fenómeno evidencia sintomas de quem «não tem a consciência tranquila».

Fundamentado o seu ponto de vista, salientou a propósito a «longa lista de casos» que «exigem sérios apuramentos de factos e responsabilidades, quer políticas quer inclusivamente do foro criminal e que têm como agentes figuras gradas do PSD, do Governo e de escalões elevados da Administração Pública».

Reino da impunidade

Antes, porém, já o deputado do PCP chamara a atenção para que não pode haver um Estado democrático em que o Governo se sirva dos seus poderes para garantir a impunidade de fraudes de actos de corrupção, de delapidação do património público e do tráfico de influências», o mesmo é dizer, «para garantir a impunidade das clientelas que enriquecem à sombra da corrupção que a política desse mesmo Governo estimula e favorece».

O mote estava dado e, a partir daí, as críticas ganharam ainda maior contundência, com António Filipe a trazer para primeiro plano do debate o Relatório da inspecção efectuada pelo Ministério Público à Polícia Judiciária, cujos elementos — que classificou de aterradores — constituem em si mesmo uma «comprovação séria e independente da conivência activa do Governo para assegurar a impunidade dos que da corrupção, da fraude e do tráfico de influências fazem profissão».

«No âmbito das fraudes relativas à obtenção e utilização de subsídios provenientes de fundos comunitários — recordou António Filipe, citando dados do Relatório —, em Março de 1993, encontravam-se pendentes 54 processos com mais de um ano, 30 com mais de dois

anos, 21 com mais de quatro anos, 55 com mais de cinco anos, e 12 com mais de seis anos».

E prosseguiu: «Do total de 186 inquéritos que à data da inspecção se encontravam nas directorias de Lisboa e Porto, 125 não tinham qualquer diligência efectuada. Destes processos, sem qualquer investigação, cinco tinham mais de seis anos, 40 mais de cinco anos, 48 mais de quatro anos, 59 mais de três anos, 71 mais de dois anos e cem mais de um ano.»

Realçado pelo parlamentar comunista foi ainda o facto de os processos que individualmente envolvem dezenas de empresas e «que fazem suspeitar de redes com penetrações na Administração Pública e de conexões com outro tipo de criminalidade (nomeadamente corrupção)» estarem na sua generalidade por investigar ou longe da conclusão.

Em suma — e esta é sem dúvida a questão nodal nesta matéria —, apesar da gravidade dos factos suscitados, o Governo não accionou as medidas necessárias, com isso revelando não ter vontade política para que os crimes de corrupção e fraudes sejam investigados.

«Essa investigação não é feita porque o Governo não quer, porque o Governo actua deliberadamente por forma a que isso não aconteça e que por inércia prescrevam os procedimentos criminais», não hesitou em concluir António Filipe, que acusou ainda o Executivo por se distinguir na elaboração de relatórios de pura e simples ilibação, por lançar operações de diversão quando os escândalos se tornam públicos e também por produzir alterações legislativas e ataques ao Tribunal de Contas, à Procuradoria Geral da República, à independência dos Tribunais ou até à própria liberdade de imprensa, como forma de tentar neutralizar «as instituições que, escapando ao seu controlo partidário, possam ser obstáculo à impunidade de fraudes e actos de corrupção».

Antes de manifestar a sua convicção de que os indícios existentes apontam inequivocamente para a existência de corrupção ao nível do aparelho de Estado e que o Governo e o PSD não estão interessados no esclarecimento dessas situações,

António Filipe, numa alusão directa ao que se passa noutros países europeus, deixou uma nota de reflexão: «o vírus da corrupção devorou o Partido da Democracia Cristã em Itália. Dvorou os partidos socialistas italiano e francês. Corrói gravemente o Partido Socialista Operário Espanhol, os partidos de direita em França e o Partido Conservador Britânico.

Isto é, a corrupção instala-se e medra onde e quando se constata a existência de governos assentes em maiorias absolutas que se prolongam no tempo.

A corrupção abala a confiança dos cidadãos no Poder político e abre caminho a tendências totalitárias que os seus próprios meios fomentam e controlam».

Atrasos do Governo ameaçam escolas profissionais

A suspensão do envio às escolas profissionais de verbas em atraso relativas ao período de Janeiro a Junho — facto que veio de novo trazer a lume situações profundamente negativas, com salários de docentes em atraso, pagamentos de subsídios a alunos suspensos e compromissos junto de fornecedores comprometidos — voltou a suscitar uma reacção da bancada comunista, que classifica esta situação de «inaceitável» e de

grave ameaça ao próprio ensino profissional.

Em requerimento dirigido ao Governo, onde indaga das razões de tais atrasos e solicita esclarecimentos quanto à data da regularização da situação —, o segundo que subscreve sobre esta matéria — o deputado Paulo Rodrigues recorda nomeadamente que a actividade das escolas profissionais foi fortemente prejudicada no passado ano lectivo pela referida situa-

ção, facto que contrasta com a importância que o próprio Ministério da Educação diz reconhecer quanto ao papel destas escolas.

A este propósito, lembra Paulo Rodrigues no texto do requerimento, ainda muito recentemente o secretário de Estado da Educação e Desportos repetia declarações de apreço pelas escolas profissionais, tendo inclusive afirmado que os problemas de financiamento que

as perturbaram no passado ano lectivo estavam ultrapassados.

Considerando que as escolas profissionais constituem hoje uma realidade «que não pode ser ignorada», Paulo Rodrigues assinala que a sua importância resulta quer da «pertinência de objectivos que norteiam este tipo de ensino», quer do seu já elevado número em funcionamento, actualmente 170 estabelecimentos de ensino, com uma população de cerca de trinta mil alunos.

Operação «mãos sujas» no reino da impunidade

O desvio de verbas do Fundo Social Europeu e o regabofe das privatizações com a transferência de um imenso património público para a posse de meia dúzia de famílias, num quadro que caracterizou de «opacidade, compadrio e corrupção» e de «escandalosa operação de «mãos sujas» conduzida pelo Estado laranja», foram apontados por António Filipe como testemunhos eloquentes daquilo que designou como «os reais desígnios do PSD em matéria de corrupção».

Por outras palavras, para o parlamentar comunista, o que anima o partido do Governo «não é o combate à corrupção, mas a criação de condições que a deixem alastrar impunemente», fundamentando a este propósito o seu ponto de vista com os numerosos escândalos ocorridos no âmbito do Ministério da Agricultura.

António Filipe recordou, designadamente, a utilização ilícita de património e cargos

públicos para o enriquecimento próprio de altos funcionários do Ministério, assinalando, por outro lado, a nomeação para altas funções da Administração Pública de funcionários envolvidos em irregularidades e casos de peculato.

A criação, no domínio da caça, de empresas privadas para gerir coutadas em terrenos públicos, empresas essas de que são sócios funcionários que no Ministério são responsáveis pela aprovação dos projectos, pela concessão das zonas de caça e pela sua própria fiscalização, constituiu outro exemplo da longa lista recensada por António Filipe, que fez, igualmente, questão de chamar a atenção para as negociatas agora vindas a público envolvendo o secretário de Estado da Administração Interna e, sobretudo, para os «casos não detectados pela comunicação social e que as entidades não investigam por falta de meios».

Hospital do Patrocínio, em Évora PCP quer desbloquear finalização da construção

No sentido de desbloquear a finalização da construção do Hospital do Patrocínio, em Évora — cujo processo se arrasta há largos anos —, o deputado comunista Lino de Carvalho solicitou a presença na Assembleia da República de responsáveis da Administração Pública com competência para tomar posição sobre o assunto e concretizar tal objectivo.

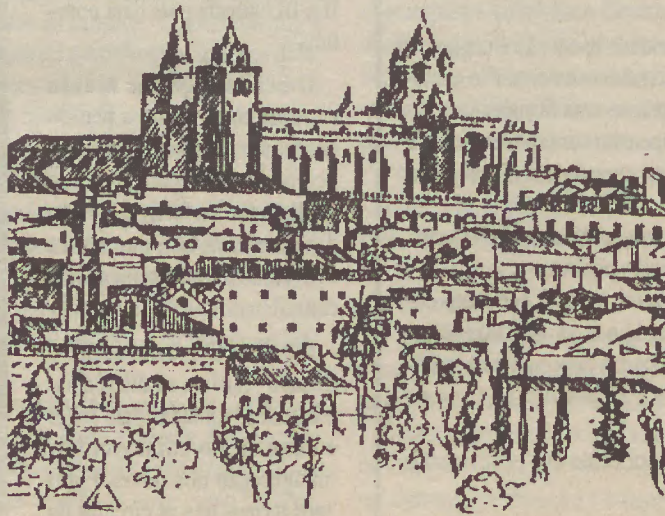
O pedido de Lino de Carvalho, formalizado em carta dirigida ao ministro dos Assuntos Parlamentares, na qual manifesta a sua disponibilidade para o acerto da data mais conveniente para a realização da reunião, surge na sequência de uma notícia recentemente veiculada por um matutino dando conta de uma iniciativa de natureza idêntica promovida por um deputado da maioria governamental.

Mais exactamente, tratou-se de uma reunião promovida por um deputado do partido do Governo eleito pelo círculo de Castelo Branco, em que participou o Director-Geral das Instala-

ções e Equipamentos de Saúde, bem como o governador civil e vereadores do PSD na Câmara da Covilhã, reunião essa que, de acordo com a informação vinda a público terá cumprido os objectivos dos seus promotores, isto é, «desbloqueado a demora no arranque do Hospital da Cova da Beira».

Estranhando esta «meritória iniciativa» que, segundo as suas palavras, lhe chamaram a atenção para «mecanismos de intervenção dos deputados que não parecia vislumbrarem-se no Regi-

mento da Assembleia da República», Lino de Carvalho afirma não querer acreditar que tal iniciativa só tenha sido possível por se tratar de um deputado do Partido do Governo, pelo que — conclui na missiva dirigida a Marques Mendes — está seguro de que o Executivo «não colocará dificuldades a que a Administração Pública reúna com os deputados da oposição nos mesmos termos em que o faz com os deputados da maioria».



Águas ibéricas Uma partilha desigual

A partilha dos recursos hídricos, sendo um problema à escala do Planeta, assume em Portugal características particulares que preocupam cada vez mais os comunistas. Uma preocupação agravada, por um lado, pelo aparente alheamento do Governo face à questão e, por outro lado, pela decisão do governo espanhol em avançar com o Plano Hidrológico Nacional de Espanha (PHNE), de enormes e inaceitáveis repercussões em Portugal.

O problema da gestão dos rios ibéricos (Lima, Minho, Douro, Tejo e Guadiana), que representam cerca de 40 por cento dos recursos de águas superficiais portugueses, motivou já diversas iniciativas dos eurodeputados do PCP junto dos principais órgãos comunitários, sem que até à data a questão merecesse a devida atenção. A semana passada, em Bona, na Conferência das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos Nacionais dos Estados-membros da União Europeia, o PCP voltou à carga, desta vez através do deputado António Murteira.

Numa intervenção dedicada à "partilha dos recursos hídricos entre países da UE", o deputado comunista chamou a atenção para a importância que a questão assume em Portugal (2/3 do território nacional são abrangidos por bacias hidrográficas internacionais) e alertou para o facto de os principais rios internacionais do país (Douro, Tejo e Guadiana) terem perdido, nos últimos 20 anos, cerca de um quarto do seu caudal, no caso dos dois primeiros, e cerca de metade do caudal, no caso do último, da água proveniente de Espanha.

Sublinhando a gravidade de "só há alguns meses" o país ter sido informado das referidas perdas, António Murteira manifestou ainda a sua preocupação face à decisão espanhola de avançar com o PHNE que, nos termos da versão entregue aos deputados na Assembleia da República, "iria ter enormes e inaceitáveis repercussões em Portugal", pois "sofreriam novas e enormes quebras de caudais, até ao ano 2012".

Concretizando, "o rio Douro sofreria nova redução de 22 por cento, o Tejo de 15 e o Guadiana de 23 por cento", o que, como alertou aquele deputado, seria um desastre para Portugal, "particularmente para todo o sul do país, já sujeito a um prolongado e profundo processo de desertificação demográfica, económica e ambiental".

António Murteira chamou ainda a atenção para o facto de o PHNE representar um sério risco para a construção do Alqueva, cujo projecto visa armazenar no rio Guadiana mais de 4000 milhões de metros cúbicos de água doce e representa "a grande perspectiva para o desenvolvimento de 1/3 do território português, o sul, até finais do

século e princípios do século XXI".

Na sua intervenção, o deputado comunista apelou à colaboração dos deputados espanhóis no debate de tão importante questão e defendeu, antes da concretização de qualquer Plano Hidrológico Nacional, a negociação de "novos convénios sobre os rios ibéricos internacionais, que assegurem os direitos e estipulem os deveres de cada um dos Estados". A Comunidade Europeia sugeriu, por seu turno, que reanalise cuidadosamente "as disposições existentes sobre a partilha de recursos hídricos, no sentido de se poder, com rigor, decidir se é ou não necessária nova legislação comunitária sobre a matéria."

Pluralismo ameaçado

A concentração excessiva no domínio dos *media* constitui uma ameaça ao respectivo pluralismo, pelo que a Comissão deve regulamentar a questão ao nível da União Europeia - defendeu o PE na sua última sessão, na sequência de uma iniciativa da eurodeputada italiana Luciana Castellina, do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia.

O debate do tema foi suscitado por uma questão oral à Comissão, tendo como pano de fundo a actual situação existente em Itália. Segundo a referida deputada, não se percebe porque é que nesta matéria a Comissão se escuda atrás da "subsidiariedade", quando a União Europeia pretende harmonizar, por exemplo, as legislações em matéria de electricidade. Na sua opinião, renunciar à iniciativa comunitária neste domínio constituiria "um precedente grave", até porque "a liberdade de informação é mais importante do que a liberdade de circulação".

Sem recusar explicitamente a necessidade de uma iniciativa na matéria em causa, o comissário Vanni d'Archirafi defendeu que se impõe uma fase de reflexão prévia sobre o assunto, insistindo no entanto que uma tal iniciativa teria de ter antes do mais como objectivo a concretização do mercado interno no domínio dos *media*. Em todo o caso, considerou que uma decisão sobre a oportunidade de uma iniciativa poderá ser tomada em 1995.

As diferentes intervenções sobre o assunto em análise coincidiram, pelo menos aparentemente, numa preocupação comum: pôr fim às concentrações excessivas no domínio dos *media*. Para o eurodeputado italiano Bertinotti, que denunciou o risco de colonização da cultura pela mundialização da comunicação de massas, a Itália é hoje bem o exemplo do país onde **não há concorrência, nem pluralismo, mas um monopólio do poder concentrado nas mãos de uma grande empresa, o que ameaça a democracia.**

Se todos parecem apostados em salvaguardar o pluralismo, o mesmo não se poderá dizer quanto às formas de o conseguir. Para a Comissão, o quadro em que poderá intervir é o do mercado interno, pelo que se propõe encetar as consultas necessárias até final do ano. Até lá, resta aos eurodeputados continuar a pressionar para que o exemplo italiano não frutifique na União Europeia.

PE aprova apoio a pescadores

O Parlamento Europeu aprovou, a semana passada, na sua sessão plenária, uma resolução exortando a Comissão a estabelecer um novo acordo de pesca com Marrocos, a apresentar propostas de apoio à reconversão dos navios pesqueiros, e a indemnizar os armadores e pescadores da União Europeia bloqueados pelo diferendo com as autoridades marroquinas.

A iniciativa, que contou com o apoio dos eurodeputados portugueses à excepção dos do CDS/PP - curiosamente os únicos que não subscreveram a proposta de resolução comum -, reveste-se da maior importância para Portugal. No Algarve, recorda-se, uma frota de 20 embarcações continua parada, afectando cerca de 400 pescadores, a braços com as dificuldades de reconversão impostas pelas exigências de Marrocos (passagem de rede para anzol e respectiva incidência ao nível de mão-de-obra e investimentos), enquanto para os pescadores do resto do país a situação só se encontra

provisoriamente resolvida até Maio do próximo ano. A resolução aprovada no PE - que se transcreve em separado - foi subscrita pelos Grupos do Partido Socialista Europeu, do Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformistas, e do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, a que pertencem os eurodeputados do PCP.



Resolução

O Parlamento Europeu,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3954/92 do Conselho, de 21 de Dezembro de 1992, relativo ao acordo sobre pescas marítimas com Marrocos, que deveria vigorar quatro anos, de 1 de Maio de 1992 a 30 de Abril de 1996.

Tendo em conta a sua resolução A3-0394/92 de Dezembro de 1992.

Tendo em conta a sua resolução B3-0167/94 de 10 de Fevereiro de 1994 sobre as violações dos direitos do Homem em Marrocos e no Saara Ocidental;

A. Considerando que Marrocos, na sequência da proposta oficial da Comissão e com base na promessa de renegociação do acordo de pesca mediante o qual a duração do presente acordo deverá ser reduzida de um ano, apenas começou a emitir licenças em 15 de Outubro, o que provocou um atraso injustificado de mais de 25 dias, à excepção dos navios que utilizam redes monofilamentos;

B. Considerando que este acordo representa um encargo considerável para a União Europeia em termos de indemnizações financeiras (408,4 milhões de ECU's) e das concessões comerciais que foram feitas; que a Comunidade já pagou a indemnização prevista para 1994-1995, até 30 de Março de 1995, e que os armadores comunitários pagaram também, tal como deviam, as respectivas licenças de pesca;

C. Considerando que este acordo se reveste de uma grande importância para os pescadores da União Europeia que não têm qualquer fonte alternativa de receitas; que as comunidades de pescadores afectadas por esta questão estão a enfrentar grandes dificuldades económicas, sociais e financeiras;

D. Considerando que as relações entre a União Europeia e Marrocos têm sido tradicionalmente boas e que a Comunidade, pela sua parte, deseja melhorar estas relações de cooperação no futuro;

E. Considerando que os últimos contactos entre a Comissão e as autoridades marroquinas parecem ter alcançado uma solução aceitável para ambas as partes;

F. Considerando que a Comissão aceitou o pedido de Marrocos para reduzir a três anos a duração do acordo em vigor e encetar o mais rapidamente possível novas negociações para a renovação do acordo em questão;

G. Considerando que a Comunidade Europeia aprovou, em 14 de Outubro, um projecto de mandato de negociação prevendo, designadamente, o fim do acordo actual em 30 de Abril de 1995 e a negociação de um novo acordo:

1. Lamenta este incidente e espera que acções futuras relacionadas com este acordo sejam geridas no respeito das regras do Direito Internacional;

2. Exorta a Comissão a estabelecer os critérios e princípios para futuras negociações e manter o Parlamento Europeu permanentemente informado sobre a evolução da situação, solicitando que o novo acordo abranja as águas sob a soberania e controlo das autoridades marroquinas e inclua uma autorização para a realização de investigação científica que permita avaliar os recursos haliêuticos;

3. Solicita à Comissão que estabeleça, no novo acordo, regras muito claras de garantia em caso de não respeito do acordo pelos signatários;

4. Solicita à Comissão que tome em conta, de forma eficaz, os problemas de preservação e gestão dos recursos, que tome medidas destinadas a garantir que as paragens biológicas estabelecidas sejam aplicadas a todas as frotas, sem distinção, incluindo a frota marroquina, durante um período máximo de um mês, escolhido de entre os meses em que as espécies das águas em questão se reproduzem, prevendo subsídios adequados para os navios em questão;

5. Solicita à Comissão que garanta o cumprimento pelas autoridades marroquinas de todas as obrigações previstas no acordo em vigor;

6. Solicita à Comissão a apresentação, tão rapidamente quanto possível de propostas tendentes a apoiar a reconversão dos navios que usam redes monofilamentos para a utilização de redes multifilamentos;

7. Solicita à Comissão indemnizações financeiras adequadas para os armadores e pescadores da União Europeia bloqueadas devido à decisão marroquina;

8. Solicita à Comissão que envie uma delegação da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu às negociações sobre o novo acordo de pesca com Marrocos;

9. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução à Comissão, ao Conselho e às Autoridades de Marrocos.

Guatemala

Cerca de 300 pessoas integram a missão internacional encarregada de verificar o cumprimento do acordo global sobre direitos humanos, assinado em Março pelo Governo e a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca. A Associação das Famílias dos Presos e Desaparecidos indicou, em Setembro - com base na imprensa e em denúncias que lhe foram directamente apresentadas - 364 casos de violação dos direitos humanos. Um número que inclui 95 casos de assassinato, 30 execuções extrajudiciais, 20 sequestros, 16 casos de tortura, 42 de espancamento e ameaças de morte e 7 desaparecimentos.

Irão

134 intelectuais iranianos denunciam, em carta aberta, "a censura e as perseguições de que são vítimas", e exigem a criação de um "movimento sindical independente", para "reinstaurar a liberdade de pensamento" no Irão. "Quando a luta contra os obstáculos levantados à leitura e à liberdade de pensar ultrapassa as capacidades individuais, impõe-se fazê-lo de forma colectiva e no plano profissional, para que a liberdade de pensamento, de expressão e de publicação seja reconquistada, e para lutar colectivamente contra a censura", sublinha-se na carta, enviada nomeadamente à imprensa iraniana e a associações de escritores de vários países.

Venezuela

O movimento popular de protesto contra a carestia de vida tem vindo a crescer no país. A taxa de inflação acumulada até Setembro era já de 50,6% e os preços de diversos alimentos registaram subidas até aos 100%.

Itália

O financeiro socialista italiano Ferdinando Match di Palmstein, procurado pela justiça italiana no âmbito da operação "Mãos Limpas", foi detido em Paris. Match di Palmstein, 47 anos, de origem suíça e amigo do antigo primeiro-ministro italiano Bettino Craxi, foi detido pela polícia francesa, em colaboração com carabineiros italianos. O financeiro era procurado desde há ano e meio, com cinco mandados de captura passados por tribunais de Roma e Milão. Nos últimos meses, foi detectado na Espanha. Entre as principais acusações, contam-se o

Conferência de Casablanca Palestina e economia em debate

O Primeiro-Ministro israelita, Yitzhak Rabin, e o Presidente da Autoridade Nacional Palestiniana, Yasser Arafat, terão novo encontro dia 7 de Novembro em Erez, principal passagem entre Gaza e Israel.

Fontes oficiais israelitas e palestinianas disseram que os dois líderes debaterão no seu próximo encontro os temas da segurança e as eleições nos territórios ocupados.

Entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, que acompanha Rabin à Conferência Económica sobre o Médio Oriente, em Casablanca, propôs a criação de um mercado comum para o Médio Oriente e o Norte de África.

O primeiro dia da Conferência de Casablanca ficou entretanto marcado por um encontro à margem da reunião, entre Yasser Arafat e Yitzhak Rabin, em que o primeiro-ministro israelita anunciou "o levantamento gradual" do bloqueio à faixa de Gaza, o que significa a possibilidade de regresso ao trabalho de milhares de palestinianos, subitamente lançados numa situação dramática em termos de sobrevivência.

As fronteiras de Israel foram fechadas na sequência de um atentado, por parte de

fundamentalistas islâmicos, a um autocarro em Tel-Aviv, de que resultaram 23 mortos. Uma reacção por parte de Israel prontamente condenada pela OLP, por se tratar de "uma punição colectiva contra toda uma nação e dezenas de milhares de trabalhadores".

O carácter gradual do levantamento desta sanção é igualmente contestado pela OLP, que exige que a suspensão de tais medidas punitivas seja "total e imediata", como foi sublinhado por Yasser Abed-Rabbo, chefe de informação do dirigente palestiniano.

Medidas repressivas como o encerramento de fronteiras, de par do arrastar da aplicação dos acordos, tenderão a tornar cada vez mais difíceis avanços no processo de paz. O desespero gerado pela falta de razões palpáveis de confiança, apenas pode alimentar um ciclo vicioso de violência.

É de facto o que tem vindo a acontecer.

Neste momento, os israelitas manifestam alguma disponibilidade de avançar - finalmente - na aplicação dos acordos de paz de Oslo de 1993, sobre os pontos internacionais de passagem para os enclaves sob administração palestiniana de Jericó e de Gaza.

Trata-se ainda de transferir para os palestinianos as responsabilidades nas áreas da segurança social, turismo, impostos e saúde - os palestinianos já fazem a gestão da educação na Margem Ocidental e em Gaza.

Medidas, entretanto, dependentes de acordos sobre financiamentos - sempre condicionados e condicionadores das políticas a ser implementadas.

Cerca de 500 estudantes palestinianos queimaram retratos do Rei Hussein da Jordânia, durante uma manifestação no campus da universidade de Al-Azhar, em Gaza, contra o tratado de paz israelo-jordano.

Os responsáveis da manifestação leram um folheto que condena o tratado e a cláusula que reconhece à Jordânia um "papel histórico" nos lugares santos do Islão em Jerusalém.

Os manifestantes acusaram a Jordânia de ter "traído a causa árabe, ao abrir caminho para uma invasão económica israelita".

A manifestação, organizada pelo Conselho dos Estudantes ligado à Fatah, de Yasser Arafat, decorreu sem incidentes.

Israel aumenta o orçamento militar

O orçamento israelita para a Defesa deverá aumentar em mais de 600 milhões de dólares em 1995, apesar do processo de paz em curso, o acordo de autonomia com os palestinianos e o tratado de paz com a Jordânia.

As despesas com a defesa vão aumentar em cerca de 8,3 mil milhões de dólares, um acréscimo de 7,9% em relação a 1994. Estes números incluem a ajuda militar norte-americana, que se mantém na ordem dos 1,8 mil milhões de dólares. No total, as despesas com a defesa irão representar 17,8% de um orçamento de 49 mil milhões de dólares.

Este aumento das despesas militares não inclui as ofertas de armamento por parte dos

EUA ou as exportações de material militar usado pelo exército israelita. O Ministério das Finanças calcula que entre 1991 e 1994, Israel ganhou cerca de 416 mil milhões de escudos em material militar americano e alemão. Entre 1991 e 1993, o exército israelita recebeu 69 aviões e helicópteros e rampas de mísseis antimísseis Patriot. Este ano foi elaborado um acordo para o fornecimento de 50 aviões F-16 americanos usados, 10 helicópteros de combate Black Hawk, 450 blindados e 336 camiões.

O pagamento do serviço da dívida representa uma vez mais a parte de leão do orçamento - 31%.

Indonésia Violação dos direitos humanos

Setenta e seis membros da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos exortaram o presidente Clinton a pressionar a Indonésia no sentido de respeitar os direitos laborais, de reunião e de expressão.

Numa carta datada de 26 de Outubro, os parlamentares solicitam a Bill Clinton que pressione o presidente Suharto quando os dois se encontrarem no fórum da Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC), que decorre a 16 de Novembro, em Jacarta.

Também a organização de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch-Asia exortou o presidente norte-americano a intervir em favor das liberdades fundamentais junto do líder da Indonésia.

"Os direitos humanos e os direitos laborais devem ser uma prioridade" no encontro entre Clinton e Suharto, disse Mike Jendrzeczyk, director em Washington da organização, acrescentando que o presidente dos Estados Unidos deve exortar o seu homólogo indonésio a cumprir as promessas feitas.

Jendrzeczyk congratulou-se com a assinatura, a semana passada, de um documento pela Indonésia e pelas Nações Unidas em que Jacarta se compromete a respeitar os direitos humanos.

Considerou, porém, irónico que, ao mesmo tempo que assinava o documento, a Indonésia estivesse a cometer violações dos direitos humanos devido à realização do cimeira da APEC: "Académicos e advogados defensores dos direitos humanos são intimidados e perseguidos, activistas sindicais independentes são julgados e uma opressiva campanha anticrime está em curso em Jacarta".

Apesar desta campanha ter sido anunciada como uma medida para afastar pequenos criminosos das ruas de Jacarta na altura da cimeira, tanto a Human Rights Watch-Asia como a Amnistia Internacional afirmam que as autoridades têm recorrido à brutalidade, à tortura e ao assassinio.

Ambas as organizações denunciaram frequentemente este ano violações das liberdades fundamentais em diversos pontos da Indonésia, bem como em Timor-Leste.



A cidade velha de Jerusalém sujeita a apertado controlo militar israelita

ONU contra bloqueio a Cuba

A Associação de Amizade Portugal-Cuba manifesta o seu regozijo pelo facto de a Assembleia Geral das Nações Unidas ter aprovado pelo terceiro ano consecutivo uma resolução que condena o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba.

A resolução obteve 101 votos a favor (mais 13 do que em 1993), 2 votos contra (dos EUA e de Israel) e 48 abstenções.

Lamenta que Portugal mais uma vez se tenha abtido, em vez de votar contra o bloqueio, não tendo fundamento o argumento de que assim acompanhava a posição dos restantes países da União Europeia. É que manifestando uma independência que Portugal não teve em relação às pressões dos Estados Unidos, a Bélgica, a França, a Grécia, o Luxemburgo e a Espanha votaram con-

tra o bloqueio, assim como a Suécia, a Noruega e a Dinamarca.

A resolução agora aprovada reafirma os princípios de igualdade soberana dos Estados, a não ingerência nos assuntos internos e a liberdade de comércio e navegação internacionais.

A aprovação pela terceira vez consecutiva de uma resolução condenatória do bloqueio e o aumento de países que se manifestam contra esta situação criminosa que se prolonga há mais de 30 anos, constitui uma derrota da diplomacia dos EUA e representa o desenvolvimento cada vez maior do movimento de solidariedade com Cuba que exige que os EUA reconsiderem a sua política em relação a Cuba, levantando o bloqueio.

Moçambique

Afluência massiva às urnas

Frelimo lidera resultados eleitorais

Noventa por cento do eleitorado moçambicano foi às urnas dias 27 e 28, para eleger o Presidente da República e 250 deputados. O culminar de um difícil processo de paz, de que as marcas da instabilidade se manifestaram uma vez mais, escassas horas antes da abertura das mesas de voto, com uma última ameaça da Renamo de boicote às eleições. Um processo ainda incerto, em particular por força de um inacabado controlo da desmobilização, dos arsenais de armas que continuará a haver dispersos pelo país.

Para já, esta é uma oportunidade de ultrapassar o dramático período de 17 anos de guerra pós-independência, a cumular

ao domínio colonial e à repressão contra o movimento de libertação. Uma oportunidade que antes do mais se alimenta

da inequívoca vontade de paz do povo moçambicano, que também se afirmou na verdadeira corrida às urnas, logo no primeiro dia da votação. Um factor que entretanto - como o exemplo de Angola testemunha - pode não ser decisivo.

Os primeiros resultados começaram entretanto a ser conhecidos - um trabalho que poderá ainda prolongar-se por duas semanas - e apontam para uma clara vantagem da Frelimo e do seu candidato à presidência, Joaquim Chissano.

Para a cidade de Maputo, como para a província do mesmo nome, o escrutínio indica uma significativa vantagem do partido no poder, Frelimo, da ordem dos 75% contra 25% para a Renamo.

Mesmo na província de Nampula, região onde se regista um maior peso da Renamo, os resultados até agora apurados apontam para uma ligeira vantagem da Frelimo - 52% contra 48% para a Renamo.

Em Sofala, entretanto, este equilíbrio inverte-se, chegando a Renamo aos 60%, enquanto a Frelimo deterá 40% dos votos.

A vantagem da Frelimo vai entretanto aumentando, à medida que se desce na geografia do país. Globalmente, e nesta fase ainda recuada da contagem de votos, a Frelimo está em vantagem, com médias de 55/53 por cento dos votos.

A votação em Moçambique foi já declarada, pela Associação dos Parlamentares Europeus para a África Austral e outras organizações que enviaram observadores ao acto eleitoral, como tendo decorrido de uma forma correcta.

Assim se encerra um difícil período da vida dos moçambicanos. Que deixa um saldo terrível - um milhão de vítimas,

dois milhões de refugiados, seis milhões de deslocados.

Para além destas eleições, da paz talvez tornada possível, das manobras e dos equilíbrios de poder que se venham a alcançar - há a tarefa imensa de um país devastado a reconstruir. Num quadro internacional em que cada empréstimo vem agravado de pesados juros e marcado por condicionantes políticas alheias aos interesses dos povos.

Segundo o relatório de 1994 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), "de entre os oitenta e dois conflitos que fizeram milhares de mortos ao longo dos últimos três anos, setenta e nove resultam de crises internas, frequentemente ligadas a causas económicas".

É o ciclo vicioso das guerras e da miséria que se impõe romper.

A solução estará talvez em solidariedades e cooperações a nível regional, hoje tornadas possíveis com a evolução política progressista na África do Sul. Os projectos já existentes de cooperação económica a nível da África Austral, constituem uma palpável razão de esperança. A exigir, entretanto, que finalmente a paz se afirme em Angola. E se viabilize em Moçambique.

suborno e o pagamento de "luvas" para a obtenção de adjudicações de ajudas ao Terceiro Mundo, em benefício dos cofres do Partido Socialista (PSI) e de alguns influentes políticos socialistas.

Kuwait

Mais de cem aviões de combate norte-americanos participaram terça-feira em manobras no Kuwait e na zona de exclusão aérea no sul do Iraque. As manobras tiveram a participação nomeadamente de bombardeiros "B-52" e "B-1".

Um comunicado emitido pela embaixada indica que a participação dos bombardeiros se destina a demonstrar a capacidade de os Estados Unidos responderem a qualquer ataque enviando para a região uma importante força num espaço de tempo muito curto. Uma acção que só pode contribuir para agravar a tensão, numa zona onde os equilíbrios de paz são particularmente frágeis.

Colômbia

Os candidatos do Partido Liberal, no poder, perderam em todas as principais cidades colombianas nas eleições de domingo para governadores, presidentes de câmara e concelhos municipais. A taxa de participação foi inferior a 50 por cento no quarto acto eleitoral que este ano se realizou na Colômbia, de acordo com os primeiros resultados. A consulta de domingo, acompanhada por observadores internacionais, vai renovar 1.042 presidentes de município, 32 governadores civis, 502 deputados provinciais e 11.066 deputados concelhios.

Palestina

Sete activistas do movimento de resistência islâmica (Hamas) foram detidos pelo exército israelita perto de Ramallah, Cisjordânia ocupada. Os palestinianos foram detidos domingo à noite no campo de refugiados de Jalazone, de acordo com residentes locais. A 26 de Outubro, o exército israelita tinha já detido nove militantes do Hamas no campo de Jalazone e na aldeia vizinha de Kwarnameh. As forças de segurança israelitas desencadearam operações de busca dos activistas do Hamas na Cisjordânia ocupada, desde o sequestro e o assassinio de um soldado pelo Hamas, a 14 de Outubro, e depois do atentado-suicida contra um autocarro em Telavive a 19 de Outubro (23 mortos), reivindicado pelo movimento.



Carlos Carvalho e Robert Hue, à saída do encontro na sede do PCF

Visita de Carlos Carvalho a França

A convite do Partido Comunista Francês, deslocou-se a Paris, em 26 de Outubro, Carlos Carvalho, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, acompanhado por Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central.

A delegação do PCP encontrou-se com Robert Hue, Secretário Nacional do PCF, Francis Wurtz, membro do Bureau Nacional, e Daniel Cirera, membro do Comité Nacional.

As conversações incidiram sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos, questões de actualidade da situação europeia e mundial, cooperação entre o PCP e o PCF e, em geral, dos comunistas e outras forças progressistas. Particular atenção foi dada à problemática da União Europeia, às negativas consequências do Tratado de Maastricht, à luta por uma outra Europa que responda às legítimas

aspirações dos trabalhadores e dos povos sendo verificada uma ampla coincidência de posições. Foi realçada a importância do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia em que se integram os deputados dos respectivos partidos.

Foram confirmadas as tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os dois partidos e consideradas iniciativas para o seu desenvolvimento.

Na sequência da visita efectuada no dia 25 a Espanha, onde se encontrou com Julio Anguita, Secretário-Geral do PCE e Coordenador Geral da Esquerda Unida, esta deslocação a França do Secretário-Geral do PCP, será seguida, a partir de 7 de Novembro, de visitas à Itália e à Grécia, a convite, respectivamente, do Partido da Refundação Comunista e do Partido Comunista da Grécia.

Irlanda

Sinn Fein defende abertura imediata de negociações

Gerry Adams, presidente do Sinn Fein, ramo político do Exército Republicano Irlandês (IRA), solicitou ao primeiro-ministro britânico a abertura imediata das negociações multipartidas sobre o futuro político do Ulster.

Em entrevista à televisão britânica ITV, Adams comparou a nova situação criada pela cessação da violência na Irlanda do Norte "a uma flor delicada".

"Abriu-se mais um espaço e há que continuar a alimentar as esperanças que fizemos nascer, há que progredir", acrescentou.

Na opinião do líder do Sinn Fein, que vê no governo britânico o principal obstáculo ao avanço do processo de paz, o primeiro-ministro "John Major deveria encetar conversações substanciais imediatamente".

Pela sua parte, John Hume, líder do SDLP (católico moderado), denunciou igualmente, em declarações a uma estação de

rádio irlandesa, a "lentidão" do governo britânico que se recusou entretanto a participar na primeira sessão do "Forum para a paz e a reconciliação", iniciativa do governo de Dublin que contou com a imediata adesão de Gerry Adams.

"A lentidão com que a Grã-Bretanha responde (ao processo) suscita crescente preocupação", observou Hume, considerando que se era lícito "aceitar a princípio a prudência de Londres", a mesma já não se explica ao cabo de "quase dois meses sem qualquer violência" no Ulster.

"Depara-se-nos uma grande oportunidade que deve ser aproveitada por todas as partes, particularmente pelo governo britânico", acrescentou.

Também Martin McGuinness, "número dois" do Sinn Fein, considera "agora inevitável" a abertura das discussões no prazo de "duas a três semanas".

■ Henrique Custódio

O chamado "Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha" - POZOR -, apresentado em Junho passado com pompa e circunstância pelo Ministro do Mar, Azevedo Soares, desencadeou um coro de protestos tão generalizados que, nos últimos dias, os seus responsáveis já admitem "estar abertos" a alterações. Só que é necessário muito mais que "alterações" para esta questão: o POZOR, por trás do feérico das luzes, das maquetes e da pretensa intenção de "devolver o Tejo aos lisboetas", desenha para os 15 quilómetros da frente ribeirinha entre Algés e o Poço do Bispo um cenário de pesadelo, com uma linha de edifícios para escritórios, aparthotéis, torres de estacionamento, heliportos, centros de congressos e de negócios, comércio e habitação de luxo que não apenas ergueria nova barreira - desta vez de cimento e luxo - entre a cidade e o rio como desfiguraria irreversivelmente Lisboa. Uma tal intervenção na cidade equivaleria a um novo terramoto, só que agora sem o génio do Marquês a reorganizá-la. Soma-se a isto que o POZOR aparece sob autoridade dum organismo dependente do Governo - a Administração do Porto de Lisboa - a quem um Decreto-Lei de 1987 conferiu poderes descricionários e ilegítimos sobre terrenos que a Lei determina serem de tutela autárquica.

Projecto de Lei do PCP O Estuário é dos municípios, há que devolver-lho, e já!

"O Decreto-Lei Nº 309/87, de 7 de Agosto, que aprovou o Estatuto Orgânico da Administração do Porto de Lisboa (APL), conferiu, em prejuízo das competências atribuídas aos municípios, poderes a esta entidade para intervir em funções claramente urbanas, funções que, de todo em todo, não lhe deveriam nem lhe poderiam caber. É que, a ligação e abertura das cidades e zonas urbanas ao rio é um objectivo da competência própria e prosseguido pela política urbanística dos municípios ribeirinhos, tendo em vista a qualificação e valorização urbana, a melhoria do ambiente urbano e a fruição do rio pelas populações".

É este o teor do preâmbulo do Projecto de Lei apresentado pelo PCP na Assembleia da República, impondo a revogação dos artigos que, no Decreto-Lei atrás citado, dão poderes excepcionais e ilegítimos à APL na utilização dos terrenos ribeirinhos que ocupa, como se pretende no POZOR.

Assim, o Projecto de Lei do PCP (acompanhado, nas linhas gerais, pelo que foi também apresentado pelo PS) impõe, no seu Artº 3º, que "no exercício das actividades portuárias que constituem o seu objectivo, a Administração do Porto de Lisboa deve ter em conta e subordinar-se aos instrumentos de planeamento regional e municipal em vigor".

As Câmaras Municipais "competem o acompanhamento da actividade da APL referida no número anterior, designadamente através da emissão de parecer sobre obras e utilização de terrenos referentes às actividades portuárias".

E especifica o Projecto de Lei do PCP: "As Câmaras Municipais conservam todos os seus poderes, incluindo os de gestão urbanística, quanto a quaisquer obras e utilizações na área de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa que não se relacionem directamente com a actividade portuária", e mesmo estas "carecem sempre de licença camarária, sem prejuízo de outras licenças e pareceres que sejam legalmente necessários".

POZOR em Lisboa

O novo terramoto planeado pelo Governo

A Administração do Porto de Lisboa (APL) é a entidade, sob tutela governamental, que há décadas detém o usufruto da quase totalidade da faixa ribeirinha do Estuário do Tejo, terreno público que a Lei determina ser da alçada da Câmara Municipal de Lisboa, numa extensão de cerca de 15 quilómetros, entre Algés e o Poço do Bispo.

A crescente desactivação do Porto de Lisboa e a queda acentuada do tráfego marítimo expuseram o óbvio: a longa faixa ribeirinha da capital está, em grande parte, inutilmente ocupada por cais desactivados, depósitos abandonados, estruturas fantasmas, lixeiras inconcebíveis. Tudo sob o arbítrio da APL, que parece estar a habituar-se à estranha ideia de que o usufruto de terrenos públicos cedidos para as actividades da sua competência, se transformou em direito de propriedade.

Pressionada pela opinião pública, as autarquias e o óbvio escândalo dum apropriação indevida e inútil, a APL preparou o POZOR. Com um pormenor extraordinário: fê-lo a coberto de legislação específica criada pelo Governo - o célebre Decreto-Lei 309/87 - que confere à Administração do Porto de Lisboa o exclusivo do licenciamento de obras nas áreas ribeirinhas urbanas, passando ilegalmente por cima da autoridade autárquica, calcando as competências municipais em matéria de urbanismo e ordenamento do território, desprezando o Plano Director Municipal e os projectos do município para uma reconversão integrada da zona e dando, de facto, à APL terrenos públicos que não lhe pertencem.

O resultado está à vista: com o POZOR, a APL assume-se como gestora urbanística e promotora imobiliária, planeando, sem dar nem pedir contas a ninguém, uma intervenção em profundidade na zona ribeirinha que, a concretizar-se, além de isolar ainda mais a cidade do rio, descaracterizaria irremediavelmente Lisboa no que ela tem de mais precioso - a sua frente ribeirinha. Quanto a "ligação ao rio", espaços verdes e fruição colectiva, nem o rasto.

Nos últimos dias, a APL tem-se confessado "aberta a alterações". É uma aparente cedência, face à contestação generalizada que o POZOR está a enfrentar. Em facto, trata-se da mesma arrogância que, em Julho, levava o seu administrador Brito Neto a afirmar para o "Semanário" que "se a maioria entender que nada deve ser construído à beira-Tejo, a APL terá isso em consideração (sublinhado nosso). Se, pelo contrário, ninguém apresentar saídas viáveis, então o POZOR poderá ir para a frente tal como está".

Imagine-se! A APL "toma em consideração" a opinião da maioria, mas fará o que entender em terrenos... que não são seus, mas da cidade e do País.

Está aqui, de corpo inteiro, a filosofia que move esta gente e este negócio, desde o Governo que o cauciona, à APL que o executa.

Materializando as contestações que crescem por parte dos municípios ribeirinhos, da Área Metropolitana de Lisboa, de especialistas de todos os quadrantes e da opinião pública, tanto o PCP como o PS já tomaram a iniciativa legislativa que se impõe: a apresentação de Projectos de Lei exigindo a reposição da responsabilidade autárquica sobre os terrenos a libertar das actividades portuárias.



Com o apoio do Governo, a Administração do Porto de Lisboa sobe a chinela das suas competências e lança-se no negócio urbanístico-imobiliário. Em terrenos que não são seus mas da cidade e sem pedir contas a ninguém...

Rui Godinho "A Câmara da Margem Centro"

Rui Godinho, presidente-substituto da Câmara Municipal de Lisboa, é o vereador que dirige os Pelouros do Ambiente e Espaços Verdes e da Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, cabendo-lhe, por isso, responsabilidades fulcrais no ordenamento da cidade de Lisboa.

A sua posição acerca do POZOR - aliás, já por si apresentada nos órgãos autárquicos a que pertence -, por um lado, não contesta "o esforço de ordenamento da actividade portuária nesta área de Lisboa" que o Plano, aparentemente, configura, mas por outro

considera "inaceitável que permaneçam na APL competências que não são da concessão de licenças de obras, em zonas que não deixam de estar afectas a funções específicas de natureza portuária. Trata-se de uma questão de competência que não pode nem deve ser eludida", frisa Rui Godinho, acrescentando que a legitimidade da Administração do Porto de Lisboa (APL) em intervir na descaída valorização do Porto de Lisboa, "não pode sobrepor à legitimidade democrática dos municípios, eleitos livremente".

Após realçar que, tal como foi apresentada, "a concretização do POZOR contribuiria para levantar ainda mais barreiras de betão entre Lisboa e o rio", pelo que a Câmara Municipal de Lisboa "já tomou posição negativa face aos objectivos anunciados", Rui Godinho concluiu: "A cidade de Lisboa, representada pela sua Câmara Municipal, legitimada pelo voto popular dos cidadãos, não pode continuar a aceitar que à APL permaneçam atribuídas competências que são próprias dos municípios, transformando esta entidade de vocação exclusivamente portuária numa verdadeira «Câmara Municipal», não eleita e nomeada pelo Governo. A cidade de Lisboa, bem como todos os municípios da Área Metropolitana que possuem ligações directas ao Tejo, não podem aceitar a existência de uma «Câmara Municipal da Margem Centro», em que uma lei avulsa pretendeu transferir para a APL...".



Lisboa nasceu a crescer para o rio

Desde a lendária passagem de Ulisses, que lhe daria o nome, continuando pela presença romana (que lhe chamaria *Felicitas Julia*), o domínio visigótico e árabe e, finalmente, a conquista definitiva para o Reino de Portugal concretizada em 1147 por D. Afonso Henriques, Lisboa fez-se a bela metrópole que é, na relação directa com o rio Tejo, em cuja margem direita nasceu. Do seu porto saíram as armadas dos Descobrimientos, nele chegou a haver a maior concentração de navios do mundo.

A relação da cidade com o seu rio é absoluta. Esta harmonia foi gravemente ferida pela ocupação indiscriminada e totalitária da orla ribeirinha, imposta, na segunda metade deste século, à sombra das necessidades portuárias. Reordenar este caos é um imperativo. Mas fazê-lo, tem de ter por objectivo a religação da cidade ao seu rio, a fruição colectiva do extraordinário património natural que é a orla ribeirinha, e nunca um novo bloqueamento, para enriquecimento rápido de alguns e o prejuízo irreversível do País inteiro.

O coro de protestos...

O POZOR cometeu a façanha de se tornar proscrito mal nasceu. Ainda a voz do ministro do Mar, Azevedo Soares, escoria empolgamentos dos murais de Almada Negreiros na Estação Marítima de Alcântara - local escolhido pelo Governo e a APL para apresentação deste pomposo "Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha", vulgo POZOR - já a generalidade da Comunicação Social enfrentava o turbilhão de protestos que lhe caía nas Redacções.

"O POZOR, tal como está, formaliza demasiado o que não pode ser formalizado, é pouco definido e, acima de tudo, induz em erro", acusava, liminarmente, o presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP), Pedro Brandão, no "Semanário" de 23 de Julho, onde também o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles não hesitava em considerar que o Plano "tem uma filosofia errada e começa logo por não ser viável".

Mais pormenorizado, o arquitecto José Lamas, professor associado da Faculdade de Arquitectura da UTL, esmaga o POZOR em quatro páginas do "Expresso/Revista" de 16 de Julho e o arquitecto Nuno

Teotónio Pereira assinala no "Público" que "ao examinar o POZOR, uma primeira decepção espera os lisboetas", pois a esperada demolição das barreiras de edifícios portuários que separam a cidade do rio, em vez de "rasgar as vistas e criar amplas zonas de fruição colectiva ao longo da margem, antes vai ser substituída por conjuntos de edifícios destinados a usos vários e ainda pouco definidos", enquanto o arquitecto Francisco Silva Dias, autor de um projecto para a Zona Ribeirinha de Lisboa premiado no concurso de ideias da AAP em 1988 (e totalmente ignorado pelo POZOR), aponta o cerne da questão, afirmando: "Não se entende por que é que a zona ribeirinha de Lisboa está entregue há mais de cinco ou seis décadas ao Porto de Lisboa e não à cidade". Este é o obstáculo que tem impedido "que uma das áreas mais dignas da cidade não se tenha em devido tempo integrado e valorizado, estando hoje a ser alvo de eventuais operações especulativas, com uma gestão totalmente à parte do restante território da cidade".

Estas últimas afirmações são citadas com aquiescência - imagine-se! - até no "Diabo", essa coisa que arti-

cula, em papel de jornal, o fascismo militante com o cavacismo conveniente.

Mas não é apenas a generalidade dos arquitectos e especialistas do País que contesta, frontalmente, o POZOR: a Assembleia e a Câmara Municipais de Lisboa, tal como a Junta Metropolitana de Lisboa (que agrega todos os municípios ribeirinhos do Estuário do Tejo), já tomaram posição a rejeitar o Plano e a exigir a reposição do respeito pelas áreas de competência autárquica que este Plano, grossiramente, espezinha. A par disto, os Grupos Parlamentares do PCP e do PS apresentaram Projectos de Lei exigindo, em substância, que se anule a legislação que deu à Administração do Porto de Lisboa (de nomeação governamental) poderes ilegítimos e descricionários sobre um território que não lhe pertence, mas às autarquias respectivas.

A repulsa é tão generalizada, que não há órgão de Comunicação Social - com "donos" tão definidos, como se sabe - que não esteja a usar uma de duas atitudes, na sua análise própria da questão: ou o "descasca pessegueiro" no POZOR ou o silêncio envergonhado.

... e as vozes do dono

Esbracejando ridiculamente entre o coro generalizado de protestos e apreensões face ao POZOR, vozes há que o apoiam. Não será surpresa para ninguém verificar que essas vozes vêm, solitariamente e sem excepção, do PSD...

O "Povo Livre", órgão do partido governamental, numa das suas edições de Julho último (por altura da apresentação do POZOR), funciona como câmara de eco e destaca que este "Plano" aponta soluções para abertura da cidade ao rio na frente ribeirinha entre Algés e a zona da Expo'98, numa faixa com cerca de 15 quilómetros de extensão. Prosseguindo no escarrapachamento acritico da propaganda governamental, o "Povo Livre" não tem dúvidas que o POZOR, base indispensável para o reordenamento desta zona ribeirinha, pretende essencialmente potenciar e modernizar o porto comercial, reverter as docas existentes em espaços para a náutica de recreio e valorizar as zonas verdes existentes", et caetera, et caetera.

Mais chocante é o alinhamento pressuroso da Câmara Municipal de Oeiras, através do empenho do seu presidente, Isaltino de Moraes, na aceitação da usurpação de competências sobre a zona ribeirinha do Estuário do Tejo imposto às autarquias, ao arrepiar das posições de todos os outros municípios.

A subserviência da gestão PSD de Oeiras já foi ao

extremo de tratar da celebração de um Protocolo com a Administração do Porto de Lisboa (APL) sobre o "reaproveitamento qualificado da frente ribeirinha Algés-Forte de S. Julião da Barra" onde, na minuta proposta pela APL - e após a minúcia de algumas banalidades sobre "espaços lúdicos, desportivos e cívicos" - se avança, nebulosamente, com um ponto que pretende "promover o aproveitamento de outras zonas (não se sabe quais...), segundo calendário de trabalhos a estabelecer (ignora-se por quem), de molde a oferecer espaços equipados dotados de qualificadas condições de utilização rentável" (o "ponto-chave" da questão. O que é, aqui, uma "utilização rentável"? E "rentável" para quem?).

Entretanto, a disponibilidade do presidente do município de Oeiras para com as pretensões do Governo/APL é tanta que, na sua minuta de Protocolo, consagra no último ponto que "As dúvidas que se levantem a propósito da execução do presente protocolo serão resolvidas por consenso entre os presidentes da CMO e da APL e,

em caso de necessidade, darão origem a negociação e posterior celebração de apostilha (aditamento)".

Fabuloso. O "entendimento" é de tal ordem, que nem a futuros conflitos se regista a possibilidade de se manifestarem: a sua "resolução" está antecipadamente garantida pelo "consenso" entre presidentes e o aditamento do que for necessário, para que se cumpra o destino traçado a Oeiras por estes senhores...

E chegou Isaltino de Moraes a presidente da Câmara pelo voto do eleitorado, a quem prometeu defender os seus interesses...



O discurso boomerang

EM alguns meios de comunicação social, foi muito celebrada a qualidade literária e a acutilância político-ideológica do discurso que Pacheco Pereira proferiu na Assembleia da República, durante o debate da moção de censura, contra o CDS/PP - aliás, mais contra a parte PP (protagonizada pela direcção de Manuel Monteiro) do que contra a parte CDS pela qual o PSD, de vez em quando, gosta de aparentar apreço e saudades. Como o próprio Pacheco Pereira, num acesso de profunda modéstia, não se coibiu de proclamar, na parte final do seu discurso, a sua "convicção de que muito do que nesta intervenção se afirmou corresponde àquilo que muitos deputados da oposição gostariam de ter dito ao CDS/PP", talvez convenha que este discurso não passe à história sem alguns comentários de teor e natureza bastante diferentes daqueles que já motivou noutros quadrantes.

Esse diferenciado teor e essa distinta natureza desenham-se desde logo a partir de três observações fundamentais:

- a primeira é a de que as mais fortes acusações e críticas feitas por Pacheco Pereira à direcção do CDS/PP também assentam que nem uma luva ao próprio PSD e designadamente a Cavaco Silva;

- a segunda é a de que o facto de um discurso deliberadamente concebido como de articulado ataque ao CDS/PP só englobar questões éticas ou estritamente políticas, dele estando ausentes quaisquer críticas às posições do CDS em matéria social, económica ou de regime, não pode deixar de ser vista como uma expressiva confissão de que, gritaria e ataques à parte, é assinalável, em termos de interesses de classe, a convergência de orientações e pontos de vista entre o PSD e o CDS;

- a terceira, na decorrência das duas anteriores, é a de que a crítica mais radical às orientações do CDS e a toda a política de direita, embora mais sinteticamente, foi feita no debate da moção de censura, não por Pacheco Pereira, mas pelo PCP e designadamente na intervenção de Octávio Teixeira.

Comecemos então por ver se alguns dos principais eixos de ataque de Pacheco Pereira a Manuel Monteiro e ao CDS/PP não se aplicavam perfeitamente ao Primeiro-Ministro e ao líder do PSD que, curiosamente, segundo notícias diversas, terá em posteriores reuniões partidárias enfatizado o mérito daquele discurso.

Afirmou Pacheco Pereira - e provavelmente com razão - que "o CDS é hoje um partido sem história, sem memória, sem referências" com o "péssimo resultado" de os seus dirigentes "pensarem que estão livres para dizerem tudo o que lhes vier à cabeça - e para não aceitarem responsabilidade por nada" e que esses dirigentes têm "o complexo de Adão: pensam que o mundo começou com eles e, embora não o digam, pensam (...) que o mundo também acabará em simultâneo com eles".

Acontece porém que não pode estar esquecido que a ascensão de Cavaco Silva à liderança do PSD em 1985 e o seu posterior processo de consolidação se basearam numa autêntica "refundação" do seu partido, num corte ostensivo com a sua história, memória e referências praticado exactamente para que os dirigentes do PSD ficassem livres para dizerem tudo o que lhes veio à cabeça e sobretudo "para não aceitarem responsabilidades por nada".

Quem poderá negar que foi neste quadro sumariamente descrito que foi possível a Cavaco Silva ter ainda ministros no governo do bloco central PS-PSD e fazer campanha eleitoral demarcando-se completamente dos resultados da política seguida por esse governo? Quem poderá negar que Cavaco Silva falava então como se o PPD/PSD tivesse começado com ele próprio e que tudo o que estava para trás era zero? Quem poderá negar que, ao longo destes últimos nove anos, Cavaco Silva já falou vezes sem conta quase como se Portugal e a democracia tivessem começado com

ele? Quem poderá negar que, nomeadamente à beira de eleições, Cavaco Silva e o PSD sempre recorrem à tecla catastrofista de apresentar a sua derrota e uma vitória dos seus adversários como sendo o "fim do mundo", seja ele traduzido na alegada perda de estabilidade, no suposto retrocesso da economia e interrupção da modernização, no pretensão não recebimento das pensões e reformas ou na impossibilidade de "comprar frigoríficos?".

Afirmou Pacheco Pereira - e, no essencial, bem - que uma das coisas que caracteriza a actual direcção do PP é um "consistente ataque e desvalorização da Assembleia da República" e o usar "todos os clichés clássicos de anti-parlamentarismo" num quadro mais geral das "invectivas contra aquilo a que se chama a «classe política» por parte desse típico membro da «classe política» que é o Dr. Monteiro".

Acontece porém que não pode estar esquecido que, mesmo sem falar de outras manifestações posteriores, entre 1985 e 1987, quando liderava um governo minoritário fortemente condicionado por pontuais maiorias numéricas formadas pelo PCP, pelo PS e pelo PRD, Cavaco Silva desencadeou sistematicamente um "consistente ataque e desvalorização da AR" recorrendo precisamente "a todos os clichés clássicos do parlamentarismo".

E acontece ainda que, mesmo actualmente, é Cavaco Silva que desenvolve a mais mentirosa e a mais perigosa campanha contra a "política" e contra os "políticos" exactamente quando, a partir da chefia do governo, sistematicamente se apresenta, não como estando a fazer política, mas como um submisso escravo do interesse nacional e se apresenta, não como um "político", mas como um economista e um Professor que só o destino teria empurrado para a vida política.

Afirmou Pacheco Pereira que o que caracteriza a política do "actual CDS versão PP" é ser "uma política disfarçada, ocultada nos seus fins e objectivos" por um "teatro de indignação moral a que o dr. Monteiro dá a voz e o corpo todos os dias".

Acontece porém que não pode ser esquecido que nesta ocultação dos verdadeiros fins e objectivos de uma política ninguém bate o PSD e Cavaco Silva, pois de outra forma não os veríamos há nove anos a falarem da sua vinculação a princípios e ideias de justiça social quando a sua verdadeira política é de agravamento das desigualdades e injustiças sociais, não os veríamos a falar tanto de desenvolvimento nacional quando a sua verdadeira política é de concentração de riqueza nas oligarquias que diligentemente ajudaram a reconstituir, não os veríamos a falar tanto de democracia quando a sua verdadeira política é de conflito com os valores democráticos essenciais e quando a sua formação e cultura políticas não operaram qualquer ruptura clara com muitas das concepções dominantes no tempo da ditadura fascista.

E também não pode ser esquecido que aquilo mesmo que Pacheco Pereira denuncia em M. Monteiro - a saber, uma linguagem que institui uma "dicotomia entre nós, os puros (...) e os «outros» - os incompetentes, os ineptos, os corruptos, os traidores, os vende-pátrias, etc., etc." - que seria uma "linguagem que, na simplicidade do seu preto e branco, é estruturalmente repressiva" - pode ser igualmente encontrada em centenas de declarações de Cavaco Silva, de outros membros dos seus governos e de outros dirigentes do PSD.

Finalmente, afirmou Pacheco Pereira que M. Monteiro "se acha melhor que todos nós" e que "tem uma noção muito hierárquica do mundo, em que há chefes, líderes e senhores e dependentes, subordinados e criados".

Acontece, porém, que não pode ser esquecido que estas palavras atingem também directamente Cavaco Silva que também se acha melhor que toda a gente, que fala sempre na primeira pessoa do singular e que classifica os ministros como



VÍTOR DIAS
Membro
da Comissão Política

As principais críticas de Pacheco Pereira ao CDS/PP e a Manuel Monteiro também assentam que nem uma luva ao PSD e a Cavaco Silva.

seus "ajudantes" e atingem um partido como o PSD em que, manifestamente, é geralmente aceite que há "chefes, líderes e senhores e dependentes, subordinados e criados".

Se a estas críticas de recorte ético ou estritamente político de Pacheco Pereira ao CDS/PP juntássemos mais algumas relativas à própria questão da moção de censura e à questão da Europa ficaria, no essencial, traçado o retrato desse tão celebrado discurso do mediaticamente omnipresente deputado do PSD.

E, assim sendo, o que sobra é sobretudo, como referimos de início, a completa ausência, por parte de Pacheco Pereira, de qualquer crítica ou diferenciação significativa em relação ao CDS em domínios como a organização económica, os direitos sociais, a natureza do regime democrático ou às perspectivas essenciais de evolução da sociedade portuguesa.

É que difícil seria conseguir fazê-lo, uma vez que, nestas áreas fundamentais, não deve haver nada que o PSD queira e faça que o CDS também não deseje e apoie e não deve haver nada que o CDS diga que o PSD também não pense, ainda que, por vezes, a preocupação de conservar a sua pretérita base eleitoral lhe imponha alguma prudência nas palavras.

A crítica mais profunda, global e radical feita ao CDS/PP não esteve, portanto, no celebrado discurso de Pacheco Pereira mas na injustamente silenciada intervenção do Presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

Com efeito, foi Octávio Teixeira que procedeu não apenas a um certo e fundamental enquadramento dos pressupostos que, em completa demarcação do CDS, levaram o PCP a votar a favor da censura parlamentar ao governo do PSD, mas também a uma sintética mas devastadora crítica ao CDS/PP.

Na verdade, em 15 linhas, o Presidente do Grupo Parlamentar do PCP disse bastante mais para uma exacta caracterização do CDS/PP (atingindo ao mesmo tempo o PSD) do que as 34 páginas do discurso de Pacheco Pereira.

Como fica demonstrado pela sua afirmação de que o PCP votaria frontalmente contra, caso a votação na AR "incidisse sobre OPA's ou não OPA's, sobre as propostas do CDS para eliminar o direito à greve, para acabar definitivamente com os sistemas públicos da educação, da saúde e da segurança social, para acelerar o processo de privatizações, para acabar com a proibição da existência de partidos fascistas, (...) sobre tantas outras propostas que o CDS insere no seu projecto de revisão constitucional que visam a completa subversão do regime e se caracterizam pelo reacção fundamentalista que ilustra o pensamento político do seu presidente".

Como fica demonstrado ainda pela sua afirmação de que "as propostas políticas do CDS são tão de direita, tão neoliberais, tão inseridas numa filosofia mercantilista da sociedade e tão nefastas para o País e para os portugueses, quanto as políticas prosseguidas pelo Governo do PSD".

O firme e consequente combate democrático à política e às ideias de direita, ainda que compreensivelmente centrado no maior perigo que é a direita governante, não é seguramente compatível com qualquer espécie de temporização, complacência, cumplicidade ou calculismo político em relação a uma força profundamente reacçãoária como o CDS/PP.

Mas um tal combate democrático não é, igualmente, compatível com qualquer espécie de embebecimento face a tiradas de suposta inspiração "antifascista" que responsáveis do PSD resolvam dirigir contra o CDS/PP com o principal intuito de resguardar o PSD dessa concorrência à direita e de absolver o PSD de concepções, orientações e métodos que o PSD indiscutivelmente partilha com o CDS/PP.

A família em debate

Reformas sociais e novos valores

"A família hoje e a necessidade de uma nova política", foi o tema que reuniu no último sábado, em Lisboa, cerca de centena e meia de participantes para um debate promovido pela Organização Regional de Lisboa do PCP.

Inserido no quadro das acções que as organizações do Partido têm em curso no âmbito do "Debate com o País" - iniciativa política lançada em finais de Setembro último -, este debate acabou por se constituir como uma importante jornada de reflexão de que resultou um melhor conhecimento sobre a realidade das famílias no distrito de Lisboa.

Este era, de resto, um dos grandes propósitos que animaram os seus promotores, apostados, simultaneamente, no Ano Internacional da Família, como assinalou na intervenção de abertura Adelaide Pereira, em que a discussão decorresse de forma inteiramente aberta e abrangente, sem condicionantes de qualquer espécie.

Ora foi isso que acabou mesmo por acontecer - dando de forma decisiva um contributo para o êxito do encontro -, sendo patente no final dos trabalhos, entre os presentes, um sentimento de satisfação e a convicção generalizada de que tinham valido a pena aquelas mais de quatro horas de debate.

Debate vivo e participado

Outros factores, entretanto, não foram alheios ao balanço positivo do debate, realizado no recentemente inaugurado "Espaço Vitória" - espaço polivalente, amplo e agradável, especialmente vocacionado para iniciativas culturais -, e que contou com a presença do camarada Aurélio Santos, membro da Comissão Central de Controlo, que produziu a intervenção de encerramento.

Desde logo, a reter, está o próprio número de participantes - num dia de sol, em início, para muitos, de fim-de-semana prolongado -, muitos deles sem qualquer vínculo partidário, associado à forma como se desenvolveu o debate, todo ele marcado pelo elevado nível das comunicações, pela sua vivacidade, pela diversidade de abordagens.

Para isto muito terá contribuído, igualmente, as diferentes formações de base e vivências dos intervenientes, provenientes de várias áreas científicas e com as mais variadas experiências nos domínios da sua intervenção profissional, política e sindical.

O resultado, como não podia deixar de ser, acabou por se traduzir num precioso recensear de questões e num interessante diagnóstico e caracterização da situação das famílias no distrito de Lisboa - que importa continuar a desenvolver -, mas a partir do qual é possível desde já apurar linhas de trabalho e definir propostas concretas para os inúmeros problemas que marcam o quotidiano desta "célula social", como lhe chamou José Manuel Jara.

Urge uma nova política

Consensual, por exemplo, terá sido a ideia deixada por Aurélio Santos na sua intervenção final de que "uma política que vise a defesa e o desenvolvimento da família tem de se basear em profundas reformas sociais e novos valores éticos, que superem e combatam os factores de desagregação material e espiritual produzidos pela actual política de direita".

Daí que, naturalmente, no centro das cerca de duas dezenas de intervenções proferidas, um enfoque muito especial tenha sido dado à degradação da qualidade de vida das famílias portuguesas, por razões sócio-económicas, de onde despontam, com nitidez, entre outros, problemas como o desemprego, os vínculos profissionais precários, os salários em atraso, os baixos valores das pensões e reformas, as condições de segurança, higiene e saúde ou as reformas compulsivas.

A esta questão se referiram, nomeadamente, Rosa Xisto, ao recordar a aceleração da "destruição do aparelho produtivo, dos despedimentos e da perda do poder de compra", José Francisco dos Santos que num expressivo depoimento contou a sua experiência como ex-trabalhador da Mague, empresa que considerou um "retrato fiel" da política deste Governo, e onde, disse, se cometeu "um dos maiores crimes contra a Família e a economia de uma região e do País".

Da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa e do calvário que todos os dias passam centenas de milhares de pessoas no movimento pendular habitação/emprego falou, por sua vez, Rego Mendes, enquanto Matilde Antunes Ferreira pôs o acento tónico no problema da habitação, falando das condições em que se vive nas "casas degradadas e sobreocupadas".

Jorge Salvado Sampaio, por seu turno, chamou a atenção para a "penalização de que são alvo as famílias através dos impostos", famílias com problemas sócio-económicos que bem conhece Maria Adelina Coelho, com uma larga experiência profissional em estabelecimentos de ensino em bairros degradados, nos quais ocorrem elevadas taxas de insucesso escolar e onde, os que conseguem acabar o 9º ano, "o mais provável é irem trabalhar para as obras, como o pai, ou irem para empregada de limpeza, como a mãe".

"Inúmeros exemplos concretos comprovam a hipocrisia das declarações oficiais sobre o "apoio à família" e as preocupações com o bem-estar das famílias portuguesas. Mas essa hipocrisia demagógica não é gratuita. Pretende esconder uma política, e serve essa política"

Aurélio Santos

"A redução dos consumos dos assalariados e suas famílias constitui hoje um objectivo estratégico da política de direita"

Ibidem

"A batalha pela mudança de mentalidades é sem dúvida indispensável para uma concepção e organização novas e superiores da família e da vida familiar"

Ibidem

"Para nós, comunistas, uma nova política para a família identifica-se largamente com a luta e a perspectiva de transformação profunda da actual sociedade"

Ibidem

"Ao contrário do que propagandeia o Governo, o seu projecto para o futuro não deixa dúvidas quanto às suas intenções: redução dos salários reais, subversão do direito à Segurança Social, retirada dos direitos dos trabalhadores, agravamento de discriminação social e económica da mulher, maior dificuldade de acesso dos jovens ao ensino superior, imposição de elevados custos para os Serviços de Saúde"

Adelaide Pereira

"Cavaco Silva afirmava, em Novembro de 1990 - na qualidade de presidente da Comissão Nacional para o Ano Internacional da Família - a «sua entusiástica e plena adesão» e comprometia-se «em mobilizar a sociedade portuguesa num vasto e empenhado movimento em prol das famílias...» Hoje vemos o resultado do «entusiástico empenha-



"A família hoje": um debate vivo e participado que contou com a presença de representantes de câmaras municipais, juntas de freguesia, de sindicatos, de IPSS, do Grupo Parlamentar do PCP, do MDM, do Centro de Investigação e Intervenção com Toxicodependentes, do Instituto Português de Mediação Familiar (Centro Pai Mãe Criança), do Ninho e da Associação Mulher Imigrante

Quadro legislativo

No centro do debate estiveram igualmente as questões relacionadas com a Legislação, designadamente no plano ou da sua desadequação, da sua não regulamentação ou pura e simplesmente da ausência de lei no que se refere a algumas matérias concretas.

Sobre este tema falaram, desenvolvidamente, Graça Mexia (criticando designadamente a não aplicação da lei do aborto e a má aplicação da Lei de Protecção da Maternidade e Paternidade), Odete Santos, que salientou a oportunidade perdida de não se ter aproveitado a revisão do Código Civil para mexer em certa legislação, e António Areosa Feio, de quem partiram severas críticas pela legislação negativa aprovada pelo PSD na Assembleia da República e pelo seu sistemático bloqueio à aprovação de iniciativas legislativas do PCP.

Um retrato completo de como "em Portugal a família não vai nada bem" fê-lo também Ana Paula Assunção, que pormenorizadamente tratou também dos condicionamentos de "ser mulher...", conditionalismos que a jovem Marta Santos extrapolou para a problemática das relações pais/filhos e para os factores que concorrem para a desagregação familiar.

As famílias hoje

Abordagens interessantíssimas foram ainda desenvolvidas em torno dos tipos de família existentes, das transformações ocorridas, das novas exigências. Rui Pedro Borges, por exemplo, tratando estas matérias a partir da visão do psicólogo, discorreu sobre a importância crescente da família no final do séc. XX, pondo em relevo o conceito de juvenalização e o aparecimento das correntes de pensamento derivadas da Teoria dos Sistemas, na base de um novo entendimento da "realidade psicológica dos seres humanos" de que é exemplo a Terapia Familiar e Comunitária.

Maria Saldanha Pinto Ribeiro, por sua vez, deteve-se a abordar os problemas decorrentes da separação, ao nível sobretudo das crianças, realçando a este respeito os malefícios da guarda única, com a perda de modelos de referência para os filhos. "Os pais devem permanecer pais para além da separação", sublinhou, antes de assinalar a importância de ter estabilidade em casa e, noutro plano, o papel do mediador familiar para "chegar a um acordo equilibrado e justo".

Conferindo à sua intervenção um forte pendor político, José Manuel Jara, por seu lado, analisou a evolução das famílias e explicou como é incorrecto falar em família no singular - "não há uma família, mas sim várias" -, lembrando a este respeito que as diferentes classes sociais determinam as linhas essenciais das famílias.

À sua atenção não escapou, noutro domínio, a natureza "mais selvagem e menos humanizada" do capitalismo e o modo como a redução da intervenção do Estado nas áreas sociais se repercute negativamente nas famílias.

J.C.

Mudanças na JCP

Uma direcção política

mais ligada aos distritos, sectores e áreas de trabalho

Mudanças na composição da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa foram determinadas na última reunião daquele organismo, um ano e meio depois do último Congresso da estrutura juvenil e quando para breve se preparam os Encontros Distritais de Lisboa, Porto, Beja, Santarém, Évora, Portalegre e Castelo Branco. Para trás ficou já o Encontro Distrital de Setúbal e preparam-se iniciativas nacionais dedicadas aos jovens trabalhadores e aos estudantes do secundário e superior. É o aprofundamento das decisões do Congresso que se realiza, tal como nos diz, em entrevista João Frazão, membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Para além da Resolução sobre linhas de intervenção, a última reunião da Direcção Nacional da JCP, realizada a 22 e 23 de Outubro, aprovou também medidas importantes sobre o vosso trabalho de direcção, introduzindo mesmo alterações na composição desse órgão. Quais são, em resumo, as principais alterações aprovadas nesse fim-de-semana?

Passou cerca de um ano e meio após a realização do nosso último Congresso e estamos num período em que consideramos ter muito boas possibilidades de intervir, de chegar junto da juventude, já que cada vez mais jovens se afastam da direita e se revêem nos nossos ideais. Podemos dizer que cada vez mais jovens são de esquerda.

No Congresso já tomámos medidas de carácter orgânico que visavam reforçar a nossa capacidade de intervenção e agora era importante vermos como é que estavam essas medidas a ser aplicadas e, por outro lado, saber se do ponto de vista orgânico estávamos ou não com capacidade de agarrar as possibilidades que nos são abertas por este estado de espírito da juventude.

Desde o Congresso para cá, demos um grande salto, temos uma organização mais forte, com mais colectivos a funcionar; temos uma maior capacidade de intervenção e de dar resposta às milhentas solicitações que nos são colocadas.

As medidas que tomámos no Congresso e que têm a ver com a ligação da Direcção Nacional a todos os distritos através de camaradas muito ligados ao movimento associativo e a outros onde os jovens estão, revelaram-se assim como opções correctas. Consideramos que houve uma melhoria muito significativa do trabalho da Direcção Nacional, da sua capacidade de discussão, da sua intervenção.

No que diz respeito aos organismos executivos da Direcção Nacional, demos mais peso de decisão política, de acompanhamento da actividade diária da JCP ao Executivo da Direcção Nacional...

Isso significa que houve uma centralização do trabalho da JCP?

Não, porque antes do Congresso o que tínhamos era um Secretariado, um organismo mais restrito, com muito peso na condução da JCP...

O Executivo ficou assim com mais poderes...

Ficou com maior capacidade de intervenção, mais ligado a mais distritos e a mais sectores de actividade, aspectos que consideramos muito positivos.

Essa ligação é feita com representantes de cada um dos distritos?

Temos ligados aos Executivos os distritos que consideramos prioritários. Não estão todos os distritos do país, a organização não é igual em todo o lado e, nos distritos em que o próprio Partido tem mais dificuldades, nós também as temos.

Há um distrito que consideramos prioritário, que não está ligado ao Executivo, que é Aveiro, mas estamos a considerar uma solução.

Feita essa avaliação em relação às mudanças na estrutura de direcção da JCP há ano e meio, que outros temas discutiram na reunião da Direcção Nacional?

Falámos da intervenção junto dos jovens trabalhadores. Temos uma organização que do ponto de vista do Ensino Secundário e Superior tem muito maior influência e intervenção do que tinha, chega a muitos mais sítios. Do ponto de vista da intervenção junto dos jovens trabalhadores temos tido muito maiores dificuldades. Depois da discussão que agora fizemos, as medidas que vamos introduzir no imediato não são de carácter organizativo mas antes do

ponto de vista da intervenção que nos permita dar um salto, para depois então vermos como nos vamos organizar.

Em relação aos jovens que saem da JCP e ingressam no Partido é de toda a justiça deixar aqui uma palavra de apreço a todos esses camaradas que, alguns durante mais de dez anos, deram o seu melhor contributo à JCP.

Assim iremos ter o Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores Comunistas que será o ponto culminante da Campanha Nacional pelo Emprego que está a decorrer, para além da preparação da Conferência Nacional do Partido.

Sendo verdade um significativo aumento de participação e adesão de jovens à JCP, verificável nos diversos encontros sectoriais e regionais organizados nos últimos tempos, é também verdade que, aferindo pelos debates a que já pudemos assistir nesses encontros, há um crescimento proporcional da diversidade de opiniões, nos mais variados assuntos. Aparecem jovens a defender convictamente opiniões totalmente opostas às de outros camaradas seus, num distanciamento tão grande que por vezes, em matérias de grande relevância, não se consegue chegar a uma conclusão comum. Como é que uma Direcção Nacional consegue gerir essa diversidade?

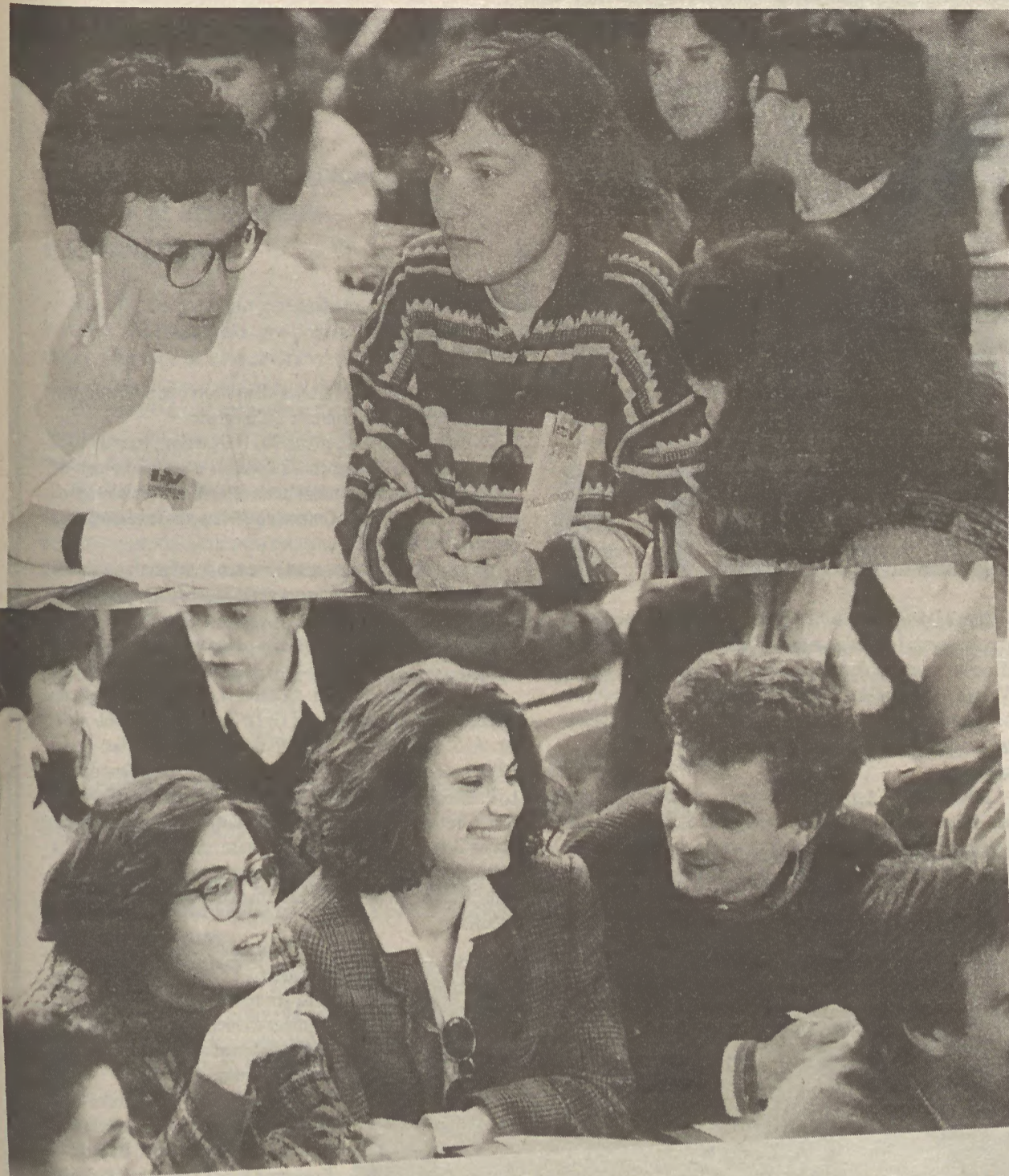
Hoje os jovens tomam posição sobre as coisas muito mais cedo que no passado, até porque têm maior acesso aos meios de comu-

No Congresso, já tomámos medidas de carácter orgânico que visavam reforçar a nossa capacidade de intervenção e agora era importante vermos como é que estavam essas medidas a ser aplicadas e, por outro lado, saber se do ponto de vista orgânico estávamos ou não com capacidade de agarrar as possibilidades que nos são abertas.

nicação social e à informação, ainda que adiante reflectam mais sobre essa posição, mantendo-a ou alterando-a.

Hoje estamos numa organização em que surge um debate intenso sobre as mais variadas matérias e é verdade que há debates





em que não conseguimos chegar a um consenso muito amplo. Entretanto, não é difícil gerir essa situação porque a malta envolve-se de forma ardente na discussão, percebe que, não chegando a uma conclusão, tem algo de mais importante a salvaguardar, que é a sua própria capacidade de intervenção e essa está assegurada.

Isto coloca uma questão, que é a da formação política desses jovens...

Referiste há pouco o papel da comunicação social na informação dos jovens. Sucede que a esmagadora maioria dessa comunicação social difunde e defende ideias que nos são antagónicas..

Essa é uma questão fundamental. Nós precisamos de ajudar os nossos militantes a responder a essa ofensiva. Procuramos dar essa resposta e temo-lo feito. Por exemplo, no plano do Ensino Secundário fazem-se acções regulares de formação e têm-se feito outras acções esporádicas noutras áreas. Da última Direcção Nacional, aliás, vieram várias ideias nesse sentido.

Voltando à nossa questão central: num dos documentos divulgados após a reunião da Direcção Nacional da JCP, referem-se alguns aspectos negativos do trabalho do Executivo, nomeadamente o facto de algumas das suas competências, por falta de capacidade de resposta, terem na prática passado, ao fim de ano e meio, para o Secretariado. Que medidas vão ser tomadas para evitar esta situação?

Há um salto relativamente ao que existia antes do Congresso, quando o Secretariado, um organismo mais restrito, assegurava, no fundamental, a direcção política da JCP entre as reuniões das Direcções Nacionais - que se realizam de dois em dois meses ou de dois meses e meio em dois meses e meio. Existe um grande esforço para fazer discutir no Executivo as matérias que lhe estão atribuídas.

Falaste na reunião da Direcção Nacional: ela tem sido feita regularmente e, sobretudo, a participação nela tem sido regular ou há muitos camaradas que faltam e não dão regularmente a sua participação?

A regularidade de funcionamento da Direcção Nacional não tem tido qualquer tipo de problema. Relativamente à participação, é mais irregular...

E as alterações que vão ser introduzidas na composição da Direcção Nacional têm, de algum modo, a ver com isso?

Também... Nós não estamos em Congresso, não é altura para

tirar todos e mudar todos, nem podemos fazê-lo estatutariamente. Mas considerámos com cada camarada a sua participação, saber se a razão pela qual foi eleito em Congresso se mantém ou não...

Muitos foram eleitos no Congresso sendo activistas do Ensino Secundário e agora estão no Superior, que é um tipo de problema que inevitavelmente está sempre a acontecer.

Acontece muitas vezes, para aqueles que se considera terem dado um contributo válido na Direcção Nacional, que defendemos a sua permanência apesar de terem deixado o Secundário e estarem no Superior. Mas como têm de entrar outros do Ensino Secundário, a composição da Direcção Nacional entre Congressos começa a crescer...

Nesta recomposição tivemos pois de levar em conta problemas deste tipo e de falar com malta que pouco participou

para deixarem mesmo de participar e darem lugar a outros camaradas que tenham maior disponibilidade.

Importa dizer que é natural este tipo de situações numa organização juvenil, numa estrutura como a Direcção Nacional da JCP que terá uma média etária de 19/20 anos, claramente uma média etária muito baixa, o que é muito positivo.

Deste destaque, no que diz respeito às decisões da última reunião da Direcção

Nacional, à linha de trabalho em torno dos jovens trabalhadores. Significa que mais representantes dessa área específica vão entrar para esta estrutura da JCP?

No imediato, não. Entram alguns, mas esta é uma discussão que começámos agora, vai culminar no Encontro, pelo meio pas-

Era possível ter ido mais longe naquilo que diz respeito à capitalização, em favor da JCP, da vontade dos estudantes. Também é verdade que os nossos camaradas dirigentes associativos que estiveram envolvidos a dar resposta a processos de luta como o das provas globais, quase não chegam para dar atenção às coisas que no imediato lhes são colocadas.

sará a Conferência Nacional do Partido onde esta matéria também será discutida. Após o Encontro Nacional logo encararemos essa hipótese.

E em relação ao Trabalho Local no seu todo? Que balanço é feito a este ano e meio de actividade?

Esta é a área em que temos tido mais dificuldades. Foi para aqui que atirámos um conjunto de tarefas muito diversas, como o associativismo juvenil, as autarquias, as eleições, da intervenção local, etc. Há associações juvenis que quase só são constituídas por estudantes do Ensino Secundário. Nas autarquias os eleitos jovens são, muitas vezes, estudantes... nisto tudo fica um espaço que não é muito claro. Um estudante tem o seu espaço de acção definido, claro, e o enquadramento destas outras associações é complicado. Depois tivemos dificuldades em intervir junto dos jovens trabalhadores, ficando aqui uma área algo de indefinida.

É um problema difícil de resolver quando estamos sempre a dar resposta constante a solicitações várias: são as eleições para isto, para aquilo...

Temos ouvido, mesmo entre jovens comunistas, que sendo inegável o significativo crescimento de influência e número de adesões de jovens à JCP, seria de esperar melhores resultados dado o impacto e o cariz que têm tido as lutas estudantis dos últimos anos. Visam estas alterações na Direcção Nacional alcançar esse objectivo?

Assim directamente, não. A questão que me colocaste é correcta, e penso - até porque tenho acompanhado de perto essas acções - que era possível ter ido mais longe naquilo que diz respeito à capitalização, em favor da JCP, da vontade dos estudantes. Também é verdade que os nossos camaradas dirigentes associativos - e hoje temos mesmo um número muito largo de dirigentes associativos que são membros da JCP - que estiveram tão envolvidos no processo, nas escolas, nas suas associações, que para dar resposta a processos de luta como o das provas globais, por exemplo, quase não chegam para dar atenção às coisas que no imediato lhes são colocadas.

Depois pode sempre aparecer outra coisa: a malta achar que não deve tirar aproveitamento político directo e imediato da sua participação associativa, o que terá de se compreender em determinados casos.

Estas alterações na Direcção Nacional da JCP significam um alargamento da sua composição?

Significam.

Quantos mais?

Sete ou oito.

Quantos estavam?

Setenta e três, ficam oitenta e um.

Isso não diminui a capacidade operativa do organismo?

Num órgão que já tem 73 elementos, haver mais cinco ou seis não prejudicará a sua operatividade. Creio que por aquilo que ganha, já que entre os quadros que entram está malta que já esteve nas lutas do Ensino Secundário, malta que esteve nas lutas do Ensino Superior, penso que vale a pena o aumento.

E estatutariamente como é que estas entradas se enquadram?

Pela figura da cooptação, que está prevista nos estatutos. Os que saem, saem por vontade própria. Quase todos os que saem, fazem-no depois de eles próprios terem colocado o problema e manifestado vontade em sair por não se justificar a sua manutenção.

E essas saídas têm a ver com a situação que já descreveste, de gente que foi eleita quando estava no Ensino Secundário e agora passou para o Superior?

Não. Esses quase todos se mantêm. Tem mais a ver com malta que era do Trabalho Local e que alterou a sua disponibilidade. Outros passaram ao Partido, outros mudaram de Distrito, enfim, razões várias.

Aproveito, aliás, para dizer que, em relação aos jovens que saem da JCP e ingressam no Partido - que para além do conjunto já bastante grande saído no Congresso vê agora alargar-se em mais alguns - é de toda a justiça deixar aqui uma palavra de apreço a todos esses camaradas que, alguns durante mais de dez anos, deram o seu melhor contributo à JCP.

A II Guerra Mundial

■ Manoel de Lencastre

Stalinegrado

— cidade heróica

A história da batalha de Stalinegrado (1942-43), a maior confrontação de toda a Segunda Guerra Mundial, ocupar-nos-á em diversos números do «Avante!». Porém, para podermos dar a quem nos lê uma ideia geral inicial dos grandes acontecimentos de então, desenvolveremos, primeiro, algumas notas cronológicas relativas ao trabalho que, depois, iniciaremos.

As operações de combate a que, normalmente, se dá o nome de «Batalha de Stalinegrado» iniciaram-se a 17 de Julho de 1942 e prosseguiram até 2 de Fevereiro de 1943. O objectivo do Exército Vermelho consistia em derrotar os poderosos agrupamentos de forças estratégicas nazis na região situada entre os rios Dão e Volga. A batalha dividiu-se em dois períodos, a saber: período defensivo (de 17 de Julho a 18 de Novembro de 1942); período ofensivo (de 19 de Novembro de 1942 a 2 de Fevereiro de 1943).

Como resultado de derrotas diversas sofridas em Maio e Junho de 1942, na Crimeia, na zona de Voronezh e no Donbas, onde o Alto Comando da Frente estratégica Sudoeste não possuía as necessárias reservas, o inimigo conseguiu chamar a si a iniciativa das operações estratégicas. Forças do «Grupo de Exércitos Sul» (von Bock) e outras trazidas de França, da Alemanha propriamente dita e dos países satélites dos nazis, constituíram os fortíssimos agrupamentos seguintes:

— Grupo de Exércitos «A» (cor-general von List) reforçado com o 4.º Exército «Panzer» (cor-general H. Hoth), que, originalmente, pertencia ao Grupo de Exércitos «B». A missão destas forças era a ocupação da região soviética do Cáucaso;

— Grupo de Exércitos «B» (cor-general von Weichs) de que fazia parte o 6.º Exército (F. von Paulus). Tinham como objectivo a ocupação da região do Volga e a destruição da cidade de Stalinegrado.

A estas temíveis forças opunha-se, do lado soviético, a «Frente de Stalinegrado» que o Marechal da União Soviética S. K. Timochenko comandava. Mas, a 23 de Julho, Timochenko foi substituído pelo tenente-general V. N. Gordov, permanecendo o tenente-general P. I. Bodin como Chefe do Estado Maior da Frente e, como Membro do Conselho Militar respectivo (direcção política), Nikita S. Khrushchev. A «Frente» incorporava as seguintes forças: 62.º Exército (Ten.-General V. I. Chuikov); 63.º Exército (ainda em formação); 64.º Exército (Ten.-General M. S. Chumilov); 8.º Exército do Ar (Major-General T. T. Kriukin) (esta formação era retirada dos efectivos da Frente Sudoeste); 1.º Exército de Tanques (Guardas), do Ten.-General Leliuchenko; 4.º Exército de Tanques (ainda em formação); 21.º Exército (Ten.-General I. M. Chistiakov); mais certas unidades isoladas pertencentes aos 28.º, 38.º e 57.º Exércitos;

Os nazis, por seu lado, fizeram juntar às forças de que dispunham, outras formações: 8.º Exército italiano (cor-general I. Garibaldi), que se colocou na margem esquerda do Dão; e, como sabemos, o 4.º Exército «Panzer» (Hoth) que foi transferido da zona do Cáucaso afim de ajudar o 6.º Exército (von Paulus) na tomada de Stalinegrado.

Todas estas impressionantes formações militares ocupavam uma frente de cerca de 800 quilómetros o que tornava difícil o adequado controlo de tropas por parte dos respectivos comandos. Assim, a fim de facilitar esse controlo, o Exército Vermelho agrupou certas das suas forças e constituiu duas Frentes separadas que designou como Frente de Stalinegrado e Frente de Sudeste. O comando de ambas recaiu nas seguintes personalidades: Comandante Geral: Cor. General A. I. Ieremenko; Chefe do Estado Maior: Major-General G. F. Zakarov; Conselho Militar: Comissário de Brigada V. M. Laiok;

Como resultado das circunstâncias excepcionais à vista, em Stalinegrado, a «Stavka» (Conselho Militar do Estado) deliberou o envio do Chefe do Estado Maior do Exército Vermelho, coro-

nel-general A. M. Vasilievski, à zona de operações para auxiliar na coordenação dessas operações. Mais tarde, a 29 de Agosto de 1942, a «Stavka» decidiu ser necessário enviar para Stalinegrado, igualmente, o Supremo Comandante em Chefe (Adjunto) General do Exército Vermelho, Georgi Jukov.

Elementos de referência

1. A 23 de Agosto, o XIV Corpo de Tropas Motorizadas nazis conseguiu romper na área de Vertiachii e dividir as linhas defensivas da cidade de Stalinegrado, em duas partes — atingiu o Volga em Latochinka e Rynok; o 62.º Exército soviético (Chui-kov) viu-se separado dos outros exércitos da Frente de Stalinegrado e, a 29, passava a fazer parte dos efectivos da Frente do Sudeste.

2. Mas, a 24 de Agosto, aquelas forças nazis dirigiam o seu cruel ataque contra a fábrica de tractores de Stalinegrado; a 10 de Setembro, o 62.º Exército soviético achava-se perigosamente separado do 64.º; a 16, entretanto, a 13.ª Divisão de Atiradores (Guardas) comandada por A. I. Rodimtsev conseguia entrar na cidade e o seu contra-ataque conduziu à recuperação da zona de

da fábrica dos tractores, a fábrica «Barrikadi» e os blocos de residências a noroeste do centro de Stalinegrado.

7. Os nazis haviam perdido 700 000 homens; mais de 1000 tanques; mais de 2000 peças de artilharia e morteiros; mais de 1400 aviões; o comando nazi havia falhado os seus objectivos estratégicos do Verão e Outono de 1942 e via-se compelido a passar à defensiva.

8. A 13 de Novembro, as três Frentes de exércitos soviéticos lançaram uma contra-ofensiva geral segundo um plano cujo nome de código era «Uranus».

As forças do Exército Vermelho passaram a agrupar-se como segue:

Frente Sudoeste: Ten.-General N. F. Vatutin; Chefe do Estado Maior: Major-General G. D. Stelmak; Conselho Militar: A. S. Zhektov; 1.º Exército de Tanques-Guardas: D. D. Leliuchenko; Ten.-Gen.; 5.º Exército de Tanques-Guardas: P. L. Romanenko; Ten.-Gen.; 21.º Exército de Tanques-Guardas: I. M. Chistiakov; Ten.-Gen.; 2.º Exército do Ar: K. N. Smirnov; Major-Gen.; 17.º Exército: S. A. Krasovski; Ten.-Gen. (Tinha como objectivo o lançamento de ataques a partir de testas de ponte na margem direita do Dão, nas áreas de Serafimovitch e Kletskaia).

Frente de Stalinegrado: cujos comandos e exércitos já conhecemos, tinha por missão tentar a ligação com as tropas da Frente do Don e rodear as principais forças alemãs procedendo ao respectivo cerco.

Frente do Don: K. K. Rokossovskij; M. S. Malinin; A. S. Zheltov; 65.º Exército: Ten.-General P. I. Batov; 24.º Exército: Major-General I. V. Galanin; 66.º Exército: Ten.-General A. S. Zhadov; 16.º Exército Aéreo: Major de Aviação S. I. Rudenko (Desferiu decisivos golpes, partindo da margem esquerda do rio Don).

9. As forças nazis do «Grupo de Exércitos "B"» passaram a compreender, também, além dos italianos já mencionados, os 3.º e 4.º exércitos romenos. Contavam com mais de 1 milhão de homens, 675 tanques, mais de 10 000 canhões e morteiros de infantaria, além de 1200 aviões.

10. A 23 de Novembro de 1942, o 4.º Corpo de Tanques da Frente Sudoeste e o 4.º Corpo de Forças Motorizadas da Frente de Stalinegrado encontraram-se em Sovietski, fechando o cerco aos principais grupos inimigos na zona entre os rios Don e Volga. No interior da tenaz de ferro que as Frentes soviéticas haviam estabelecido, encontravam-se o 4.º Exército, de von Paulus e partes do 4.º Exército «Panzer», totalizando 22 divisões e 160 unidades individuais com 330 000 homens.

A 24, Hitler ordenava às suas forças a manutenção a todo o custo da ocupação de Stalinegrado. O 6.º Exército tornou-se parte do «Grupo de Exércitos Don» (E. von Mannstein). A 31 de Dezembro de 1942, forças da Frente Sudoeste e da Frente do Voronezh que se havia junto à primeira, destruíram o 8.º Exército italiano, o 3.º Exército romeno e o «Grupo Especial nazi Holland».

11. A 1 de Janeiro de 1943, a Frente de Stalinegrado recebeu o nome de Frente do Sul e, a 8, o Comando do Exército Vermelho enviou um ultimato a von Paulus exigindo a sua rendição. A 26, as forças nazis estavam cortadas e divididas em diversas formações e sem qualquer esperança de salvação. A 31, o 6.º Exército, de von Paulus, rendeu-se finalmente e, a 2 de Fevereiro, todas as restantes tropas operando na zona solicitaram a respectiva rendição perante os poderosos exércitos soviéticos. A batalha de Stalinegrado terminou a 2 de Fevereiro de 1943.

12. De 19 de Novembro a 2 de Fevereiro, os nazis perderam 800 000 homens, 2000 tanques e canhões de assalto; 70 000 carros diversos, 3000 aviões de combate e de transporte.

13. Cem soldados soviéticos foram condecorados com a medalha e título de «Herói da União Soviética»; 179 unidades militares viram-se distinguidas com o título honorário de «Guardas», uma distinção rara; à cidade de Stalinegrado foi dado o título de **Stalinegrado, Cidade Heróica**.



Mamaev Kurgan — travou-se aí, uma furiosa batalha pelo terminal ferroviário que mudou de mãos em 13 ocasiões diferentes.

3. A 28 de Setembro, a Frente de Stalinegrado recebeu a designação de Frente do Dão e passou para o comando de Konstantin Konstantinovich Rokossovski (Chefe do Estado Maior: M. S. Malinin; Membro do Conselho Militar: A. S. Zheltov). A Frente do Sudeste (Ieremenko) passou a chamar-se Frente de Stalinegrado.

4. Desenvolveram-se, entre 27 de Setembro e 4 de Outubro de 1942, os mais furiosos combates na zona de residências operárias conhecidas como «Krasnaia Oktiabr» (Outubro Vermelho) e «Barrikadi» assim como junto às respectivas fábricas; durante muitos dias e noites a luta prosseguiu nas margens do Volga, nas ruas de Stalinegrado, nos edifícios da cidade. Estes combates foram especialmente violentos e dolorosos para as seguintes unidades soviéticas: 95.ª Divisão (V. A. Gorichnyie); 37.ª Divisão de Atiradores (Guardas) (V. G. Zholudev); 112.ª Divisão de Atiradores (Guardas) (I. E. Iermolkina); Grupo de tropas comandados por S. F. Gorokov; 138.ª Divisão (I. I. Liudnikov); 84.ª Brigada de Tanques (D. N. Belyi).

5. Para prestar assistência aos defensores de Stalinegrado, a Frente do Don, a 19 de Outubro, assumiu a ofensiva estratégica, surgindo de Norte. O inimigo viu-se compelido a diversificar a acção de muita artilharia e de diversas formações de tanques — enfraqueceu a densidade dos seus ataques contra a cidade e tentou conter o avanço das tropas da Frente do Don; simultaneamente, o 64.º Exército (Chumilov) produzia um poderoso contra-ataque, de Sul. A situação precária do 62.º Exército (Chui-kov) que combatia dentro de Stalinegrado tornou-se menos angustiada.

6. Ao terminar o período de operações defensivas do Exército Vermelho, o 62.º Exército mantinha a posse da zona Norte

■ António Murteira

Emigração, xenofobia e racismo

**Portugal é, simultaneamente,
um país de acolhimento
e de emigrantes.**

Em 1992, as principais comunidades de imigrantes, em Portugal, são constituídas por populações originárias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (40%), da Comunidade Europeia (27%) e do Brasil.

Por outro lado, as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo rondam os 4,5 milhões de pessoas, dos quais mais de um milhão vivem nos países da Comunidade.

Desde a época dos Descobrimentos, no século XV, época da epopeia marítima portuguesa com impacto universal, que o gosto e a sensibilidade pelo contacto e vivência com outros povos e civilizações passou a fazer parte da nossa história.

É neste contexto que para nós assume uma grande importância a questão das relações contemporâneas entre povos e nações, e os actuais fenómenos da emigração, da xenofobia e do racismo, num mundo de interdependências acrescidas e crescentes.

A xenofobia e o racismo na Europa, uma questão política

Crescem os perigos decorrentes da influência da direita e da extrema-direita na Europa e dos fenómenos de xenofobia e racismo.

Os resultados obtidos pela extrema-direita xenófoba e racista na Áustria, com 22,6% em eleições legislativas (Out./94); na Bélgica (Out./94), com resultados muito expressivos nas eleições municipais, conquistando Antuérpia; na Itália, belo país do Sul, no qual a direita e a extrema-direita conseguem vencer as eleições; como a situação, acontecimentos e crimes de motivação xenófoba e racista que se verificam em grandes países como a Alemanha, a França, o Reino Unido, constituem fenómenos de primeira grandeza e da máxima apreensão, sintomáticos de que muita coisa não caminha bem nas sociedades e países onde acontecem.

Constituem situações que, em nosso entender, para serem correctamente compreendidas e enfrentadas, deverão ser abordadas de um ponto de vista político e social e não de um mero ponto de vista policial ou apenas como uma questão de segurança interna.

Duas das causas

Em nossa opinião, os actuais surtos de emigração, xenofobia e racismo, na União Europeia, resultam, entre outras, de duas causas principais:

— Uma, ligada às políticas internas da própria União Europeia;

— A outra, ligada às políticas externas dos Estados-membros e dos países desenvolvidos nas suas relações com os países pobres e do Sul.

No plano interno, no plano da União Europeia, será alheia à onda de racismo e xenofobia que grassa na Comunidade a imposição de políticas económicas e sociais que conduzem à existência de 20 milhões de desempregados, ao alastrar da pobreza, não só no mundo rural como nos subúrbios e mesmo nos grandes centros urbanos, que conduzem à crescente exclusão social?

Não serão exactamente algumas das políticas económicas e sociais, da UE, que constituem uma das causas centrais que alimenta o actual surto de racismo e xenofobia?

Não terão os acordos de Schengen (que a Inglaterra, a Dinamarca e a Irlanda não subscreveram) servido para espicaçar esses sentimentos e impulsos negativos?

Não haverá responsabilidades na passividade ou até permissividade com que alguns governos encaram a acção de grupos racistas e xenófobos e à poderosa propaganda e acções organizadas que efectuam?

Não será necessário ter um olhar e uma atitude mais humanizada e solidária, em relação àqueles que, vindos de outros países, conosco vivem e trabalham na União Europeia e na Europa?

Olhar e atitude que se traduzam na correcção de políticas económicas e sociais e na definição de políticas e medidas específicas que tenham em conta os emigrantes.

Ajuda externa e batatas fritas

No plano externo, porque será que as populações dos países pobres do Sul tentam desesperadamente emigrar e atingir os países ricos do Norte?

Será alheia a essa situação a política económica e financeira, seguida pelos países desenvolvidos, em relação aos países do chamado Terceiro Mundo?

Porque será e que efeitos terá o facto de a dívida externa global dos chamados «países em desenvolvimento» ter crescido de 658 mil milhões de dólares em 1980, para 1770 mil milhões de dólares em 1993, isto é, quase triplicou, em apenas 13 anos (de 1980 a 1993).

E, como todos sabemos «avoluma-se a dívida, aumenta o pagamento da dívida, cresce toda a sucção multiforme do Terceiro Mundo» (World Debt Tables, do Banco Mundial/1994).

Porque será, e que implicações teve e terá, a atitude dos países ricos que, salvo uma ou outra excepção, nem sequer estão a cumprir as decisões tomadas no Rio de Janeiro, na Eco/92? Nessa Conferência foi acordado, como se recordam, que cada país industrializado deveria contribuir com 0,7% do seu PIB/ano para o desenvolvimento dos países pobres.

Estão os Governos dos Estados-membros da União Europeia a honrar esse acordo? Estão os governos dos países da Europa a honrar esse acordo? Está o governo dos EUA a honrar esse acordo?

A este propósito esclarecia-nos o «The Economist», de 23 de Julho de 1994, ao escrever: «É flagrante que desde 1988 (com excepção de 1991) os norte-americanos gastaram sempre mais em «batatas fritas» do que em «ajuda económica externa» e, acrescentava, «a curva desta (da ajuda económica externa) está agora em claro descenso, enquanto a curva daquela se mantém em firme ascensão».

Cada vez mais pobres

Porque será, e que implicações teve e terá, nas questões que estamos a tratar, o facto de os países pobres estarem cada vez mais pobres, enquanto a riqueza continua a concentrar-se?

De facto, os 20% mais ricos (1/5) do mundo partilham entre si 82,7% do rendimento mundial, enquanto os 20% mais pobres (1/5) recebem apenas 1,4%, como foi, recentemente, revelado no Cairo, durante a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento.

De facto, «entre 1982 e 1992, as 200 maiores transnacionais aumentaram os seus lucros em muitos milhares de milhões de dólares.

No conjunto, a parcela desses gigantes no PIB mundial cresceu de 24,2% para 26,8% («Avante/Out/94»).

Não encontraremos, aqui, algumas das principais causas, se lhes juntarmos os conflitos regionais armados, as guerras, que devastam e provocam o sofrimento em tantas regiões do mundo, as principais causas responsáveis por mais de 1400 milhões de pessoas (quase 1/4 da

população mundial) viverem hoje, às portas do século XXI, com menos de 1 dólar/dia, ou seja, menos de quatro mil escudos mensais?

Como é que tais fossos podem persistir e até continuar a aprofundar-se, com os efeitos devastadores que todos conhecem?

Não terá razão o Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano (do PNUD) de 1992, quando considera que «avançar para a resposta (...), por via dos mercados mundiais, enquanto noutras instâncias se defende o neoliberalismo mais radical e tudo se submete à libertina circulação dos capitais, é, evidentemente, propor inverter uma situação acelerando no caminho que a provocou».

Por um desenvolvimento humanizado

Partilhamos da opinião de Butros Ghali, quando disse na Conferência do Cairo que a população mundial não pode ser tratada «como uma massa indiscriminada».

«Cada membro da população pertence a uma cultura, a uma sociedade, a uma tradição».

E merece reflexão o Programa de acção da ONU apresentado no Cairo, sobre estas matérias, designadamente quando considera que «os Governos dos países de origem e dos países de destino devem tentar aliviar as causas da emigração de forma a reduzir os maciços e incontroláveis fluxos migratórios internacionais.

A correcção destas causas irá requerer um esforço suplementar para alcançar um desenvolvimento económico e social sustentável».

As decisões dos Estados sobre quem pode entrar e ficar deve ser levada a cabo «de uma maneira justa e equilibrada, fazendo um esforço para evitar acções racistas e xenófobas».

Dizer simples e comodamente que o racismo e a xenofobia são provocados pela emigração, é escamotear completamente o problema na sua imensa complexidade e abrir caminho aos que advogam que, se essa é a causa principal, então a solução seria «fechar» a Europa, transformá-la numa Europa-fortaleza.

Mas, isso seria um erro histórico que inviabilizaria o caminho para a solução dos problemas, criaria outros portventura muito maiores, inviabilizaria o caminho para a construção progressiva de uma nova ordem económica mundial, assente na cooperação, no progresso e na paz entre os povos e nações.

Estamos confiantes de que, apesar dos perigos e dificuldades do momento presente, o espírito universalista dos europeus e da Europa, num mundo de interdependências acrescidas e crescentes, saiba acender nesta fase histórica, um novo e sincero apelo humanista e solidário, que permita à Europa, no respeito pelo princípio da igualdade entre as nações, encontrar e assumir o papel de protagonista destacada, na construção de relações novas, de progresso e de paz, entre os povos e nações europeias, e entre os povos do nosso belíssimo planeta — a Terra.

Intervenção do deputado do PCP, António Murteira, na XI Conferência das Comissões de Assuntos Europeus dos Parla-mentos Nacionais dos Estados-membros da União Europeia, realizada em Bona de 23 a 25 de Outubro.

Palavras e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

Teatro e Psicanálise


O palco foi sempre, desde a tragédia grega à *com-media dell'arte*, ao drama burguês do século XIX, ao solilóquio niilista de Samuel Beckett, um espaço de pensamento e de emoção, mesmo quando mascarado de frivolidade ou reconduzido ao grau zero da expressão.

A *Comuna*, pela mão de João Mota, na maturidade do seu talento de encenador, dá-nos neste momento uma peça muito rica de Nicolas Wright, que põe em cena um período apaixonante da história da psicanálise e que o faz apresentando-nos personagens «vivas», ideias e sentimentos encarnados em actores. É um dos momentos fulcrais da vida de Melanie Klein, o da morte do seu filho Hans e da afirmação das suas ideias (a heresia freudiana que a Inglaterra em dado momento acolheu com entusiasmo).

A verdade é que vibramos com o conflito entre mãe e filha, com a emulação entre as três mulheres, todas psicanalistas. O nazismo começa a alastrar pelo mundo os seus horrores. Melanie Klein, Melita e Paula Heimann discutem, na sala de uma casa londrina, o complexo de Édipo, a castração, a transferência. As três actrizes portuguesas que encarnam estas figuras põem no palco orgulho e humilhação, ressentimento, raiva, lucidez também e sobretudo a paixão pela psicanálise. São todas elas excelentes: Cucha Carvalheiro dura, altiva, ferida; Natália Luiza grácil, complexa, dilacerada e dilacerante; Elsa Galvão tímida e persistente como convém ao papel. Cenários muito bonitos de Lucien Donnat.

Um espectáculo que se recomenda pelo rigor e pela intensidade que mantém do começo ao fim.

**A SENHORA
KLEIN
NICHOLAS WRIGHT**



Encenação de João Mota
Cenário e Figurinos: Lucien Donnat
Tradução e Versão para Palco: Maria João da Rocha Afonso

Elenco: Cucha Carvalheiro, Elsa Galvão, Natália Luiza

COMUNA
TEATRO
de pesquisa

Assida a cena por acordo entre o estabelecimento e o teatro de pesquisa

Patrocinador: Secretária de Estado da Cultura

**3 MULHERES • 1 CARTA • 1 MORTO
ACIDENTE? SUICÍDIO?**

CUBA

■ Eduardo Costa

O “espectáculo-informação” e a crise dos “balseiros”

A política imperialista há muito que descobriu o enorme poder da comunicação sobre a sociedade, especialmente a sua utilização para manipular as mentes, e há já décadas que a relação do “4º poder” com os restantes se alterou, deixando o papel de coadjuvante dos poderes político, económico e militar para assumir um papel central.

A comunicação dos meios do capital, que domina praticamente sozinha a grande cena da comunicação mundial, não pretende, hoje (embora o afirme), reflectir a vida circundante, mas comandá-la e, literalmente, criá-la ou recriá-la. É o que está na origem dos famosos “factos” políticos, que os autodenominados analistas políticos julgam poder erguer do nada ao toque alado das suas palavras para montarem uma “realidade” dos *mass media* ao arpejo da vida e, supostamente, mais verdadeira do que esta.

Há trezentos e tal anos atrás um filósofo francês, património da cultura mundial, postulava que existia porque pensava. Actualmente os *mass media* pretendem axiomatizar a concepção de que para existir é preciso, primeiro, ser notícia e, ainda mais liminarmente, é preciso ser espectáculo. Fora dos ecrãs de televisão, fora das páginas dos jornais não se existe, o que é “real” está contido neles (!).

Segundo esta hodierna filosofia, não é a realidade que determina a notícia, mas a notícia e, sobretudo, o espectáculo que determina a realidade. É a embriaguês do verbo e da imagem.

Mas é uma embriaguês alimentada por uma máquina informativa (/deformativa) tentacular e superlativa, que integra as aplicações técnicas mais sofisticadas do século e que parece nada deixar fora do seu campo de visão computadorizado. Nada de fora excepto a verdade. Esta “informação” olvida prevenir que as suas objectivas não procuram a verdade, tão-só a “realidade” e, na sua óptica, realidade, informação e espectáculo formam um todo comandado pelo último.

Realidades “inexistentes”

Os exemplos desta filosofia da comunicação são múltiplos. A guerra do Golfo constituiu um dos seus ensaios mais conseguidos. A verdadeira guerra, de consequências nucleares, conduzida através de armamentos “convencionais”, que massacrou o povo e o território iraquianos, foi metamorfoseada para o grande público, pelos canais da CNN, num jogo de computador, de tracejados fosforescentes, em ecrãs assépticos, donde a morte, o sofrimento, a destruição, a miséria foram excluídos. Assim se tentou fixar o mito de uma intervenção militar “democrática” e “cirúrgica”.

Processos de “rigor” idêntico querem pintar a vida dos povos que habitam o espaço da ex-Jugoslávia como uma derivação da própria vida luciferina, ao mesmo tempo que tenteiam limpar a intervenção norte-americana na Somália dos vestígios abundantes de sangue e do cheiro a petróleo. O silêncio das câmaras sobre a ocupação do Panamá pelas tropas dos Estados Unidos pretende remeter esta selvajaria para a categoria das realidades inexistentes.

O conceito de que só o que é espectáculo é que é “real” ou da espectacularidade inflacionada à escala universal passa por outras manifestações e constrói-se com elas. Uma delas são os presidentes-actores e Ronald Reagan o primeiro presidente de passado inegavelmente artístico; tinha sido um lamentável actor, mas conhecia por dentro as regras indispensáveis. A França tentou copiar a solução e trabalhou a hipótese de um Yves Montand presidente. Casos menos explícitos de casamento entre o homem político e o homem do espectáculo podiam ser trazidos à colação.

Produtos desta “cirurgia” ou destas “plásticas informativas” são as recentes séries de televisão em que se simula perante as câmaras as “realidades” mais comezinhas, cruas e insólitas do dia-a-dia: ele são os casos de polícia ao “vivo”, ele são as situações emocionais ou amorosas mais delicadas, simuladas sob o olho da câmara, ele são os casos de sexo descritos, e supostamente discutidos, abruptamente.

Nesta teia que visa sustentar a concepção de que o mundo do espectáculo e o mundo real coincidem, e que nada existe, pelo menos nada que valha a pena existe fora do mundo do espectáculo,

situa-se o esforço para concentrar a atenção do público nas vedetas do espectáculo. Estas, no foco das câmaras, entrevistam-se umas às outras, citam-se umas às outras, fabricam prematuramente as biografias umas das outras, alternam nos programas umas das outras como convidados, júris, estrelas, num jogo circular no exterior do qual nada parece acontecer ou ter importância.

Os pseudo-debates políticos, verdadeiros espectáculos circenses de verborreia e maledicência política, encenados e protagonizados por funcionários da plutocracia, promovidos a analistas, estrategos e juizes dos processos sociais, que arquitectam “cenários” destinados a serem esquecidos com a mesma velocidade e inconsequência com que foram imaginados, são ainda recursos desta política de

“comunicação” que visa vários alvos:

- criar a ilusão no cidadão-espectador de que toda, mas toda a realidade, mesmo a mais minúscula e rasteira, é vivida debaixo dos seus olhos;
- convencer o espectador-eleitor que o olho quadrangular das câmaras e dos tablóides esgota, num estremo esforço democrático, tudo o que existe digno de nota;
- reduzir o cidadão-contribuinte, virtualmente interveniente, pelo esforço diário e persistente de consumidor desta “papa informativa”, ao papel passivo e cinzento de espectador, a quem cabe somente assistir, aplaudir, trabalhar nos entreactos... e pagar os impostos.

“Espectáculos-realidade”

Esta moderníssima filosofia da comunicação tem sido imposta a Cuba, soma-se ao bloqueio e constitui um bloqueio mais que projecta impedir o mundo exterior de compreender o que se passa em Cuba, que pretende impedir Cuba de se aperceber do que se passa no mundo exterior.



ão ”



Para os cubanos emite milhares de horas semanais, por rádio e televisão, a cantar as delícias do mundo do capital, a maré cheia de contrarrevolucionários pronta a submergir Cuba, o abraço fraterno com que o “mundo livre” espera uma Cuba “liberta” do seu projecto democrático e socialista. Para o mundo exterior a Cuba descreve um povo perdido numa utopia sem esperança, famélico, desesperado, isolado por um regime opressivo, em estado de desagregação.

Numa época em que tanto se fala de muros derrubados, mistificando sobre as causas que provocaram o seu aparecimento, o governo dos Estados Unidos rodeia a Ilha da Liberdade de muros económicos e informativos com vista ao seu sufoco ou à sua capitulação.

As últimas “peças” televisivas sobre os “balseros” enquadravam-se nos “espectáculos-realidade”. Nelas viam-se dezenas de cubanos que todos os dias se lançavam às ondas, enfrentavam os perigos de umas dezenas de milhas de oceano para procurar refúgio em território norte-americano. Mentiram as imagens no que mostravam? Mentiram, não pelo que mostraram, mas pelo que não mostraram, mentiram pelos comentários que explicitamente acompanhavam e interpretavam as imagens.

As imagens e os comentários desmentiam os resultados eleitorais de apoio massivo ao regime cubano (97%), os triunfos na saúde, no ensino, na assistência social, nas conquistas laborais, no desporto, na investigação científica, entre os primeiros na América Latina e, alguns, ombreado com os melhores obtidos pelos países ditos desenvolvidos.

Em que mais mentiam as imagens e as “análises”?

Ao ocultar as causas do êxodo populacional, ao alterar o seu significado, ao transformar a crise económica imposta numa rejeição política.

O que os programas de televisão não mostraram é que a economia cubana, que sobrevive à implosão da comunidade socialista com a qual mantinha o grosso das suas trocas económicas, enfrenta o mais longo bloqueio da história deste século, verdadeira guerra não declarada, que lhe rouba as matérias-primas e os meios de produção essenciais ao seu desenvolvimento, num espectro alargado, do petróleo aos medicamentos, dos fertilizantes aos instrumentos cirúrgicos e ao material escolar, passando por fios eléctricos e parafusos de precisão.

O que as reportagens televisivas não disseram nem mostraram é que a situação de verdadeira emergência em que o Povo e a Revolução Cubana se encontram, que denomina de Período Especial, e que provoca a emigração, é da responsabilidade do bloqueio movi-

do pela Casa Branca há 34 anos, que viola a legislação internacional, que vai ao ponto de chantagear e exercer represálias sobre países e empresas estrangeiras ou norte-americanas que furam o cerco ilegal, sobre companhias de navegação e empresas aéreas que tocam o território cubano.

No início de 1994, as autoridades cubanas tiveram acesso a um relatório de um oficial da CIA encaminhado para o secretário de Estado, em Washington. Queixava-se o agente que em Cuba é difícil fomentar uma verdadeira contestação política, que não se encontram casos significativos de perseguição política e que os que pretendem acolher-se ao estatuto de refugiado político por pretensas actividades a favor dos direitos humanos são poucos, quase sempre pessoas que procuram escapar à deterioração das condições económicas ou oportunistas (sic).

Nada, aliás, que a própria imprensa cubana ou os discursos de Fidel não digam ou que contrarie a gigantesca manifestação que apoiou e acompanhou o líder cubano em Agosto em plena efervescência da crise dos “balseros”.

De facto, o que a moderníssima comunicação da “realidade espectacular” nunca esclareceu foi que, desde 1984, os governos de Havana e de Washington têm um acordo de emigração, ao abrigo do qual os serviços aduaneiros dos Estados Unidos podem conceder 20 000 vistos anuais a cidadãos cubanos que desejem emigrar. Ou seja, ao longo de 8 anos (salvo os anos de 1986 e 1987 em que o Acordo não foi cumprido pela entrada em exercício da rádio anticubana Marti, sediada em Miami), Washington poderia ter estimulado a emigrar legalmente 160 mil cubanos. Não o fez. De facto, durante este período, até Julho de 1994, no total, nunca concedeu mais que 11 222 vistos legais (7,01% do quantitativo que poderia ter concedido). As autoridades cubanas retiveram 37 801 pessoas por tentativa de emigração ilegal e 13 275 emigraram ilegalmente. O que quer dizer que entre emigração legal e ilegal saíram ou tentaram sair 62 298 cubanos, sensivelmente um terço dos que poderiam ter emigrado legalmente.

Os números dos últimos anos são elucidativos. (Ver quadro)

	Emigrados Legalmente	Emigrados Ilegalmente	Retidos pelas Autoridades Cubanas
1988	3 472	-	-
1989	1 631	-	-
1990	1 098	467	1 593
1991	1 376	1 997	6 596
1992	910	2 511	7 073
1993	964	4 208	11 564
1994 (até 22/VII)	544	4 092	10 975

Imagens que mentem

O que significa isto?

Que ao governo dos Estados Unidos só lhe interessa a emigração ilegal, isto é, o pretexto para propaganda política. Um cubano que emigra legalmente, que desembarca com tranquilidade no aeroporto de Miami, com passaporte e vistos em ordem, não é caso que possa ser tomado por um refugiado político, com honras de recepção triunfal,

“libertado” pelas câmaras de filmar das cadeias norte-americanas de informação.

Além disso, as autoridades e os órgãos de informação dos Estados Unidos sabem bem que o milhão e meio de cubanos que, ao longo dos anos, têm emigrado para vários países (70% deles nos EUA) não são necessariamente indicativo de rejeição política num mundo em que, todos os anos, emigram centenas de milhões. Se nos recordarmos que portugueses emigrados no estrangeiro existem cinco milhões...

De facto, o que as reportagens espectaculares sobre os “balseros” pretenderam gravar no espírito de quem as viu é que o povo cubano abandona Cuba aos borbotões, acrescentando ao isolamento externo do regime de Havana o isolamento interno e escreve, em letras de sofrimento, a condenação sumária da opção socialista.

Estas ilações, que acompanhavam explicitamente as imagens, mentiam. Mentiam, por que se é verdade que as condições difíceis impostas pelo bloqueio (uma dieta espartana de tempo de guerra, transportes que transformam as tarefas quotidianas noutros tantos actos de militância, vários “apagões” por dia) impeliram milhares de cubanos para a perigosa travessia do mar, e seja de admitir que outros milhares os acompanharam em espírito, também é verdade que a maioria da população, dez milhões de cubanos, continua a resistir, continua a estar com o regime, continua a orgulhar-se da sua pátria e da sua autonomia. Quantos povos na mesma situação se afirmariam assim? A gesta dos cubanos no presente século já foi comparada às façanhas dos míticos heróis gregos. Não é um exagero e a

heroicidade à escala de um povo, pela sua excepcionalidade, merece, pelo menos, respeito e reflexão.

Disso se deram perfeitamente conta muitos americanos, que não sendo suspeitos de simpatias pró-socialistas, como McNamara, o ex-secretário de Estado de J. F. Kennedy, todavia, criticam a política do bloqueio, que consideram um erro, e temem que a administração norte-americana abra um novo Vietnam nas Caraíbas.

A contestação à política da Casa Branca em relação a Cuba sobe de tom dentro dos próprios Estados Unidos: sectores religiosos furam as directrizes do governo e levam apoio material a Cuba; os movimentos anticastistas, divididos entre si, alimentados pela CIA, não conseguem impor personagens mais respeitáveis que Mas Canossa, de recorte mafioso; mesmo anticastistas confessos, presentes na conferência para a emigração de 1993, em Havana, admitem não encontrar processos nem governo mais democráticos que os de Havana.

Na Assembleia Geral da ONU, a delegação norte-americana só tem a votar com ela três países: Israel, Albânia, Paraguai (resolução 48/19, de 1993, que condena o bloqueio a Cuba); a maioria vota contra e os outros abstêm-se, temendo as retaliações norte-americanas. O número de estadistas, políticos, intelectuais, artistas, jornalistas que tomam a palavra a favor do Povo Cubano e do fim do bloqueio não pára de crescer em todo o planeta.

As negociações a que a administração Clinton foi obrigada, e que pôs termo à crise dos “balseros”, se não trazem nada de propriamente novo, pois elas tornam a ratificar o que já tinha sido acordado, acrescentando-lhe o compromisso da parte americana de aumentar as quotas *efectivas* de vistos concedidos, significam um recuo momentâneo de Washington na escalada propagandística — os “espectáculos-realidade” vão conhecer uma pausa no que concerne a Cuba —, reflectem a subida geral da indignação com o mais longo bloqueio do século e o beco sem saída a que a administração Clinton chegou ao estimular uma emigração que politicamente lhe convém mas para que não tem solução do ponto de vista económico e social.

A política de Clinton em relação a Cuba, e naturalmente à América Latina, está hoje encurralada entre ceder a uma extrema-direita, fascista e mafiosa, de anticastistas sediados em Miami (que prometem um banho de sangue de três dias, no regresso a Cuba) e uma direita de contornos mais moderados, que espera vencer o regime cubano numa competição económica aberta.

Encurralada entre os magros ou inexistentes resultados de um meio mandato, a necessidade de aparentar firmeza, e o absurdo de uma política sem saída, frente a um povo determinado, a administração Clinton adia a única saída razoável: o fim do bloqueio.

A História não se limita a absolver a Revolução Cubana, tem vindo sobretudo a provar que alguns dos seus traços mais representativos integram o rosto do Futuro.

(1) Curiosamente, num contexto diferente, um cineasta português confirmava isto mesmo recentemente, ao admitir que “um país que não tenha imagem é quase um país que não existe” (Fernando Lopes, in Revista da Sociedade Portuguesa de Autores, Janeiro-Março, 1994, p. 12).

O elogio da estupidez

Numa operação bem orquestrada de pré-propaganda a um produto norte-americano — não há prozac que escape nem filme que não seja precedido dos tambores e dos arautos da publicidade encapotada aos produtos e à voz do dono — surgiram de repente aí nos jornais artigos a propósito de um filme que parece excitar a opinião pública norte-americana. Não se trata desta vez de nenhum tubarão de

Spielberg, de nenhuma dança com lobos ou coisa assim. Trata-se de um filme sobre a estupidez que, ao que dizem, deleita o espectador de além-mar. Pretende-se que também o espectador luso desembolse o dinheiro do bilhete. Dada a impossibilidade da escolha, o espectador português vai ver mais um filme dos Estados Unidos. Que, se calhar, é bom. Mas o espectador de cá tem muitas outras razões para estar preparado para um filme destes. Não só por falar, quase, inglês, embora, quase já não saiba escrever

Português. E dos Estados Unidos temos, via telenovelas, a aproximação continental da cultura brasileira e venezuelana. Não resistimos, a propósito do filme, «Forrest Gump», em transcrever um saboroso parágrafo de um articulista do «Público»:
«Anda de facto algo no ar. É leve, é alegre, é estúpido e é bom. (...) Para se compreender Forrest Gump,

PONTOS CARDEAIS



por exemplo, é necessário ter o dom da estupidez. Porque senão poderia suspeitar-se de que o filme não pretende mais do que convencer os vulgares cidadãos de que, para serem felizes e contribuírem para o bem geral, só terão vantagem em manter-se à margem das decisões, em ser irresponsáveis, atrasados mentais».

Há por aí muita gente que tem vindo a ser preparada. O filme pode apresentar-se.

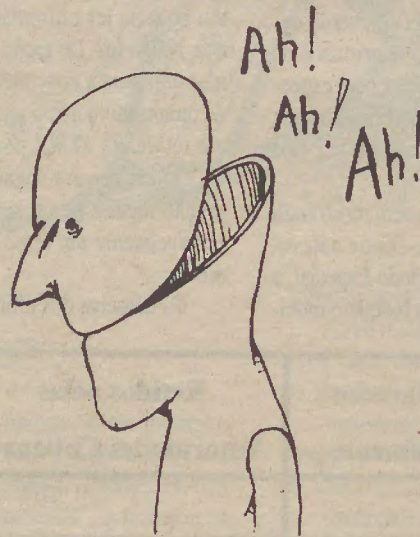
Times», o documento governamental, que reconhece o envolvimento da CIA no apoio aos tais «rebeldes» e, depois, por ter verificado a incompetência destes, passou a apoiar o Exército, já nada diz quanto ao apoio ao golpe que levou ao massacre de milhões de pessoas e ao assassinio de milhares de comunistas...

Deus em África

Quando há dias deparámos com um título assim num vespertino da capital, ainda supusemos que o Papa, entre as dezenas de novos cardeais tão democraticamente por si nomeados, havia reforçado a posição da Igreja naquele continente. Mas não. Tratava-se de coisa mais importante. Deus Pinheiro havia sido, também democraticamente, indigitado para reforçar a Europa na África. O homem exultava, o PSD exultava, as televisões exultavam, os

Reconhecimentos

Arredadas dos horários «nobres» (!) das TV's e das primeiras dos jornais, têm vindo a lume (brando) notícias requentadíssimas dos crimes que os Estados Unidos têm praticado ao longo das últimas décadas. Só os mais bem informados se não espantam. Só poucos, entre os milhões de outros, dão por essas discretas notícias que, mesmo assim, aparecem



embrulhadas na «legitimidade» anticomunista da guerra fria. A última diz respeito ao reconhecimento, pelo Governo dos EUA, de haver feito operações clandestinas durante os anos 50, de apoio aos «rebeldes anticomunistas» que se opunham ao então presidente Sukarno, da Indonésia, derrubado pela CIA que ajudou Suharto, o actual presidente, no golpe de 1965. Segundo o «Los Angeles

jornais idem. O Primeiro-Ministro, esse, rasgava um sorriso e sublinhava a sua satisfação. Que assim a Europa seria mais bem defendida em África, os interesses da Europa ficavam mais bem entregues. E foi avisando que não era de Portugal que se tratava, mas da Europa. A gente já sabia. Alguma vez um homem deste cavaquismo defendeu os interesses portugueses?

PONTOS NATURAIS

Diário de Lisboa

15-8-968

N.º 16 400

ENVIADAS EM 14-8-968

JÁ OUVIU FALAR NOS «QUOKKAS»?

De MARIO CASTRIM

Não se pode dizer que o «cocktail», num grande hotel de Lisboa, estivesse mal servido.

Era um daqueles «cocktails» organizados com o lápis na mão, em que as lagostas à discrição evidente não entram. — vamos lá

Esta crónica foi integralmente cortada pela censura. E havia, ao tempo, quem dissesse que os censores eram estúpidos...

Não se pode dizer que o «cocktail», num grande hotel de Lisboa, estivesse mal servido.

Era um daqueles «cocktails» organizados com o lápis na mão, em que as lagostas à discrição evidentemente não entram, mas vamos lá, vamos lá, fiambre havia com fartura, bem como o sumo de laranja na sua ingenuidade cor de tijolo-claro que se estivessemos em Lisboa, por volta de 1500, tudo seria diferente. A nossa cidade, capital dos horizontes, possuía então os mais fartos «cocktails» do mundo. Havia-os em que se gastavam 10 quilos de pimenta!

Mas bom. É em 1968 que nos encontramos e quem, como eu, bebe apenas sumo de laranja na sua ingenuidade cor de tijolo, tem pouco de que se queixar seja de que «cocktail» for.

Este de que falo deixou-me uma funda recordação pois nele conheci o prof. H. Estávamos ambos a olhar em silêncio através de uma vidraça voltada para a breve superfície de uma praça onde raros transeuntes pareciam mover-se com dificuldade.

Havíamos trocado as palavras inábeis para uso de desconhecidos quando chegados a um patamar que ameaçava eternizar-se, o prof. H me perguntou:

— Já ouviu falar nos «quokkas»?

— «Quokkas?» Não, nunca. Alguma seita religiosa?

Riu, sem espalhafato. Nem as pedras de gelo tilintaram sequer no seu copo de sumo de laranja, igualzinho ao meu.

— O navegador holandês Willem de Vlamingh, descobriu em 1696 uma ilha perto do continente australiano. Willem escreveu no seu diário de bordo: «De todas as ilhas que conheço, esta é a de mais farta vegetação. A natureza aqui nada poupou para a tornar atraente. Só me espanta que apenas os ratos apreciem tanta beleza. Vêem-se ratos enormes por todos os cantos.» Daqui houve a ilha seu nome ainda vivo. «Rottnest», que mesmo quem não saiba holandês traduz facilmente por «ninho de ratos».

«Willem Vlamingh enganou-se. Não se tratava de ratos, mas sim de «quokkas». O «quokka» setonix brachyurus, é um pequeno marsupial da família dos cangurus que pesa entre três a cinco quilos. Na pequena ilha de Rottnest, separada do continente australiano há uns 7000 anos, habitam 14000 quokkas. Não há um único quokka no continente, onde parece que a luta pela sobrevivência se tornou mais dura.

«Dá-se, com este pequeno e inofensivo animal, um facto muito estranho. Saudável e feliz, quando em liberdade, o quokka modifica-se radicalmente quando o encerramos numa pequena jaula. Se a jaula tiver, digamos, um metro quadrado de superfície, o quokka contrai uma atrofia dos músculos da cintura pélvica, seguida de paralisia e, a breve prazo, de morte. Isto no espaço de alguns dias.

«Mais tarde verificou-se uma sensacional descoberta. Se mantivermos o quokka encerrado na jaula mas se dosearmos convenientemente a sua alimentação, de maneira a manter a um certo nível o fornecimento da vitamina E, o quokka tem menos probabilidades de morrer: a paralisia transforma-se numa doença crónica, num hábito, quase numa segunda natureza, com a qual o quokka se acomoda e com a qual pode viver longos anos.»

O prof. H acabou o seu relato numa altura em que, decerto por influência dos «drinks», as conversas bichanadas subiam de tom sem que isso, visivelmente, significasse alegria ou qualquer coisa do género. Entretanto, os empregados com as bandejas circulavam pensosamente na pequena sala.

— Vou para o terraço apanhar um pouco de ar — disse o prof. H. — Quer vir?

Fomos. Mas não trocámos mais uma única palavra. O sumo de laranja, pelos vistos, anima pouco. O menos que se pode dizer é que é uma bebida melancólica.

Mário Castrim

FRASES da SEMANA

«Aquele ferrabrás (Santana Lopes) portou-se, afinal, como um queixinhas. Convenhamos que um Secretário de Estado da Cultura não pode comportar-se como um campeão de bairro ou um varredor de feiras: a um membro do Governo exige-se menos marialvismo e mais maneiras.»

☞ (Manuel Alegre, na A.R. - «Expresso», 29.10.94)

«Isto vai dar uma grande alegria a muita gente.»

☞ (Santana Lopes, comentando a sua decisão de abandonar a política em 1995 - «Expresso-Revista», 29.10.94)

«Monteiro (no "Prova Oral", do Canal 1) transmitiu a imagem do senhor doutor que volta à terra onde nasceu, depois de ter concluído o curso em Lisboa.»

☞ (José António Saraiva, "Política à Portuguesa" - «Expresso», 29.10.94)

«E Monteiro a tudo assistiu do balcão dos Marretas do Jim Henson.»

☞ (Nuno Brederode dos Santos - «Expresso-Revista», 20.10.94)

«O CDS e o PP são duas maneiras de fazer política.»

☞ (Narana Coissoró - «Expresso», 29.10.94)

«Se, na civilizada Europa, os deputados chegam a envolver-se em cenas de pugilato - como aconteceu há dias em Itália -, como pretender que em África os negros respeitem civilizadamente regras que não conhecem?»

☞ ("Editorial" - «Expresso», 29.10.94)

«Para que tal aconteça (a vitória de Dhlakama), a Renamo terá que ter congregado o voto pluriétnico dos marginalizados pelo aparelho estalinista, de modelo salazarista, da Frelimo, recauchutado agora em modelo capitalista.»

☞ (Luís Pedro Nunes, enviado especial do «Público», discorrendo sobre estudos de um investigador francês, 27.10.94)

«"Bluff" de Dhlakama eclipsa Chissano»

☞ (manchete de primeira página - «Público», 29.10.94)

«"Bluff" ou decisão genial de um líder? As hipóteses em Moçambique são sempre duas, e antagónicas.»

☞ (Luís Pedro Nunes, enviado especial - «Público», 29.10.94)

«Dhlakama diz que ser Presidente é secundário.»

☞ (manchete de primeira página - «Público», 31.10.94)

«Então vocês nunca ouviram dizer que o que hoje é verdade amanhã pode ser mentira?»

☞ (Pimenta Machado, Presidente do V. Guimarães - «A Bola», 29.10.94)

Nota: Por erro de processamento de texto, a penúltima citação inserida nas «Frases da Semana» da última edição do «Avante!» foi atribuída a Torres Couto, quando o deveria ter sido a Pácheço Pereira.

As organizações do Partido na preparação

PORTO

Plenário de dirigentes e delegados sindicais e membros de CT's, com a participação do camarada **Álvaro Cunhal**

Sábado, 5, a partir das 9.30, no CT da Boavista

AMADORA

Plenário de militantes da freguesia da Mina: sábado, 5, às 15.00, no Centro de Trabalho da Amadora.

AVEIRO

Reunião da célula da TELECOM: terça-feira, 8, às 18.00, no Centro de Trabalho de Aveiro.

CASCAIS

Sábado, 5, a partir das 15.00, no CT

Reunião de todos os camaradas que trabalham nas

Empresas do Concelho, delegados sindicais e membros das CTs, executivo concelhio e de freguesia sobre a situação social nas empresas, com a participação do camarada **José Casanova**

Convívio de S. Martinho no final

ESPINHO

Plenário de militantes da organização concelhia: sexta-feira, 4, às 21.30, no Centro de Trabalho.

ÍLHAVO

Reunião da célula da Vista Alegre: quarta-feira, dia 9, no Centro de Trabalho de Ílhavo.

LISBOA

Reunião de jovens camaradas (até 30 anos) das organizações da Zona Norte de Lisboa: sexta-feira, 4, às 21.00, no CT Vitória.

TELECOMUNICAÇÕES

(Port. Telecom e Marconi)

Plenário com a participação do camarada **Edgar Correia**

Hoje, quinta-feira, às 19.00, no CT Vitória

EDP

Plenário geral de militantes, com a participação do camarada **Jorge Pires**

Sábado, 5, às 15.00, no CT Vitória.

3ª Assembleia da Organização da Zona Oriental de Lisboa

Sábado, 5, às 14.30, no Auditório da JF de S. João

Reunião de Jovens do Sector de Serviços: sábado, dia 5, às 15.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Assembleia de Organização do Sector de Transportes de Lisboa
Sábado, dia 5, às 10.00, na JF de Alcântara, com a participação do camarada **Jerónimo de Sousa**

Plenário dos Gráficos do Sector Centro/Norte: sexta-feira, dia 4, às 18.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Conferência Nacional

Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores

26 de Novembro de 1994
Lisboa - Voz do Operário



Reunião de Reformados do Sector Serviços: terça-feira, dia 8, às 15.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário da célula da Profabril: terça-feira, 8, às 18.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário da organização dos ministérios da Agricultura e Indústria: quarta-feira, dia 9, às 18.30, no CT da Av. António Serpa.

Plenário do Sector Escritórios: quarta-feira, dia 9, às 18.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário de militantes de freguesias da Zona Centro de Lisboa (Coração de Jesus, Encarnação, Madalena, Mártires, Mercês, Pena, Sacramento, Sta. Catarina, Sta. Justa, S. José, S. Nicolau, S. Paulo), com a participação do camarada **Jorge Cordeiro**: sábado, 5, às 15.30, no CT Vitória.

Plenário de militantes de freguesias da Zona Centro de Lisboa (Castelo, Santiago, St. Estevão, S. Cristovão, S. Miguel, Sé, Socorro), com a participação do camarada **Luís Fernandes**: sábado, 5, às 15.30, no CT da Graça.

OEIRAS

Plenário de militantes da organização concelhia: sábado, dia 5, às 14.30, no CT de Algés.

SINTRA

Almargem do Bispo - Plenário mensal de militantes da freguesia, com a participação do camarada **Felício Loureiro**: sexta-feira, dia 4, às 21.30, em Albugas.

Rio de Mouro

Sexta-feira, dia 4, às 21.30, no CT

Plenário mensal de militantes com a participação do camarada **José Casanova**

Sta. Maria / S. Miguel / S. Martinho - Plenário quinzenal de militantes das 3 freguesias: hoje, quinta-feira, às 21.30, no CT de Sintra.

CACÉM

Sábado, 5, das 15.00 às 18.00, no CT

Reunião dos camaradas que trabalham nas **Empresas do Concelho de Sintra**, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**

Agualva-Cacém - Plenário de quadros da freguesia, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**: sexta-feira, dia 4, às 21.30, no Centro de Trabalho do Cacém

TORRES VEDRAS

Plenário da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal, com a participação do camarada **Jorge Humberto**: sexta-feira, 4, às 18.00, no CT de Torres Vedras.

5ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE PORTALEGRE

Domingo, dia 6, a partir das 10h na Soc. Filarmónica do Crato com a participação do camarada

Carlos Carvalho

Sessão pública de encerramento às 17h

2ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE CASTELO BRANCO

«Com o PCP, nova política - Desenvolver o Alentejo» com a participação do camarada

Carlos Carvalho

Sábado, dia 5, a partir das 14h30 na Sala da Assembleia Municipal da Covilhã

Às 20h, no restaurante «La Belle Époque», Covilhã, jantar-convívio de militantes e amigos do PCP



VALE A PENA LUTAR!

Encontro Distrital

Beja, Sede do PCP
dia 5 Novembro 1994

Das 10 às 13 horas
Ensino / Juventude Trabalhadora
(funcionamento em secções)

Às 15 horas
Debate:
Os Jovens do Alentejo - Que Problemas?
com a participação de **José Soeiro**

Às 16.30 horas
Apresentação e votação das conclusões
Eleição da Comissão Distrital

Às 17 horas
Convívio musical

Debate com o País

VIANA DO CASTELO

Sexta-feira, 4, às 21.30, no Auditório do Grupo Desportivo e Cultural dos Estaleiros Navais

para uma nova política

«Direitos dos Trabalhadores, Direitos da Democracia»

sessão pública
com a participação de **Jerónimo de Sousa**

Debate em S. João da Madeira

com a participação do camarada

Carlos Aboim Inglez

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Sábado, dia 5, às 15.30, no CT

MAGUSTOS DE S. MARTINHO

Queluz - Da Organização de Freguesia - no CT, sexta-feira, dia 4, às 21h, no CT • Quinta do Conde - Da Organização local - no CT da Quinta do Conde, sábado, dia 5, às 21h30 - Grande Noite de Fado • Lisboa - Do Sector Serviços - no CT da Av. Duque de Loulé, dia 10, às 19h30 - Dos Construtores da Festa do «Avante!» - no CT Vitória, dia 11, às 19h - Do Sector Público - no CT Vitória, dia 10, às 18h - Da Freguesia do Beato - no CT do Beato, dia 12, às 16h - Da Freguesia da Graça - no CT da Graça, dia 12, às 16h - Da Freguesia dos Olivais - no CT dos Olivais, dia 16, às 16h • Amora - Da Freguesia da Amora - na Quinta da Atalaia, dia 12, às 13h - Inscrições: Tels. 2228770 / 2216952 e nos Cts. do Concelho do Seixal • Setúbal - Dos Fazedores e Amigos da Festa do «Avante!» - dia 13, às 13h, na Taberna do Fernando Pinho (R. do Castelo - Anunciada) - Inscrições: Tel. 065.522273

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 3

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.05 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Garfield
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira do Amor
- 14.25 Origens
- 15.00 Patrulha Fluvial
- 15.25 Boa Tarde
- 16.00 Caderno Diário
- 16.10 Missão Impossível
- 17.00 Culinária
- 17.15 Sarilhos com Elas
- 17.40 Malha de Intrigas
- 18.20 Na Paz dos Anjos
- 18.50 Lotaria Nacional
- 19.05 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 TeJeJournal
- 20.30 Fera Ferida
- 21.30 Isto Só Vídeo
- 22.00 Concurso 1, 2, 3
- 23.30 Kung Fu - A Lenda continua
- 00.25 24 Horas
- 01.05 Mulheres no Telhado
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV 2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.00 Riptide
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Escola Paraíso
- 18.00 Super Juvenil
- 18.30 Rua Sésamo
- 18.55 Um, Dó, Li, Tá
- 19.45 Dez Grandes Escritores
- 20.40 Magazine - «Artes Visuais»
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.10 Remate
- 22.20 Reportagem
- 23.10 Musical
- 00.25 Pookie
- (ver «Filmes na TV»)
- 02.15 Partita

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Olhos nos Olhos
- 14.20 O Dia dos Limões Negros
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.20 Buêré
- 17.20 Praça Pública
- 17.50 Sonho Meu

Sexta, 4

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Garfield
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira do Amor
- 14.25 Origens
- 15.00 Patrulha Fluvial
- 15.55 Caderno Diário
- 16.10 Táxi
- 16.35 Missão Impossível
- 17.25 Culinária
- 17.40 Sarilhos com Elas
- 18.05 Malha de Intrigas
- 18.45 Na Paz dos Anjos
- 19.15 Com a Verdade m' Enganas
- 20.00 TeJeJournal
- 20.35 Fera Ferida
- 21.30 Desculpem Qualquer Coisinha
- 22.00 Cabaret
- 23.00 Danças de Salão (Concurso)
- 23.30 24 Horas
- 00.15 O Lutador de Angel Town
- (ver «Filmes na TV»)
- 02.00 A Casa Maldita
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 12.55 TV 2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.00 Cliente Morto não Paga a Conta
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Escola Paraíso
- 18.00 Super Juvenil
- 18.30 Rua Sésamo
- 18.55 Um, Dó, Li, Tá
- 19.55 Grandes Comandantes
- 20.35 Desenhos Animados
- 20.40 Histórias Que o Tempo Apagou
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.10 Remate
- 22.30 Palmeiras Bravias
- 23.20 Ajuda ao Ruanda
- 00.50 Kung Fu Master
- (ver «Filmes na TV»)
- 02.10 Partita

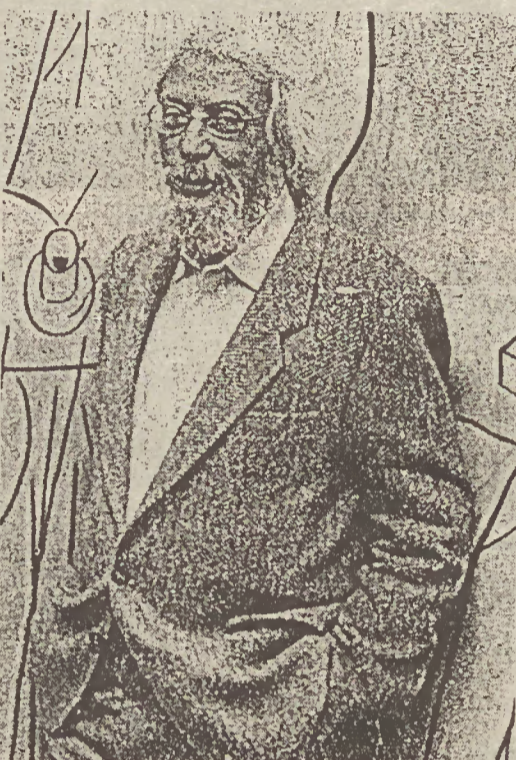
SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Olhos nos Olhos
- 14.20 A Noite de Varennes
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.20 Buêré

Sábado, 5

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.00 Parlamento
- 13.00 Notícias
- 13.10 Prisioneira do Amor
- 14.10 Made in Portugal
- 14.40 Clube Disney
- 16.05 Lucky Luke
- 17.05 Arca de Noé
- 17.50 Futebol
- 19.45 Totoloto
- 20.00 TeJeJournal
- 20.40 Noite Mágica
- 21.40 Pátio da Fama
- 22.35 Parabéns
- 00.15 24 Horas
- 00.35 Do Cabaret para o Convento
- (ver «Filmes na TV»)
- 02.10 A Patrulha da Noite
- (ver «Filmes na TV»)



Júlio Pomar e a sua obra recente no «Artes e Letras» do próximo domingo

Domingo, 6

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
- 12.00 Luta Livre Americana
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Notícias
- 13.10 Top +
- 14.00 86-60-86
- 14.25 Novas Aventuras do Super-Homem
- 15.15 Emoções Fortes
- 15.40 Salão de Festas
- 16.45 A Grande Pirâmide
- 17.50 Futebol
- 19.45 Joker
- 20.00 TeJeJournal
- 20.40 Casa Cheia
- 21.20 Eu Tenho Dois Amores
- 22.15 Com Peso e Medida
- 23.15 No Calor da Noite
- 00.05 24 Horas

- 00.25 Justiça Desesperada
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 À Mão de Semear
- 09.30 Caminhos
- 10.00 Novos Horizontes
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 12.00 Regiões
- 13.00 O Homem e a Cidade - «Leiria»
- (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 TV2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.25 TV2 Desporto
- 16.45 Para Além do Ano 2000
- 17.30 Maigret
- 18.30 Gente Remota
- 19.30 Operália
- 20.30 Domingo Desportivo
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Artes e Letras: «Júlio Pomar»
- 23.30 Desaparecida
- (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.30 Buêré
- 11.45 Programa Infantil / Juvenil
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 National Geographic
- 14.30 No Fim do Mundo
- 15.30 Os Quebra-Corações
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Obras em Casa
- 18.00 Um Trovão no Paraíso
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 O Memorial de Maria Moura
- 21.30 Labirinto
- 22.30 Mississippi em Chamas
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.55 Último Jornal
- 01.10 O Senhor que se Segue
- 02.10 Sim, Sr. 1.º Ministro + Sr. Presidente

QUATRO

- 10.00 Animação
- 11.30 Missa e Informação Religiosa
- 13.30 Jornal do País
- 14.05 Portugal Português
- 15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
- 19.30 TeJeJournal
- 20.00 Trocado em Miúdos
- 20.30 Ficheiros Secretos
- 21.30 Doutores e Engenheiros
- 22.30 Melrose Place
- 23.30 Últimas Notícias
- 23.45 Jornal Negócios



Florbela Espanca - um retrato ficcionado: 2.ª-feira à noite

Segunda, 7

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Ponta de Lança
- 10.05 Viva a Manhã
- 11.30 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira do Amor
- 14.25 Origens
- 15.00 Patrulha Fluvial
- 15.25 Boa Tarde
- 15.55 Caderno Diário
- 16.10 Malha de Intrigas
- 16.55 Culinária
- 17.40 Sarilhos com Elas
- 18.05 Missão Impossível
- 18.45 Na Paz dos Anjos
- 19.15 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 TeJeJournal
- 20.30 Fera Ferida
- 21.30 Nico d' Obra
- 22.05 Zona + Carlos Cruz
- 23.30 Coisas da Vida
- 00.35 24 Horas
- 01.10 A Gaiola de Vidro
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV 2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.00 Fúria Branca
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.05 Escola Paraíso
- 17.55 Super Juvenil
- 18.15 Rua Sésamo
- 18.35 Um, Dó, Li, Tá
- 19.45 A Descoberta de Um Novo Mundo
- 20.40 Paletas
- 21.10 Desenhos Animados
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.05 Acontece
- 22.20 Remate
- 22.30 Dinheiro em Caixa
- 23.00 «Nostalgia de Florbela Espanca»
- 23.50 Visões
- 00.40 Partita

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Olhos nos Olhos
- 14.20 Era Uma Vez
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Buêré
- 17.15 Notícias
- 17.20 Os Donos da Bola
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Sonho Meu



«A Ascensão de Titmuss», produção de Thames britânica, volta aos meios e às intrigas do Poder. Na TV2, 4.ª-feira à noite

- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 A Viagem
- 21.30 Ora Bolas, Marina
- 22.30 Obsessão Selvagem
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Último Jornal
- 00.50 Flash Back
- 01.50 Sim, Sr. 1.º Ministro + Sr. Presidente

QUATRO

- 11.00 Novos Ventos
- 11.30 Moda
- 12.00 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha é Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 TeJeJournal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.45 MacGyver
- 21.50 Trapos & Companhia
- 22.20 Diz-me Com Quem Andas...
- 23.30 Novo Jornal
- 00.15 Prolongamento
- 00.45 Top 25 RFM / TVI



Em «Visões» (2.ª-feira na TV2), a pianista Maria João Pires

Terça, 8

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Garfield
- 10.05 Viva a Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira do Amor
- 14.20 Origens
- 15.00 Patrulha Fluvial
- 15.25 Boa Tarde
- 16.10 Malha de Intrigas
- 16.55 Culinária
- 17.15 Sarilhos com Elas
- 18.05 Missão Impossível
- 18.45 Na Paz dos Anjos
- 19.15 Com a Verdade m' Enganas
- 20.00 TeJeJournal
- 20.30 Fera Ferida
- 21.30 A Filha da Cornélia
- 23.15 Prova Oral
- 00.30 24 Horas
- 01.05 Perigo na Sombra
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV2 Desporto
- 14.30 Euronews
- 15.00 A Espia da Irlanda
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Escola Paraíso
- 17.50 Super Juvenil
- 18.20 Rua Sésamo
- 18.50 Um, Dó, Li, Tá
- 19.35 O Golo da Jornada
- 19.40 Monty I
- 20.25 Rotações
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.20 Remate
- 22.30 Magazine - «Cinema»
- 23.00 Retrato de Família
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.25 Partita

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.25 Olhos nos Olhos
- 14.20 Fabricante de Mulheres
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Buêré
- 17.15 Notícias
- 17.20 Os Donos da Bola
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Sonho Meu
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.40 Destino X
- 22.50 Terça à Noite
- 23.55 Último Jornal
- 00.10 A Noite da Má Língua
- 01.10 Sim, Sr. 1.º Ministro + Sr. Presidente

QUATRO

- 11.00 Informação Religiosa
- 11.30 Moda
- 11.45 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha é Sua!
- 16.30 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 TeJeJournal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.45 MacGyver
- 21.50 Trapos & Companhia
- 22.10 Queridos Inimigos
- 00.15 Novo Jornal
- 01.15 Fora de Jogo
- 01.30 Top 25 RFM / TVI

Quarta, 9

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.05 Rua Sésamo
- 09.30 Ponta de Lança
- 10.00 Viva a Manhã
- 11.30 Culinária
- 12.00 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Prisioneira do Amor
- 14.20 Origens
- 15.00 Patrulha Fluvial
- 15.25 Boa Tarde
- 16.10 Malha de Intrigas
- 16.55 Culinária
- 17.40 Sarilhos com Elas
- 18.45 Na Paz dos Anjos
- 19.15 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 TeJeJournal
- 20.30 Fera Ferida
- 21.30 O Rosto Sem Passado
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.55 24 Horas
- 00.30 Regresso da Guerra
- (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
- 13.30 TV2 Desporto
- 14.30 Universidade Aberta
- 15.00 Tarzan em Manhattan
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Escola Paraíso
- 17.45 Super Juvenil
- 18.30 Rua Sésamo
- 18.55 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 O Golo da Jornada
- 19.45 A Descoberta dos Metais
- 20.45 Magazine - «Saúde»
- 21.10 Desenhos Animados
- 21.20 RTP / Finantial Times
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Acontece
- 22.20 Remate
- 22.30 Rock Rendez-Vous
- 23.20 À Roda do Mundo
- 23.45 A Ascensão de Titmuss
- 00.35 Partita

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.25 Olhos nos Olhos
- 14.20 Fábrika de Ilusões
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.20 Buêré
- 17.15 Notícias
- 17.20 Os Donos da Bola
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Sonho Meu
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem
- 21.45 All You Need Is Love
- 22.50 Casos de Polícia
- 24.00 Último Jornal
- 00.15 Tostões e Milhões
- 01.15 Sim, Sr. 1.º Ministro + Sr. Presidente

QUATRO

- 11.00 Oitavo Dia
- 11.30 Moda
- 11.45 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha é Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 TeJeJournal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.45 MacGyver
- 21.50 Trapos & Companhia
- 22.30 Liga de Mulheres
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.45 Novo Jornal
- 01.50 Fora de Jogo



«Palmeiras Bravias», semanalmente a partir desta 6.ª-feira à noite, na TV2, é mais uma incursão de nomes consagrados do cinema na televisão: quatro realizadores e o produtor Oliver Stone assinam uma mesma história em quatro episódios

- 18.50 Futebol
- 21.00 Jornal da Noite
- 21.30 A Viagem
- 22.30 Minas e Armadilhas
- 23.30 Ponto de Encontro
- 00.30 Último Jornal
- 00.40 Internacional Sic
- 01.40 Sim, Senhor 1.º Ministro + Sr. Presidente

QUATRO

- 11.00 Lumen 2000
- 11.30 Moda
- 11.45 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha é Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 TeJeJournal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.45 MacGyver
- 21.55 Trapos & Companhia
- 22.55 Picket Fences
- 23.55 Novo Jornal
- 00.30 Fora de Jogo
- 00.45 Doido por Ti

QUATRO

- 17.15 Notícias
- 17.20 Os Donos da Bola
- 18.00 Praça Pública
- 18.30 Sonho Meu
- 19.30 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite + 7 à Sexta
- 21.20 A Viagem
- 22.30 Chuva de Estrelas
- 23.35 Último Jornal
- 23.50 Playboy
- 00.50 Brincando com o Perigo
- (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 11.00 Lumen
- 11.30 Moda
- 11.45 Maria Helena
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.15 Um Anjo na Terra
- 15.00 A Escolha é Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 Morena Clara
- 19.30 TeJeJournal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 MacGyver
- 21.30 Artur, o Alegre Conquistador
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 Novo Jornal
- 00.45 Fora de Jogo
- 00.55 Doido por Ti

Por isto e por aquilo...

Pookie

(Quinta, 00.25, TV 2)

Primeiro filme realizado por Pakula, esta comédia doce e amarga debruça-se, com sensível frescura e naturalidade, sobre a história de um estudante de biologia que encontra *Pookie*, uma jovem carente de carinho e afecto, que fica grávida dele, e com a qual vem a romper porque são os exames que constituem a sua principal preocupação. *Liza Minnelli* é surpreendente na forma como compõe a sua personagem, arrancando aqui uma das suas melhores interpretações no cinema.

A Noite de Varennes

(Sexta, 14.20, SIC)

Olhar vulgar e lateral sobre a Revolução Francesa, este filme escrito e realizado pelo italiano *Ettore Scola* (o quarto europeu deste início da semana) é uma prodigiosa obra cinematográfica (criminosamente desperdiçada num tal horário) em que acompanhamos uma série de personagens - entre as quais um liberal americano, uma dama de companhia da rainha, com o seu cabeleireiro, um industrial e, até, *Casanova*, já em crise e sem um tostão... - viajando de carruagem na esteira de Luís XVI e Maria Antonieta, em fuga das Tulherias em direcção a Varennes, onde são surpreendidos. O colapso de um mundo e de uma época contado por um cronista, *Restif de la Bretonne*, personagem a que *Jean-Louis Barrault* dá o sabor de uma grande criação, e simbolizado na figura de um *Casanova*, magistralmente interpretado por *Mastroianni*. O filme estava inicialmente previsto para a semana passada. A gravar.

Arthur, O Alegre Conquistador

(Sexta, 22.00, Quatro)

Comédia nitidamente inspirada nas comédias clássicas de Hollywood dos anos 30, *Arthur* é, ao mesmo tempo, o nome de um milionário obrigado a um casamento de conveniência para garantir a fortuna que lhe está reservada, mas as aventuras em que se mete com *Liza Minnelli* colocam em perigo essa perspectiva. Quem costuma gostar do frenetismo interpretativo do principal actor do filme, *Dudley Moore* (o que não é o caso de quem alinhava estas linhas), estará nas suas sete quintas. Mas aconselha-se, sobretudo, o disfrutar da interpretação de *John Gielgud*, no papel do mordomo, para o qual a simples maneira como coloca um chapéu na cabeça é já definitiva da sua grande classe de intérprete - que lhe valeu, aliás, o Oscar para o Melhor Actor Secundário!

A Casa Maldita

(Sexta, 02.00, Canal 1)

O *Prof. Markway*, que realiza pesquisas científicas no domínio da parapsicologia, tenta uma experiência de percepção extra-sensorial com um grupo de pessoas reunidas numa velha mansão dita ensombrada, cujos ruídos estranhos afligem todas as noites os seus habitantes de ocasião. Até que, dando-se conta o professor de que uma das mulheres do grupo, *Eleanor*, não aguentaria esta tormenta, obriga-a a partir. Coisa impossível, porque é a própria casa que a retém e a impede de sair... *A Casa Maldita* é uma obra aterradora mas fascinante e que bem merece o título de obra-prima do filme de terror, prodigiosamente fotografada por *David Boulton* e realizada com engenho, sentido do tempo cinematográfico e elevada noção de dramaturgia por um *Robert Wise* em grande forma. Que este filme seja programado para um período da emissão normalmente esbanjado em obscenos subprodutos do género, é coisa que só lembraria aos programadores da RTP!

Os Maridos de Elizabeth

(Sábado, 15.00, SIC)

A insólita participação de *Lee Marvin* e *Clint Eastwood* como intérpretes principais deste *western-musical* realizado por *Joshua Logan*, um dos especialistas do género, foi um dos motivos para o êxito de um filme que, mesmo com a maior das boas vontades, o não merece totalmente. De qualquer modo, ouvir *Marvin* a «cantar» *Wand'rin' Star*, é coisa que não acontece todos os dias...

Carmen Jones

(Sábado, 00.15, Quatro)

O libreto de *Mérimée* e a música de *Bizet* estão na base deste *aggiornamento* de *Oscar Hammerstein II* da ópera *Carmen*, obra de referência do grande reportório do teatro lírico europeu, para o *musical* norte-americano e, mais ainda, dentro deste género, para a realidade do povo



Um fotograma de «A Casa Maldita», de Robert Wise



Dorothy Dandridge, a «Carmen Jones» do filme de Otto Preminger



afro-americano. Aos puristas (e sobretudo aos herdeiros de *Bizet* que tentaram, até 1981, sem sucesso, bloquear o filme!) é provável que os «tratos de polé» que a história original levou provoquem justificadas erupções, mas facilmente é esquecido que o ambiente «hispanizante» da ópera do compositor francês era, no fundo, não menos inverosímil... A adaptação ao cinema não é certamente do melhor que *Preminger* nos deixou; mas o espectáculo existe e também o drama e o canto, ambos protagonizados por actores negros, dobrados por grandes cantores, como é o caso da meio-soprano *Marilyn Horne*.

Os Quebra-Corações

(Domingo, 15.30, SIC)

De Los Angeles chegam-nos, às vezes, imagens de violência, miséria, marginalidade, injustiça social. É, sabemos, o «lado profundo» dos gritantes contrastes da realidade americana. Aqui, voltamos a Los Angeles-bilhete-postal, das praias e do «néon», das avenidas com carros e sem peões, das boas-vidas e dos prazeres, das «pessoas bonitas», dos artistas e dos *yuppies*. É, também o sabemos, a «superfície das coisas» em que esta comédia mais uma vez paira e nos quer fazer pairar, por entre histórias de amizade e sexo, *squash*, *hamburgers* e *aeróbica*. Algumas referências são boas, outras não tanto, mas a decisão final é, naturalmente, sua.



Tom Hanks e Geena Davis, em «Liga de Mulheres», de Petty Marshall

Mississippi em Chamas

(Domingo, 22.30, SIC)

Vindo da publicidade, *Alan Parker*, o realizador do filme, sempre soube gerir o êxito e tecer as linhas com que tem cozido a sua carreira, sejam elas as que o levaram ao «achado» de *Bugsy Malone* ou ao filão de *Fame*, passando por *The Wall*, com os *Pink Floyd*, até chegar a esta denúncia do racismo no Sul dos EUA. Debruçando-se inicialmente sobre o caso real do desaparecimento (durante o Verão de 64) de três activistas militantes do movimento pelos Direitos Cívicos, no Sul dos EUA, o filme acaba por se comprazer com os métodos brutais e violentos utilizados pelos agentes do FBI encarregados da investigação - os quais, ao pé dos métodos da *Klu-Klux-Klan*, não deixam nada a desejar... Cinematograficamente eficaz e vistoso, mas moralmente repugnante, o filme vale, sobretudo, pela fabulosa interpretação de *Gene Hackman*.

Desaparecida

(Domingo, 23.30, TV 2)

Durante uma viagem de comboio que a transporta dos Balcãs a sua casa, uma jovem passageira estabelece ligação com uma velha senhora que, entretanto, durante o sono da jovem, desaparece sem deixar vestígio, surgindo em vez dela uma outra senhora vestida da mesma maneira. Mas tudo isto não é mais do que a superfície de uma intrigante história de espionagem entre duas potências... *Hitchcock*, neste seu mais famoso filme do «período britânico», presenteia-nos com a sua habitual mestria em criar ambientes de um inquietante *suspense*, passando imperceptivelmente de um ambiente de humor negro para a mais terrível das angústias e prendendo o espectador à cadeira enquan-

to assiste, impotente, à investigação que a jovem empreende na companhia de outro passageiro, um músico. A não perder.

Retrato de Família

(Terça, 23.00, TV 2)

Depois de um longo período de dez anos sem realizar qualquer filme, o cineasta português *Luís Galvão Teles* regressa com um adaptação livre de *O Incesto*, de *Mário de Sá-Carneiro*, cujo argumento escreveu de parceria com *Jean-Louis Comolli*. Trata-se de uma história dramática que nos revela um triângulo amoroso constituído por pai, mãe e filha, com boas interpretações de *Joaquim de Almeida*, *Carmen Dolores* e *Maria de Medeiros*.

Um Assalto Genial

(Quarta, 22.20, Canal 1)

Excelentemente interpretado, este filme conta-nos, num tom de verdadeira loucura, as desventuras que se seguem ao perfeito e espectacular roubo de um banco, quando os três assaltantes pretendem safar-se, sem êxito, com o produto do feito. Uma comédia irregular mas por vezes irresistível que encerra a particularidade de estar cheia de pormenores nos quais as pessoas fazem por não reparar para não se meterem em sarilhos - não anda o cérebro do assalto disfarçado de palhaço em pleno Metro? Atenção, também, à excelente rábula de *Philip Bosco* na pele de um motorista de autocarro.

Liga de Mulheres

(Quarta, 22.30, Quatro)

O enredo deste filme é apenas um pretexto para alguns momentos bem passados a ver uma comédia cheia de momentos hilariantes e, por vezes, comoventes: trata-se de uma história, situada na época da II Grande Guerra, que gira à volta de uma equipa feminina de *baseball* americano, num tempo em que os homens combatiam no teatro de guerra, na Europa. É natural, assim, que sejam os intérpretes os principais responsáveis pelo êxito do filme, com um *Tom Hanks* irresistível no papel de um treinador bêbado, antigo e célebre jogador, que se encarrega de formar a equipa, e *Geena Davis* e *Madonna*, nas figuras de duas das suas surpreendentes jogadoras. Para passar o tempo.

■ Correia
da Fonseca

Notícias da Europa

Li algures, já não sei quando nem onde, uma página de ficção onde o narrador se confessava fascinado pelo reflexo de liberdade que julgava descobrir nos olhos dos turistas que visitavam o seu país submetido a um poder fascista. Parecia-me tratar-se de um excerto de «A Cidade das Flores», o romance que Abelaira escreveu em 57, mas a verdade é que, folheando agora o livro, embora apressadamente, não reencontrei o texto. De qualquer modo, parece-me que o reflexo deste olhar invejoso sobre os turistas «livres» ficou em mim, como decerto em muitos mais, mesmo depois de 74 e apesar de saber muito bem que a «liberdade» dos invejados cidadãos da Europa ou de mais longe que então nos visitavam não correspondia ao imaginário mítico que supunhamos reflectir-se-lhes nos olhos. E essa «inveja», mesclada de alguma avidez pelo que é estrangeiro e supostamente mais livre, ainda subsiste, agora anacrónica e sem sentido, regressando em certos momentos. Suspeito de que é ela que me faz seguir a rubrica «Euronews», na TV 2 ao princípio da tarde, com uma expectativa de todo injustificada. Só porque, por uma das muitas ingenuidades que me assaltam, fico a imaginar que são um punhado de notícias mais relevantes e credíveis do que as que integram o Telegjornal e afins.

O racismo como pretexto

Não são. Por muitas razões de resto mais ou menos óbvias. Porque as notícias dos diversos telejornais também são em grande parte (na totalidade quando não se refiram à vida nacional) provenientes do mesmo «estrangeiro» cuja liberdade e lucidez eu, como muitos outros, mitifiquei um dia, quando sentia cadeias a tolherem-me a cidadania enquanto não os pulsos. Porque a selecção de notícias que consubstanciam o quotidiano «Euronews» é feita cá, segundo critérios que serão excelentes (embora não o pareçam) mas de qualquer modo são portugueses. Porque o «Euronews» é uma insignificanciazinha no tocante a mérito informativo, comparado com «RTP/Financial Times», rubrica contudo também largamente construída com material importado. Ainda assim, porém, mesmo em «Euronews» surge de longe em longe um momento com interesse. Por exemplo: quando um dia destes falou da epidemia de racismo e xenofobia que com crescente agressividade vem percorrendo a Europa.

Não admira, é claro, que mesmo o superficial e muito eclético «Euronews» tenha olhado para o racismo e nos dê conta da doença: trata-se de um fenómeno que entra pelos olhos dentro mesmo quando não o faz literalmente porque veiculado pela Televisão, e que é simultaneamente maleita e sintoma, como bem se sabe. Maleita, é escusado explicar porquê. Sintoma, porque racismo e xenofobia servem de abrigo e alibi para a subida em flecha de uma extrema-direita que pensa ter chegado a sua hora. Para ela, norte-africanos e negros são o bom pretexto que há sessenta anos os judeus foram para o nazismo alemão de que são assumidos filhotes. Quanto ao essencial, lembremo-nos nós, já que nenhum «Euronews» nos ajuda a tanto, que os nazis encheram os campos de concentração não apenas de judeus mas também de comunistas e outra gente que lutava por um futuro mais justo. E que esta é a grande herança que os actuais neofascismos e neonazismos querem retomar.

Também a corrupção

Mas da Europa vem, além de notícias do racismo, notícias de uma outra doença que percorre o continente: a corrupção dos políticos. Há poucos dias ainda, dela nos falou não desta vez o «Euronews» mas, de um modo geral e com maior ou menor demora, os diversos serviços noticiosos portugueses. Tentando resumir, direi que nos contaram ter a epidemia atingido agora a supostamente austera Grã-Bretanha depois de ter provocado em Itália a derrocada que se sabe e de ter atingido com muita falada gravidade a França e a Espanha, para não falarmos de casos menores ou ainda insuficientemente diagnosticados.

A corrupção da globalmente chamada «classe política» provoca uma indignação enorme e obviamente justificada em toda a gente. Será curioso notar que parte dessa reacção decorre do facto de já ninguém se espantar quando se sabe que são corruptos (e, cumulativamente, coisas ainda piores) grandes industriais ou financeiros, subentendendo-se quase sempre que é natural que assim seja: ainda paira sobre todos nós a sombra de habitações seculares, desde que na Antiguidade Mercúrio era o deus do comércio e também dos ladrões. Nos políticos, porém,

a corrupção parece ser sempre uma amarga surpresa. mesmo quando o político corrupto de hoje foi desde há muitos anos o industrial de grande porte.

Saibamos, porém, o que a Televisão também nos diz, mesmo quando fala muito de corrupções, corruptos e corruptores: que também esta questão está a ser utilizada pela extrema-direita de muitos lugares como escada de assalto para o poder. Grupo de combate dos interesses capitalistas, a extrema-direita oculta hipocritamente com a cumplicidade consciente ou não dos *media* em geral e da Tv em particular, que não é por acaso que este «boom» de corrupção surge depois do capitalismo se ter implantado solidamente em toda a Europa, em consequência da «derrocada do Leste» e em muitos casos sob a forma de poderes político-económicos neoliberais. Isto é: esconde que o capitalismo dominante gera a corrupção como o monturo gera o mau cheiro. E, depois de ter escamoteado este dado fundamental, propõe «limpar» as sociedades eliminando a democracia burguesa, que coloca implicitamente como responsável da infecção, substituindo-a por um poder musculado «puro e duro», neofascista ou neonazi mesmo que se esquive a assumir o rótulo (como o MSI italiano que há dias decidiu disfarçar-se mediante a inserção num movimento mais amplo que de facto domina). Os de melhor memória sabem como é: lembram-se do «anticapitalismo» de Hitler, peão e de facto mandatário dos capitalistas, lembram-se do antiparlamentarismo de todos os fascismos, incluindo o português. Mas a Televisão, as televisões, têm por vezes péssima memória.

Por causa dessa memória curta, dessa terrível miopia um tanto selectiva, as notícias da Europa que me chegam pela TV, via «Euronews» ou telejornais domésticos, até as que eventualmente desçam das antenas parabólicas que cada vez mais prescram o espaço português com escassos resultados interessantes designadamente na área informativa, não apenas nos deixam a meio caminho da realidade como nos bloqueiam o lúcido entendimento das coisas. Resta-nos saber que é assim, não nos deixarmos enganar. Quer dizer: resta-nos defendermo-nos como sempre nos foi preciso, acrescentando ao pouco que nos dizem aquilo que nos ocultam. É o triste fado do telespectador. Não creio, de resto, que o seja apenas do telespectador português.



de FOICE

Perdoa-me!

... Pois se alguém merece és tu, onde já se viu, eu bem estou cansada de dizer que não sejas parva, filha, sempre agarrada às letras, papéis, só papéis, sem tempo para nada, que ainda ninguém me explicou para que é que tudo isso serve, se ao menos fosse para alguma coisa que se visse...

Como de costume, a minha amiga Berta entrou-me porta dentro com aquele ar despachado de quem não tem tempo a perder, remoendo uma ideia que na sua opinião eu tinha obrigação de partilhar, afastou-me para o lado sem cerimónias dispensando cumprimentos inúteis e foi direitinha à cozinha onde se pôs a abrir e fechar armários a verificar o que pelos vistos tinha como certo.

... bem me parecia, uma torradeira velha, um grelhador fatela, um forno com a porta estragada, podias ao menos pensar nas crianças, coitadinhas, sem cantina na escola e a terem de fazer a comida, alguma vez pensas nisso, pensas? É claro que não, são só papéis para aqui, papéis para ali, e as crianças, hã? hã? Aposto que o frigorífico estrebucha toda a noite e a máquina da roupa deita água, não deita?...

Tentei disfarçar com o pé o pano que debaixo da máquina atestava a minha incapacidade de resolver os pequenos problemas domésticos, mas Berta já não me prestava atenção, entretida na sala a verificar o estado lastimoso do vídeo e a avaliar com ar depreciativo a televisão sem controlo remoto nem ligação a nenhuma parabólica.

... desta vez podes crer que a coisa não fica assim, estou farta, farta de gastar a minha saliva contigo, de falar para o boneco. Ou há moralidade ou comem todos, já lá dizia a minha avó que Deus tenha e não serás tu quem me convencerá do contrário...

Deu um pontapé mal disfarçado na secretária, apontou com um dedo imperativo a cadeira e ordenou:

- Liga lá a porcaria do computador, parece que é a única coisa que funciona cá em casa, vais escrever uma carta.

Gaguejei um "para quem?" tímido, lembrada das recomendações do médico, do coração fraco, do não se deve enervar, do «é melhor não a contrariar» e de um sem-fim de recomendações que Berta fazia gala em lembrar sempre que se via ameaçada de não levar a sua avante.

- Ora, para quem havia de ser, rapariga, para o Santana Lopes.

- Para o Santana Lopes? E a que propósito é que eu lhe havia de escrever?

- Parece que estás parva. Eu não me chame Berta se desta vez não ganhas um micro-ondas!

Foi o cabo dos trabalhos convencê-la de que, apesar dos pesares, ainda não andavam por aí a distribuir electrodomésticos - ai não? ai não? e então a minha prima Alzira não apanhou um televisor nas autárquicas daquele sujeito lá de cima? -, que por muito que me dedicasse às letras isso não fazia de mim uma utente da Secretaria de Estado da Cultura, que, enfim, eu até nem gostava de micro-ondas.

Foi o fim. Saiu porta fora jurando a pés juntos que nunca mais me queria ver e há mais de uma semana que não me fala. E logo agora que acabaram com o 'Perdoa-me'!

■ AF

Nota da Comissão Política

«Suspensão» da revisão é importante êxito do PCP

Em conferência de imprensa realizada ontem, no centro de trabalho da Soeiro Pereira Gomes, Luís Sá considerou que a suspensão do processo de revisão constitucional constitui um «êxito importante do PCP» que sempre se apontou a sua «inoportunidade, inconveniência e perigo»

Divulgando as conclusões da Comissão Política, Luís Sá considerou que «as medidas recentemente anunciadas pelo Ministro da Justiça apresentadas como tendo o objectivo de combater a corrupção, não resultam de uma verdadeira intenção de a combater, que o PSD não revelou ao longo de nove anos de Governo. São antes o fruto da justa indignação popular contra a corrupção a que o PSD é particularmente sensível em período pré-eleitoral, e da denúncia recente por parte do Procurador-Geral da República da deplorável situação que se verifica nesta área».

Ainda sobre esta questão, o dirigente comunista afirmou que «o PCP considera necessária a investigação e responsabilização, sempre que se impuser, de eleitos ou funcionários de autarquias e da pequena corrupção, mas não pode admitir que, ao mesmo tempo, os casos de corrupção que envolvem as grandes empresas e as figuras de topo da Administração Pública, e que cuja investigação eventualmente não interesse ao PSD, se arrastem sem uma investigação pronta e determinada. Refira-se, designadamente, casos como o escândalo das privatizações, o caso das facturas falsas, a corrupção e ilegalidades em matéria de fundos comunitários, etc.»

Mais à frente, Luís frisou que «o PCP considera necessário reafirmar o seu empenhamento na luta pelo combate à corrupção e que a presença na vida política com base em ideais e objectivos de justiça, igualdade, solidariedade e generosidade e transparência constitui uma contribuição determinante para a honestidade, o trabalho e a competência que caracterizam a intervenção dos seus eleitos no exercício de cargos públicos».

A «suspensão» da revisão constitucional

«A Comissão Política do CC do PCP considera que a deliberação da Assembleia da República de "suspender" a revisão constitucional, embora não consumando expressamente o cancelamento desse processo nesta legislatura, não deixa de confirmar e de dar razão às repetidas prevenções do PCP, no sentido de que a revisão era inteiramente inconveniente e inoportuna», disse Luís Sá, acrescentando que:

«A "suspensão" do processo de revisão constitucional constitui um êxito importante do PCP, dos trabalhadores, dos democratas e de todos os que, desde sempre, apontaram a inoportunidade e inconveniência democrática e o perigo desta revisão. Não é possível deixar de sublinhar igualmente que este êxito é inseparável do receio de que, em vésperas de eleições, o juízo popular viesse a reprovar um entendimento do PS e PSD contra interesses dos trabalhadores, do povo e da democracia portuguesa.

«Entretanto, o conteúdo dos projectos de revisão apresentados e a possibilidade de entendimentos que chegou a ser delineada tornam necessário que o PCP apele para a mobilização democrática no sentido de conquistar uma política alternativa e para que, nesse quadro, seja defendida a lei fundamental do País e assegurado o seu pleno cumprimento, designadamente pondo cobro a várias inconstitucionalidades por omissão e retomando o projecto democrático, progressista e solidário que a Constituição consagra.»

Prossegue a deterioração da situação social

O documento da Comissão Política analisa, entre outros aspectos, a situação social concluindo que «não só que esta se continua a agravar em todos os

seus aspectos, como está em marcha uma operação desencadeada pelo Governo que a pretexto da fantástica retoma económica, procura desviar as atenções da opinião pública sobre a gravidade da situação social» (...)

«O atraso no pagamento dos subsídios de desemprego verificados em vários centros regionais, aliado ao facto de milhares de trabalhadores terem esgotado o período de subsídio, sem que tenham encontrado emprego, está a criar situações verdadeiramente dramáticas.

«A Comissão Política considera necessário, mais uma vez, alertar a opinião pública para o grave e trágico problema humano e social que constituem os acidentes de trabalho. Os acidentes mortais recentemente ocorridos, não são uma casualidade. Portugal é o país da Europa com maiores índices de sinistralidade. É necessário tomar-se consciência que os acidentes de trabalho se cifram em centenas de milhares/ano e que aos acidentes mortais é necessário juntar os muitos milhares de estropeados e incapacitados para toda a vida e os atingidos pelas doenças profissionais, cujo número cresce assustadoramente.

«Os acidentes de trabalho não se combatem com spots publicitários, nem iludindo as suas causas e responsabilidades, que se encontram na precarização crescente do mercado do trabalho, na proliferação do trabalho clandestino, na gula do lucro fácil do patronato, o qual continua a actuar com a maior impunidade.»

Pastores de Bragança contra perda de quotas

A atribuição ao distrito de Bragança de quotas de reserva de apenas 2375 cabeças representa «um saldo altamente desfavorável de 2625 efectivos de ovinos e caprinos», afirma em comunicado a Associação dos Pastores Transmontanos, organização filiada na CNA.

A associação acrescenta que até 1993, só no distrito, registou-se uma diminuição de 6 mil cabeças de gado ovinos e caprinos, e tece duras críticas aos serviços do INGA e do Ministério da Agricultura, queixando-se de um «continuo défice informativo» nas questões relacionadas com os direitos dos produtores, atribuição e gestão de quotas de reserva nacional.

Como salienta o texto distribuído este «desonroso quadro é altamente contrário» aos proclamados objectivos do Governo e da Comunidade

Europeia em relação à chamadas regiões desfavorecidas.

As consequências são visíveis na quebra do rendimento dos pastores, situação que vem acelerar o êxodo rural e a desertificação de muitos lugares e aldeias.

Também a ministra do Ambiente é acusada de faltar

ao prometido, nomeadamente no que respeita ao pagamento de todos os prejuízos causados pelos lobos. A associação considera que «as sucessivas promessas do Instituto de Conservação da Natureza e da sra. ministra» não têm passado de «pura demagogia e palavratório barato».

«Os pastores transmontanos esperam ansiosamente e firmemente que lhe sejam pagos dezenas de milhares de contos» resultantes dos baixas provocadas pelos lobos. «Ou o Governo paga os prejuízos do lobo ou o põe atrás das grades no jardim zoológico», exige a associação.

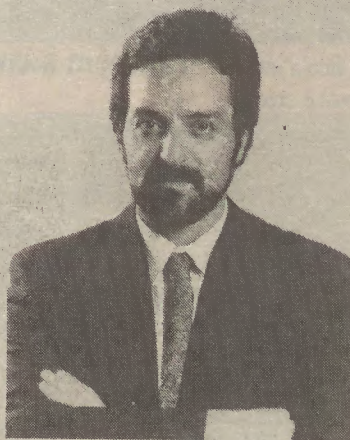
«Verdes» com partidos europeus

O Conselho da Federação dos Partidos Verdes Europeus reuniu em Creta entre quinta e domingo passados, numa reunião onde o Partido Ecologista «Os Verdes» se fez representar por Manuela Cunha e Heloísa Apolónia.

Os «Verdes» portugueses, membros fundadores daquela Federação, levaram ao debate vários dossiers, entre os quais Timor, o problema das agressões racistas e xenófobas aos imigrantes na Alemanha e a circulação de resíduos no espaço europeu.

Da ordem de trabalhos desta reunião ordinária do Conselho da Federação dos Verdes europeus teve particular destaque o tema das relações Norte-Sul assim como os problemas específicos dos países mediterrânicos, o diálogo Este-Oeste.

Foram também abordadas questões relacionadas com a cooperação entre o Grupo Verde no Parlamento Europeu e a Federação dos Partidos Verdes Europeus.



Luís Sá apresentou ontem as conclusões da Comissão Política